



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

CONTRATO N. 110/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA. (Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

Este Contrato substituirá o Contrato n. 61/2018, que vence em 30/11/2019.

Observação: deverão ser apresentados, quando da assinatura do Contrato:

- a) os dados do Responsável Técnico, conforme Anexo II a esta minuta de Contrato;
- b) declaração a ser assinada por cada funcionário da empresa contratada, conforme Anexo III a esta Minuta de Contrato.
- c) o **Termo de Confidencialidade da Informação**, conforme Anexo IV a esta Minuta de Contrato;

A **UNIÃO**, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Senhor **Eduardo Silva Toledo**, RG 3690902 SSP/GO e CPF 891.130-551-00, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA**, com sede na : Rua Mil Oitocentos e Vinte e Dois, nº 588 – Ipiranga – São Paulo/SP, CNPJ 05.910312/0001-56, telefone (11) 2679-2024, neste ato representada por sua representante legal, Senhora Carolina de Souza Lage, RG 36.896.173-4 e CPF

472.232.778-58, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, com fundamento na Lei n. 8.666/1993, observando-se as normas constantes nas Lei n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, no Decreto n. 5.450/2005 e 8.538/2015, o contido no **Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019** e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional e de gestão administrativa da rádio justiça, com a produção, sob demanda, de programas radiofônicos e de multimídia voltados à divulgação dos atos do Poder Judiciário, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) designar gestor e fiscal para acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- b) promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- d) permitir, durante a vigência deste Contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da **CONTRATADA** ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do **CONTRATANTE**;
- e) notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;
- f) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Iniciar a execução dos serviços em 1º/12/2019;
- b) executar os serviços contratados em conformidade com as condições e os prazos estabelecidos no Anexo I do Edital – Termo de Referência;
- c) cumprir todas as obrigações elencadas no **item 4** do Termo de Referência;
- d) comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize a realização dos serviços;
- e) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Contrato;
- f) comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;
- g) manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE**, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- g.1) é vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do Gestor do Contrato e da Secretaria de Comunicação Social do STF;
- h) responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros, decorrente da execução do serviço contratado;
- i) manter, durante toda a execução deste Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) indicar formalmente preposto visando a estabelecer contatos com o gestor deste Contrato;
- k) observar as demais obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

DO VALOR

CLÁUSULA QUINTA – O valor mensal estimado do presente Contrato é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil) e o valor total estimado é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), observado o Anexo I deste Contrato.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA – O objeto deste Contrato será recebido por servidor formalmente designado pelo **CONTRATANTE**, procedendo-se à conferência dos serviços e sua conformidade com este Contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o serviço.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do atesto dos serviços, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**, devendo apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**.
- e) resumo discriminado de faturamento, incluindo o quantitativo dos serviços executados com a pormenorização dos programas produzidos, finalizados e/ou veiculados, as ressalvas e autorizações do **CONTRATANTE**, o preço unitário contratado e o preço total da fatura;
- f) cópia de pagamento detalhando a remuneração bruta e a remuneração líquida de cada profissional, relativas ao mês faturado ou ao mês anterior;
- g) relação de profissionais alocados, contendo o nome completo RG, CPF, função exercida, remuneração, juntamente com a discriminação do pessoal técnico. A **CONTRATADA** deverá apresentar declaração expressa de procedeu ao recolhimento de todos os tributos e contribuições relacionados aos profissionais alocados;
- h) declaração expressa de que todos os encargos fiscais, previdenciários, sociais e trabalhistas, relacionados aos recursos humanos utilizados para a execução do objeto, estão devidamente solvidos;
- i) declaração expressa de que os serviços foram efetivamente executados por profissionais devidamente qualificados, em conformidade com os padrões de qualidade e os requisitos legais aplicáveis ao objeto.

Parágrafo primeiro – O pagamento do valor referente a instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível, será efetuado de acordo com o valor apresentado na proposta de preços, desde que comprovada a efetiva utilização do serviço.

Parágrafo segundo– A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

Parágrafo terceiro– A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato ou caso observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** e nesse caso o prazo previsto na Cláusula Sétima será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

Parágrafo quarto– Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

Parágrafo quinto– O Supremo Tribunal Federal disponibiliza na internet informações sobre pagamentos realizados e tributos recolhidos de seus fornecedores. Acesse www.stf.jus.br, clique em (Transparência), depois em (Gestão Orçamentária) e selecionar: <[Dados Diários de Despesas](#)>. O usuário precisa informar o número do CNPJ e saber o número do documento fiscal, para acessar essas informações.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA OITAVA – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA NONA – O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 1º/12/2019, podendo ser prorrogado pelo período de até 60 (sessenta) meses.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA DEZ – Os preços contratados poderão ser reajustados, após solicitação da **CONTRATADA**, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.

Parágrafo primeiro – Os efeitos financeiros do reajuste serão reconhecidos a partir das datas definidas nesta Cláusula.

Parágrafo segundo – O reajuste deverá ser solicitado antes do término da atual vigência deste Contrato, sob pena de preclusão.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA ONZE – Quem praticar, os atos previstos no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções previstas na IN n. 1/2017 da Secretaria Geral da Presidência da República.

CLÁUSULA DOZE – A **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de:

INFRAÇÃO	PERCENTUAL (%)
b.1) sobre o valor anual estimado do Contrato, no caso de:	
Quanto à execução dos serviços:	
b.1.1) inexecução total da obrigação assumida, podendo ensejar a rescisão contratual;	5
b.1.2) inexecução parcial da obrigação assumida, podendo ensejar a rescisão contratual;	1
b.1.3) atraso injustificado de 6 (seis) horas, a contar da 0h00 do dia 1º/12/2018, para iniciar a execução dos serviços contratados, aplicada por hora. Após este prazo e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;	0,1
b.1.4) na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “b.1.3”, limitada a incidência a 9 (nove) dias, aplicada por dia. A partir do 10º (décimo) dia de atraso será aplicada a multa prevista na alínea “b.1.1”;	0,5

b.1.5) não cumprimento da legislação aplicável à execução dos serviços contratados, por ocorrência e por dia;	0,005
INFRAÇÃO	PERCENTUAL
Quanto à documentação e ao atendimento ao CONTRATANTE:	(%)
b.1.6) não comunicar ou comunicar com atraso ao CONTRATANTE , conforme previsto no Termo de Referência, qualquer impedimento que resulte em prejuízo à execução dos serviços, aplicada por ocorrência;	0,005
b.1.7) deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do Gestor do Contrato, aplicada por dia;	0,01
b.1.8) deixar de manter a documentação legal atualizada, aplicada por ocorrência;	0,002
b.1.9) atrasar injustificadamente no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, aplicada por dia e por ocorrência;	0,001
b.1.10) deixar de indicar e manter durante a execução do contrato o preposto, aplicada por dia;	0,01
INFRAÇÃO	PERCENTUAL
Quanto aos seus profissionais:	(%)
b.1.11) manter profissional sem qualificação para a execução dos serviços, aplicada por profissional e por dia;	0,05
b.1.12) deixar de substituir profissional que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com suas atribuições, aplicada por profissional e por dia;	0,05
b.1.13) permitir a acumulação de funções previstas no item 4.14 do Anexo I do Edital - Termo de Referência, aplicada por ocorrência;	0,05
b.1.14) permitir a acumulação de funções não previstas no item 4.15 (subitens 4.15.1 a 4.15.5) Anexo I do Edital - Termo de Referência, aplicada por ocorrência	0,05
INFRAÇÃO	PERCENTUAL
Outras infrações:	(%)
b.1.15) deixar de manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE , por ocorrência;	0,01
b.1.16) deixar de zelar pelas instalações do CONTRATANTE utilizadas, por ocorrência;	0,01
b.1.17) deixar de cumprir quaisquer itens do Edital/Contrato e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, aplicada por item e por ocorrência;	0,01
b.1.18) deixar de cumprir quaisquer itens do Edital/Contrato e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência, formalmente notificada pelo CONTRATANTE , aplicada por item e por ocorrência;	0,02
INFRAÇÃO	PERCENTUAL
b.2) sobre o valor mensal do item “Gerenciamento Técnico-operacional”, no caso de:	(%)
b.2.1) interrupção na geração ou falha injustificada na transmissão, aplicada por ocorrência;	5
b.2.2) atraso injustificado na veiculação da sessão plenária do STF, aplicada por ocorrência;	1

b.2.3) deixar de comunicar à CONTRATANTE falha na transmissão em até 30 (trinta) minutos a partir do início da ocorrência da falha, aplicada por ocorrência;	0,5
b.2.4) deixar de cumprir obrigação prevista na especificação dos serviços de gerenciamento técnico-operacional;	1
INFRAÇÃO	PERCENTUAL
b.3) sobre o valor unitário do item “Serviços técnicos sob demanda”, no caso de:	(%)
b.3.1) atraso injustificado na veiculação de produto, aplicada por dia, limitado a 10 (dez) dias;	5
b.3.2) atraso injustificado na entrega de produto, aplicada por dia, limitado a 10 (dez) dias;	5
b.3.3) na hipótese de atraso por período superior aos limites estabelecidos pelas alíneas “b.3.1” e “b.3.2”, a CONTRATADA incidirá em inexecução parcial.	6

c) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos da Lei n. 10.520/2002;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou poderá ser descontado da garantia contratual.

Parágrafo segundo – Caso a multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, a **CONTRATADA** responderá pela sua diferença.

Parágrafo terceiro – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

DA GARANTIA

CLÁUSULA TREZE – A **CONTRATADA** presta garantia de execução deste Contrato no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), em uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 70 da Lei 8.666/93, correspondente a 5% do valor global deste Contrato, tendo como beneficiário o **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – A garantia assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas punitivas aplicadas pelo STF à **CONTRATADA**;

c) prejuízos diretos causados ao **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato;

d) prejuízos indiretos causados ao **CONTRATANTE** e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato.

Parágrafo segundo – Caso a garantia prestada pela **CONTRATADA** seja nas modalidades seguro garantia ou fiança bancária, ela deverá prever, expressamente, a cobertura indicada no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro – O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

Parágrafo quarto – A garantia prestada pela **CONTRATADA** deverá cobrir o período de vigência do Contrato e mais 3 (três) meses após o término da vigência deste e somente será liberada ou restituída, se houver saldo disponível, depois de expirada a sua cobertura, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo quinto – Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

Parágrafo sexto – Aditado este Contrato, prorrogado o prazo de sua vigência, alterado o seu valor ou reduzido o valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar garantia complementar ou a substituí-la, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do aditivo, no mesmo percentual e modalidades constantes desta Cláusula.

Parágrafo sétimo – Em caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura de termo aditivo a este Contrato.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TREZE – A despesa decorrente da contratação correrá à conta do Programa de Trabalho: 02.061.0565.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no STF, na natureza de despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ, consignado ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. 2019NE001824, datada do dia 27/11/2019.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUATORZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUINZE – As sanções previstas nas alíneas "b.1.1" e "b.1.2", "b.1.3" e "b.3.3" da Cláusula Doze serão cumuladas com a rescisão contratual, garantida a prévia e ampla defesa, na forma da lei.

Parágrafo único – Na rescisão contratual deverá ser considerada a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

CLÁUSULA DEZESSEIS – Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste Contrato:

- a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – Nos casos em que a **CONTRATADA** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação desde que a execução deste Contrato não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

Parágrafo segundo – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da mesma Lei.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DEZESSETE – Aplicam-se à execução do presente Contrato a Lei n. 8.666/1993 e demais normas legais pertinentes.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA DEZOITO – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular, um substituto e fiscal para executar a fiscalização deste Contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

CLÁUSULA DEZENOVE – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Contrato, é competente o foro de Brasília - Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VINTE E UM – O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

Brasília-DF.

ANEXO I AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA. (Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

PROPOSTA DE PREÇOS

		Unidade	Quantidade	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
A	Prestação de serviços de gerenciamento técnico- operacional e gestão administrativa da Rádio Justiça.				
A.I	Gerenciamento Técnico-Operacional da Rádio Justiça.	Mês	12	79.344,51	952.134,12
A.II	Gestão Administrativa da Rádio Justiça.	Mês	12	48.600,00	583.200,00
TOTAL A					1.535.334,12
b.B	Prestação de serviços técnico-especializados, sob demanda, para a produção de programas radiofônicos de cunho institucional, informativo, educativo e de orientação social, a serem veiculados pela Rádio Justiça.				
B.I	Noticiários				
B.I.1	Radiojornais				
B.I.1.2	Produção de radiojornal com 1 hora de duração.	Programa	839	150,00	125.850,00
B.I.2	Informativos				
B.I.2.1	Produção de informativo de 2 a 5 minutos de duração.	Informativo	2141	50,48	108.077,68
B.1.2.2	Produção de informativo para transmissão em cadeia de rádio com 5 minutos de duração.	Informativo	254	50,00	12.700,00
B.I.3	Chamadas				
B.I.3.1	Produção de chamadas com até 1 minuto de duração.	Chamada /Spot	600	25,00	15.000,00
B.I.4	Boletins	UNIDADE			
B.I.4.1	Produção de boletins para transmissão em cadeia de rádio com 5 minutos.	Boletim	254	150,00	38.100,00
B.II	Produção de Programas				
B.II.1	Entrevistas				
B.II.1.1	Produção de programas de entrevista em estúdio com 1 hora de duração.	Programa	220	300,00	66.000,00
B.II.2	Revista Eletrônica				
B.II.2.1	Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração.	Programa	363	255,00	92.565,00
B.II.2.2	Produção de revista eletrônica em estúdio com 1 hora de duração.	Programa	519	600,00	311.400,00
B.II.2.3	Produção de revista eletrônica em estúdio com 2 horas de duração.	Programa	520	750,00	390.000,00
B.II.2.4	Produção de revista eletrônica com gravação externa, ao vivo ou gravada com 2 horas de duração.	Programa	52	900,00	46.800,00

B.II.3	Revista Eletrônica Musical				
B.II.3.1	Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração.	Programa	420	240,00	100.800,00
B.II.4	Radiodramaturgia				
B.II.4.1	Produção de radiodramaturgia em estúdio de 5 a 10 minutos de duração.	Programa	262	254,33	66.634,46
B.III	Produção de Matérias				
B.III.1	Produção de matérias com até 5 min de duração dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal.	Matéria	15	800,00	12.000,00
B.III.2	Produção de matérias com até 5 min de duração fora da região Geoeconômica do Distrito Federal.	Matéria	12	1.700,00	20.400,00
B.IV	Transmissão /Captação de Sessões, audiências e eventos				
B.IV.1	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de até 2 dias .	Evento	3	1.100,00	3.300,00
B.IV.2	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 a 4 dias .	Evento	1	2.425,96	2.425,96
B.IV.3	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 dias .	Evento	1	3.059,33	3.059,33
B.IV.4	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de até 2 dias .	Evento	1	3.946,08	3.946,08
B.IV.5	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 a 4 dias .	Evento	1	3.692,73	3.692,73
B.IV.6	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 dias .	Evento	1	4.072,76	4.072,76
B.V	Transmissões de Sessões do STF				
B.V.1	Transmissão de Sessões do STF	Sessão	110	100,00	11.000,00
B.VI	Pós-Produções				
B.VI.1	Pós-Produção com 60 minutos de duração.	Programa	52	300,00	15.600,00
B.VII	Projetos Especiais				
B.VII.1	Produção de programa-piloto de radiojornal com 1 hora de duração.	Programa	1	389,90	389,90
B.VII.2	Produção de programa-piloto de informativo com 2 A 5	Programa	1	234,35	234,35
B.VII.3	Produção de programa-piloto de entrevista com 1 hora de duração.	Programa	1	365,32	265,32
B.VII.4	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 2 horas de duração.	Programa	1	281,24	281,24

B.VII.5	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 1 hora de duração	Programa	1	187,47	187,47
B.VII.6	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 30 minutos de duração.	Programa	1	182,98	182,98
B.VII.7	Produção de programa-piloto de radiodramaturgia com 2 a 5 minutos de duração.	Programa	1	156,25	156,25
B.VII.8	Produção de vinheta completa (abertura, passagem e encerramento).	Vinheta completa	8	203,12	1.624,9
TOTAL B					1.456.746,47
C	Instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível.				
C.I.1	Serviço LP ou tecnologia compatível no DF	Acesso	101	78,41	7.919,41
TOTAL C					7.919,41
VALOR TOTAL					3.000.000,00

ANEXO II AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA. (Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTRATADO

1. NOME COMPLETO: NEWTON MOREIRA ROCHA

2. CPF 358.858.661-04

3. CREA 18579/D-DF

4. DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO

TIPO: DECLARAÇÃO CONJUNTA DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL

ANEXO III AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA. (Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

DECLARAÇÃO A SER ASSINADA POR CADA FUNCIONÁRIO DA EMPRESA CONTRATADA

Declaração Individual

Eu, _____, CPF _____, não sou cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de Membro do Poder Judiciário, de servidor(a) investido em cargo de direção e de assessoramento ou de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

Brasília, ____ de _____ de 2019.

.....
(assinatura do representante legal)

ANEXO IV AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA. (Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **UNIÃO**, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, com sede em Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o n. 00.531.640/0001-28, doravante denominado **STF** e **LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA**, pessoa jurídica com sede na Rua Mil Oitocentos e Vinte e Dois, nº 588 – Ipiranga – São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 05.910312/0001-56, doravante denominada **LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA** e, sempre que em conjunto referidas como **PARTES** para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e,

Considerando que, em razão do atendimento à exigência do **Contrato STF n. 110/2019**, celebrado pelas **PARTES**, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a prestação de serviços de de gerenciamento técnico-operacional e de gestão administrativa da rádio justiça, com a produção, sob demanda, de programas radiofônicos e de multimídia voltados à divulgação dos atos do Poder Judiciário, mediante condições estabelecidas pelo STF;

Considerando que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas, verbais ou de qualquer outro modo apresentadas, tangíveis ou intangíveis, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **NOME DA EMPRESA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

Considerando a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **STF** de que a **NOME DA EMPRESA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

O **STF** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada proteção às **INFORMAÇÕES** do **STF**, principalmente àquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- a) as estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **STF**;
- b) a **NOME DA EMPRESA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **STF**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo **STF**;
- c) a **NOME DA EMPRESA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos façam uso das **INFORMAÇÕES** do **STF**;
- d) o **STF**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **NOME DA EMPRESA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

- a) as obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:
 - a.1) sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das **PARTES**;
 - a.2) tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
 - a.3) sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as **PARTES** cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

- a) a **NOME DA EMPRESA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**;
- b) a **NOME DA EMPRESA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso do **STF**;

b.1) o consentimento mencionado nesta alínea “b” será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das **PARTES**;

c) a **NOME DA EMPRESA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **STF**;

d) a **NOME DA EMPRESA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **STF**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **STF**;

e) cada **PARTE** permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**;

f) o presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

f.1) os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **NOME DA EMPRESA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **STF**;

g) a **NOME DA EMPRESA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;

h) a **NOME DA EMPRESA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas **PARTES** permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a ata de sua assinatura até 5 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do **CONTRATO** firmado entre as **PARTES**. Neste

caso, a **NOME DA EMPRESA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **STF**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento;
- b) o presente **TERMO** constitui acordo entre as **PARTES**, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente;
- c) surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **STF**;
- d) o disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de **INFORMAÇÕES**;
- e) a omissão ou tolerância das **PARTES**, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas originadas deste Termo, é competente o foro de Brasília – Distrito Federal.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, é assinado o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, pela **NOME DA EMPRESA**, sendo em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília/DF.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Quadrado De Moraes, ASSESSOR-CHEFE**, em 28/11/2019, às 19:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina de Souza Lage, Usuário Externo**, em 28/11/2019, às 20:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Silva Toledo, DIRETOR-GERAL**, em 28/11/2019, às 20:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1077080** e o código CRC **02410DC7**.

009629/2019

1077080v2

**STF****SUPREMO
TRIBUNAL
FEDERAL**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 105/2019

Objeto

Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional e de gestão administrativa da Rádio Justiça, com a produção, sob demanda, de programas radiofônicos e de multimídia voltados à divulgação dos atos do Poder Judiciário.

SRP?☐ Sim ☒ Não**Valor total estimado: R\$ 4.017.809,14**

Data: 31/10/2019 às 09:00h (horário de Brasília) no
sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

Exclusiva ME/EPP?☐ Sim ☒ Não**Reserva de quota ME/EPP?**☐ Sim ☒ Não**Decreto 7.174/2010?**☐ Sim ☒ Não**Vistoria?**☐ Obrigatória ☒ Facultativa
☐ Não se aplica**Amostra/Demonstração?**☐ Sim ☒ Não**Margem de preferência?**☐ Sim ☒ Não

As sessões públicas dos Pregões do STF podem ser acompanhadas no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br, selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "040001"**. O edital, anexos e outras informações estão disponíveis para *download* no Compras Governamentais e também no endereço www.stf.jus.br, ACESSO À INFORMAÇÃO/Licitações e Contratos/Editais de Licitação Disponíveis.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – Secretaria de Administração e Finanças

Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202.

Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, CEP 70.175-900.

Telefone: (61) 3217-3184 e-mail: cpl@stf.jus.br



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Esplanada dos Ministérios - CEP 70175-900 - Brasília - DF - www.stf.jus.br
Praça dos Três Poderes

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N. 105/2019

PREÂMBULO

O Supremo Tribunal Federal – STF torna público que realizará o Pregão Eletrônico n. 40/2019, do tipo menor preço, para adquirir o objeto abaixo descrito. A licitação, autorizada no **Processo Administrativo Eletrônico n. 009629/2019**, será regida pela Lei n. 10.520/2002, pela Lei Complementar n. 123/2006, pelos Decretos ns. 5.450/2005 e 8.538/2015, pelas condições constantes neste Edital e, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/1993.

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional e de gestão administrativa da Rádio Justiça, com a produção, sob demanda, de programas radiofônicos e de multimídia voltados à divulgação dos atos do Poder Judiciário, conforme as especificações e condições estabelecidas nos Anexos I e III deste Edital.

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão do Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, no horário e no endereço eletrônico na forma da convocação.

2.2. Poderão participar do Pregão Eletrônico as empresas que:

a) atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas no Departamento de Normas e Sistemas de Logística (DELOG), da Secretária de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico;

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

2.3. O DELOG atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.4. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

2.4.1. Para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015, sendo necessária a posterior regularização fiscal e trabalhista, nas condições estabelecidas no item 10.4 deste Edital, caso venha a formular lance vencedor.

2.5. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.6. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.7. Não poderão participar da licitação:

a) Pessoas Jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;

b) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

c) empresas punidas com suspensão temporária para licitar ou impedimento de contratar com este Tribunal, nos termos do art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993, ou impedidas de licitar no âmbito da União, de acordo com o art. 7º da Lei n. 10.520/2002;

d) empresas impedidas e/ou suspensas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública e inscritas nos cadastros impeditivos dos seguintes órgãos:

d.1) CGU;

d.2) CNJ;

d.3) TCU.

2.8. Os documentos apresentados na licitação deverão:

a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

2.9. Quando se tratar de certidões em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data fixada para a abertura da sessão pública.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, observado o seguinte:

a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;

c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A participação no Pregão Eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, observadas as condições definidas nesta Seção.

4.2. Após a divulgação deste Edital no endereço eletrônico, a licitante deverá consignar, em campo adequado do sistema eletrônico, **o valor unitário e total de cada item que compõe o grupo cotado**, já inclusos os tributos, os fretes, as tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. O sistema eletrônico fará automaticamente a soma dos valores de todos os itens que compõem o grupo cotado, para formação do valor total do grupo.

4.3. A proposta de preços deverá ser formulada de acordo com os Anexos I e II deste Edital e com as especificações detalhadas do objeto, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

4.4. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I deste Edital.

4.5. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

4.6. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados, o pregoeiro abrirá a sessão pública na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

5.4. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1. Após a abertura da sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes e por qualquer interessado.

6.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital;

b) a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;

c) lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente;

d) embora a classificação final seja pelo valor total do grupo, a disputa será realizada por item. A cada lance ofertado por item, o sistema atualizará automaticamente o valor total do grupo, sagrando-se vencedora a empresa que ofertar o menor valor total para o grupo.

7.3. Durante a sessão pública do Pregão, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusividade e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5. Nesta fase, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7.6. A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro mediante aviso de fechamento iminente.

7.7. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, e, após transcorrido o período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, encerrará automaticamente a recepção de lances.

7.8. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.10. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Quando houver participação nesta licitação de Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte, considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadrem na situação prevista no item 8.1;

b) convocação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma do item 8.1, “a” para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na situação do item 8.1, “b”, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista na situação do item 10.4, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma do item 8.1, “a”, para o exercício do mesmo direito.

8.2. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista no item 8.1 e suas alíneas, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, para o e-mail cpl@stf.jus.br, proposta de preços **ajustada ao menor lance**, elaborada de acordo com a Seção IV e os Anexos I e II deste Edital, bem como os documentos de habilitação constantes da Seção X, **no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação no sistema eletrônico**, prazo este que poderá ser prorrogado por igual período, a critério do pregoeiro.

9.2. A licitante deverá observar em sua proposta de preços as especificações do objeto ofertado, evitando a simples cópia do teor das especificações constantes do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

9.3. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com o modelo constante do Anexo II deste Edital e as condições estabelecidas na Seção IV, e dela deverão constar:

- a) identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência à licitação, número de telefone, endereço, dados bancários e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);
- b) descrição clara do objeto cotado, com indicação de quantidade, marca e modelo, de acordo com as especificações constantes do Anexo I deste Edital – Termo de Referência;
- c) indicação única de preço para cada item que compõe o grupo cotado, com exibição dos valores unitários e total apenas em algarismos e do valor total do grupo em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, conforme ao lance final respectivo;
- d) orçamento detalhado em planilha, discriminando todos os quantitativos e custos unitários que compõem o preço total, com exibição dos valores unitários e total em algarismos e do valor total da proposta em algarismos e por extenso, conforme modelo constante no Anexo II do Edital;
- d.1) não serão admitidas alterações de quantitativos ou inclusão/exclusão de itens da planilha;
- e) planilha contendo a discriminação do quantitativo de profissionais a serem disponibilizados, funções, remunerações, encargos e custos a serem praticados pela Adjudicatária, observado o quantitativo mínimo de estabelecido no item 4.7 do Anexo I do Edital, sem prejuízo da escolaridade, experiência, registro profissional e qualificação definidos no Anexo B do Termo de Referência - Anexo I do Edital e conforme modelo de Planilha para aferição de exequibilidade da proposta constante do Anexo C do TR;
- e.1) a planilha em questão servirá para aferição da exequibilidade da proposta.
- f) iniciar a prestação dos serviços em 1º/12/2019;

e) declaração de elaboração independente de proposta, conforme o modelo constante do Anexo II deste Edital. Essa declaração poderá ser apresentada eletronicamente quando da realização da sessão pública do certame pelo sistema Compras Governamentais;

9.4. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, sem prejuízo da eventual possibilidade de prorrogação do prazo de validade.

9.5. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, o logotipo ou a logomarca da licitante.

9.6. O preço proposto no lance final será fixo e nele deverão estar incluídos os tributos, as tarifas e os demais encargos necessários à execução do objeto.

9.7. Finda a disputa, a aceitação será para a totalidade do grupo, não sendo possível aceitar parte do grupo, o mesmo ocorrendo nas demais fases de habilitação, adjudicação e homologação.

9.8. O pregoeiro examinará a proposta ajustada ao menor lance quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

9.9. Será recusada a proposta de preço que apresentar valor unitário para o item cotado superior ao estabelecido no Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

9.10. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista na licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.11. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.

9.12. Se a proposta não for aceitável, se a licitante deixar de enviá-la ou não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração daquela que atenda aos requisitos deste Edital.

9.13. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro irá avaliar as condições de habilitação da licitante.

SEÇÃO X – DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, onde serão avaliados os seguintes documentos:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- c) número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- e) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10.2. Para fins de habilitação deverão ser apresentados ainda:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988 (trabalho de menores de idade, observada a Lei n. 9.854/1999), conforme o modelo constante do Anexo II deste Edital. Essa declaração poderá ser apresentada eletronicamente quando da realização da sessão pública do certame pelo sistema Compras Governamentais;

c) declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme o modelo constante do Anexo II deste Edital. Essa declaração poderá ser apresentada eletronicamente quando da realização da sessão pública do certame pelo sistema Compras Governamentais;

d) **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou ou está executando, a contento, serviço especializado de produção de programas radiofônicos ou televisivos e de gerenciamento técnico-operacional de rádio ou televisão, no qual constem, no mínimo, as seguintes parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado, a saber:

d.1) gerencia ou gerenciou, em um mesmo contrato, equipe de rádio ou televisão com, no mínimo, 10 (dez) profissionais, dentre radialistas, jornalistas ou profissionais que exerçam atividades em rádio ou televisão similares a quaisquer das atribuições descritas no Anexo B do Termo de Referência – Profissionais e Atividades da Rádio Justiça;

d.2) produção de 6 (seis) ou mais programas, sendo pelo menos 2 (dois) deles em duas variações distintas dentre: cultural, educativo, radiojornal ou telejornal;

Justificativa: a referida exigência visa assegurar que a Administração tenha a garantia de que a licitante possui condições para a boa execução do objeto, ressaltando que a exigência guarda equivalência e compatibilidade com a natureza e a complexidade dos serviços, sem criar óbices desnecessários ao rol de interessados no certame.

d.3) será admitida apresentação de mais de um atestado como forma de comprovar a qualificação técnica exigida;

d.4) o(s) documento(s) deve(m) conter o nome, endereço, telefone dos atestadores, ou qualquer outra forma de que o STF possa valer-se para manter contato com os declarantes;

e) para as empresas que possuem concessão para operar emissora de Rádio ou TV, deverão apresentar somente os seguintes documentos:

e.1) autorização do órgão competente, indicando a potência de transmissão de, no mínimo, 1 KW;

e.2) comprovação mediante a apresentação da cópia autenticada do contrato social da empresa, da CTPS, do Registro de Empregado ou de contrato de prestação de serviços de que gerencia ou gerenciou equipe de rádio ou televisão com, no mínimo, 10 (dez) profissionais, dentre radialistas e jornalistas ou profissionais que exerçam atividades em rádio ou televisão similares a quaisquer das atribuições descritas no Anexo B do Termo de Referência – Profissionais e Atividades da Rádio Justiça;

e.3) produção de 6 (seis) ou mais programas, sendo pelo menos 2 (dois) deles em duas variações distintas dentre: cultural, educativo, radiojornal ou telejornal;

Justificativa: a referida exigência visa assegurar que a Administração tenha a garantia de que a licitante apesar de possui concessão para operar emissora de Rádio ou TV tenha condições mínimas para a boa execução do objeto, ressaltando que a exigência guarda equivalência e compatibilidade com a natureza e a complexidade dos serviços, sem criar óbices desnecessários ao rol de interessados no certame.

f) comprovação de que possui (ou de que possuirá) em seu quadro de pessoal, no mínimo, 1 (um) **Responsável Técnico** na área de Engenharia Eletrônica, Engenharia Elétrica, Engenharia de Redes ou Engenharia de Telecomunicações, para a execução dos serviços, o qual deverá supervisionar o desenvolvimento dos serviços técnicos, atuando diretamente na execução quando necessário, ou que possuir equivalência de atribuições, conforme Resolução CONFEA/CREA n. 218/1973;

f.1) a comprovação do vínculo entre a licitante e os Responsáveis Técnicos far-se-á mediante a apresentação da cópia autenticada do contrato social da empresa, da CTPS, do Registro de Empregado, de contrato de prestação de serviços ou de declaração conjunta da empresa e do profissional que será contratado pela licitante, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital;

Justificativa: a operação de emissora de rádio em frequência modulada exige a realização de atividades operacionais de engenharia por profissionais habilitados no CREA. Estas atividades são por exemplo: montagem e operação de equipamentos de áudio e vídeo, operação de equipamentos de transmissão de dados, de transmissão RF (transmissor FM, transmissores de micro-ondas ponto-a-ponto). Estas atividades devem ser realizadas por profissionais de engenharia de nível superior ou por profissionais técnicos de nível médio com supervisão e acompanhamento, pois são atividades exclusivas de profissionais engenheiros, conforme artigo 1º da Resolução 218/73, CONFEA (vide atividades 01, 05, 11, 14, 15, 16, 17 e 18). Adicionalmente, uma emissora de rádio FM sujeita-se à legislação do setor de Radiodifusão, sendo necessário, eventualmente, a realização de estudos, projetos e pareceres. Estas atividades são exclusivas do profissional de Engenharia (vide atividades 02, 03, 04, 06, 07 e 09 do artigo 1º da Resolução 218/73 CONFEA), suplementares operacionalmente às tarefas que sejam desempenhadas por servidores do quadro do STF.

Ainda, a realização das atividades envolve risco de interferência em outros sistemas, por exemplo, em outras emissoras de rádio, o que exige acompanhamento técnico especializado de engenharia. Como exemplo prático, citamos caso do ano de 2012 (vide anexo) em que emissora privada (não temos o restante das investigações do corpo de bombeiros) afetou as comunicações de segurança do Corpo de Bombeiros do DF, retransmitindo o sinal de áudio da sessão plenária do STF através dos equipamentos do Corpo de Bombeiros. Este fato não teve participação de equipe da TV ou da Rádio Justiça, devidamente isentados pelo CB, mas demonstra os riscos inerentes aos trabalhos.

Reforçando, agora na área de televisão, que opera de forma técnica semelhante à rádio, houve interferência da TV Senado (transmissor analógico) no sistema de comunicações do Exército Brasileiro. Houve chamado da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL para que as emissoras de TV localizadas na estação do Colorado realizassem desligamento de seus transmissores para verificação do agente causador da interferência. Não encontramos documentação do ocorrido, mas nos parece ter sido em 2013/2014, quando o EB preparava sistemas de segurança para a Copa do Mundo de 2014.

g) **comprovação da qualificação econômico-financeira** mediante a verificação dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e de Liquidez Corrente, que deverão ser iguais ou superior a 1 (um);

g.1) caso a empresa apresente resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos, ou que não conste o cálculo dos índices no SICAF, a licitante deverá comprovar por meio do Balanço Patrimonial possuir patrimônio líquido no valor mínimo de **R\$ 401.780,91** (quatrocentos e um mil setecentos e oitenta reais e noventa e um centavos);

g.2) é vedada a substituição do balanço patrimonial e demonstrações contábeis por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerradas há mais de 3 (três) meses, a contar da apresentação da proposta;

g.3) as empresas com menos de um exercício social de existência devem cumprir a exigência em questão mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.

10.3. Caso nos registros cadastrais conste algum documento vencido, a licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, conforme estipulado no item 9.1, sob pena de inabilitação.

10.3.1. No curso do procedimento, em especial por ocasião do ato de julgamento da habilitação, caso conste algum documento referente à regularidade fiscal ou trabalhista vencido, será realizada nova consulta ao SICAF ou ao site pertinente, para atualização dos prazos de validade.

10.3.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas ou Empresas de Pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4.1 A prorrogação do prazo previsto no item 10.4 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.4, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

10.5. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.

10.6. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o **menor preço para o grupo** e atender às exigências fixadas neste Edital.

SEÇÃO XI – DO ENCAMINHAMENTO DOS ORIGINAIS DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1. A licitante vencedora deverá encaminhar, em originais ou em cópias autenticadas, os documentos necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa, conforme as Seções IX e X deste Edital, **no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da solicitação do pregoeiro**, à Comissão Permanente de Licitação, localizada no Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF, CEP 70.175-900.

11.2. A licitante ficará dispensada de apresentar os documentos originais e a proposta de preços conforme previsto no item 11.1, caso tenha apresentado anteriormente esses documentos assinados eletronicamente, de acordo com a [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001](#).

11.3. Deverá ser encaminhada, acompanhando os documentos descritos no item 11.1, a documentação abaixo discriminada, necessária à formalização do Contrato:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- c) procuração passada em instrumento público, ou particular com firma reconhecida, para o caso de representante legal, na qual estejam expressos poderes para assinar contratos em nome da proponente;
- d) documento, devidamente preenchido, contendo dados para celebração do contrato, em conformidade com o modelo constante do Anexo II do Edital.

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio do sistema eletrônico.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de interpor recurso.

12.2.1. Os recursos poderão ser acolhidos somente após a verificação dos requisitos de admissibilidade, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte da licitante. (Acórdão TCU 339/2010 – Plenário).

12.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

A adjudicação do objeto à licitante vencedora ficará sujeita à homologação pelo Diretor-Geral da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, depois da decisão final sobre os recursos interpostos.

SEÇÃO XIV – DA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1. Depois de homologado o resultado deste Edital, o STF convocará a Adjudicatária, durante a validade da sua proposta, para assinatura, preferencialmente, por meio eletrônico, do instrumento contratual, que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n. 8.666/1993.

14.2. Impreterivelmente, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da convocação que lhe seja feita pelo STF, a licitante vencedora deverá realizar o cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do STF, no link https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, e mediante a observância do disposto na Instrução Normativa STF n. 203/2015, para fins de assinatura do Contrato por meio eletrônico.

14.3. A assinatura do Contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da licitante vencedora.

14.4. É facultado à Administração, quando a Adjudicatária não assinar o Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

SEÇÃO XV – DAS SANÇÕES

Quem praticar, os atos previstos no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções previstas na IN n. 1/2017 da Secretaria Geral da Presidência da República.

SEÇÃO XVI – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da licitação correrá à conta de recursos consignados ao STF no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho 02.061.0565.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no STF, na natureza de despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.

SEÇÃO XVII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 17.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do Pregão, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório, mediante petição a ser encaminhada ao endereço eletrônico cpl@stf.jus.br.
- 17.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 17.3. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 17.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente no endereço eletrônico cpl@stf.jus.br.

SEÇÃO XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Este Edital estará à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, localizada no Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo I, 2º andar, Sala B-202, Praça dos Três Poderes, Brasília – DF, CEP 70.175-900, nos dias úteis, das 13h às 19h, e na *internet* para *download*, nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.stf.jus.br.
- 18.2. Qualquer divergência entre a especificação do objeto constante do sistema Compras Governamentais e a descrição deste Edital, prevalecerá a discriminada neste Edital.
- 18.3. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 18.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos à licitação.
- 18.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e as demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.
- 18.6. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, o presente Edital e a proposta da Adjudicatária serão partes integrantes do Contrato.
- 18.7. O Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n. 8.666/1993, desde que haja interesse da Administração.
- 18.8. O pregoeiro ou a autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.
- 18.9. O pregoeiro ou a autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 18.10. Toda comunicação oficial ocorrerá por *e-mail*, por meio do sistema Compras Governamentais ou por publicação, nos termos da legislação.

ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional e de gestão administrativa da Rádio Justiça, com a produção, sob demanda, de programas radiofônicos e de multimídia voltados à divulgação dos atos do Poder Judiciário., conforme as especificações e as condições estabelecidas neste Termo de Referência, observado o quadro abaixo:

					VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
--	--	--	--	--	-------------------	----------------

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE.	UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)
1	Prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional gestão administrativa da Rádio Justiça.					
	1	Gerenciamento Técnico-Operacional da Rádio Justiça.	Mês	12	100.200,34	1.202.404,08
	2	Gestão Administrativa da Rádio Justiça.	Mês	12	54.762,02	657.144,24
	Prestação de serviços técnico-especializado, sob demanda, para a produção de programas radiofônicos de cunho institucional, informativo, educativo e de orientação social, a serem vinculados pela Rádio Justiça.					
	Noticiários e Radiojornais					
	3	Produção de radiojornal com 1 (uma) hora de duração.	Programa	839	329,24	276.232,36
	Informativo					
	4	Produção de informativos de 2 (dois) a 5 (cinco) minutos de duração.	Informativo	2.141	50,48	108.077,68
	5	Produção de informativo com 5 (cinco) a 10 (dez) minutos.	Informativo	254	100,97	25.646,38
	Chamadas					
	6	Produção de chamadas com até 1 (um) minuto de duração.	Chamada	600	37,02	22.212,00
	Boletins ou Informativos					
	7	Produção de boletins ou informativos para transmissão em cadeia de rádio com 5 (cinco) minutos de duração.	Informativo	254	300	76.200,00
	Produção de Programas					
	Entrevista					
	8	Produção de programas de entrevistas em estúdio com 1 (uma) hora de duração.	Programa	220	548,72	120.718,40
	Revista Eletrônica					
	9	Produção de revista eletrônica em estúdio com 30 (trinta) minutos de duração.	Programa	363	316	114.708,00
	10	Produção de revista eletrônica em estúdio com 1 (uma) hora de duração.	Programa	519	963,42	500.014,98
	11	Produção de revista eletrônica em estúdio com 2 (duas) horas de duração.	Programa	520	1.008,55	524.446,00
	12	Produção de revista eletrônica externa, ao vivo ou gravada com 2 (duas) horas de duração.	Programa	52	1345,94	69.988,88
	Revista Eletrônica Musical					
	13	Produção de revista eletrônica em estúdio com 30 (trinta) minutos de duração.	Programa	420	357,75	150.255,00
	Radiodramaturgia					
	14	Produção de radiodramaturgia em estúdio de 5 (cinco) a 10 (dez) minutos de duração.	Programa	262	254,33	66.634,46
	Produção de Matérias					
	15	Produção de matérias com até 5 (cinco) minutos de duração dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal.	Matéria	15	1.140,11	17.101,65
	16	Produção de matérias com até 5 (cinco) minutos de duração fora da região Geoeconômica do Distrito Federal.	Matéria	12	1.900,15	22.801,80
	Transmissão/Captção de Sessões, Audiências e Eventos					

1

17	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de até 2 (dois) dias.	Evento	3	1.266,76	3.800,28
18	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 (três) a 4 (quatro) dias.	Evento	1	2.425,96	2.425,96
19	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 (quatro) dias.	Evento	1	3.059,33	3.059,33
20	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de até 2 (dois) dias.	Evento	1	3.946,08	3.946,08
21	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 (três) a 4 (quatro) dias.	Evento	1	3.692,73	3.692,73
22	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 (quatro) dias.	Evento	1	4.072,76	4.072,76
Transmissão de Sessões do STF					
23	Transmissão de sessões do STF.	Sessão	110	133,96	14.735,60
Pós - Produções					
24	Pós-Produção com 60 minutos de duração.	Programa	52	312,46	16.247,92
Projetos Especiais					
25	Produção de programapiloto de radiojornal com 1 (uma) hora de duração.	Programa	1	390,59	390,59
26	Produção de programa-piloto de informativo com 2 (dois) a 5 (cinco) minutos de duração.	Programa	1	234,35	234,35
27	Produção de programa-piloto de entrevista com 1 (uma) hora de duração.	Programa	1	265,32	265,32
28	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 2 (duas) horas de duração.	Programa	1	281,24	281,24
29	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 1 (uma) hora de duração.	Programa	1	187,47	187,47
30	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 30 (trinta) minutos de duração.	Programa	1	182,98	182,98
31	Produção de programa-piloto de radiodramaturgia com 2 (dois) a 5 (cinco) minutos de duração.	Programa	1	156,25	156,25
32	Produção de vinheta completa (abertura, passagem e encerramento).	Vinheta Completa	8	203,12	1.624,96
Instalação de linha privada (LP) ou tecnologia compatível					
33	Serviço de linha privada (LP) ou tecnologia compatível. Local: no Distrito Federal	Acesso	101	78,41	7.919,41
VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA A LICITAÇÃO (R\$)					4.017.809,14

ITEM	Discriminação dos serviços	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO (R\$)

A	Prestação de serviços de gerenciamento técnico- operacional e gestão administrativa da Rádio Justiça.				
A.I	Gerenciamento Técnico-Operacional da Rádio Justiça.	Mês	12	100.200,34	1.202.404,08
A.II	Gestão Administrativa da Rádio Justiça.	Mês	12	54.762,02	657.144,24
TOTAL A				1.859.548,32	
B	Prestação de serviços técnico-especializados, sob demanda, para a produção de programas radiofônicos de cunho institucional, informativo, educativo e de orientação social, a serem veiculados pela Rádio Justiça.				
B.I	Noticiários				
B.I.1	Radiojornais				
B.I.1.2	Produção de radiojornal com 1 hora de duração.	Programa	839	329,24	276.232,36
B.I.2	Informativos				
B.I.2.1	Produção de informativo de 2 a 5 minutos de duração.	Informativo	2141	50,48	108.077,68
B.I.2.2	Produção de informativo para transmissão em cadeia de rádio com 5 minutos de duração.	Informativo	254	100,97	25.646,38
B.I.3	Chamadas				
B.I.3.1	Produção de chamadas com até 1 minuto de duração.	Chamada /Spot	600	37,02	22.212,00
B.I.4	Boletins	UNIDADE			
B.I.4.1	Produção de boletins para transmissão em cadeia de rádio com 5 minutos.	Boletim	254	300,00	76.200,00
B.II	Produção de Programas				
B.II.1	Entrevistas				
B.II.1.1	Produção de programas de entrevista em estúdio com 1 hora de duração.	Programa	220	548,72	120.718,40
B.II.2	Revista Eletrônica				
B.II.2.1	Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração.	Programa	363	316,00	114.708,00
B.II.2.2	Produção de revista eletrônica em estúdio com 1 hora de duração.	Programa	519	963,42	500.014,98
B.II.2.3	Produção de revista eletrônica em estúdio com 2 horas de duração.	Programa	520	1.008,55	524.446,00
B.II.2.4	Produção de revista eletrônica com gravação externa, ao vivo ou gravada com 2 horas de duração.	Programa	52	1.345,94	69.988,88
B.II.3	Revista Eletrônica Musical				
B.II.3.1	Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração.	Programa	420	357,75	150.255,00
B.II.4	Radiodramaturgia				
B.II.4.1	Produção de radiodramaturgia em estúdio de 5 a 10 minutos de duração.	Programa	262	254,33	66.634,46
B.III	Produção de Matérias				
B.III.1	Produção de matérias com até 5 min de duração dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal.	Matéria	15	1.140,11	17.101,65
B.III.2	Produção de matérias com até 5 min de duração fora da região Geoeconômica do Distrito Federal.	Matéria	12	1.900,15	22.801,80
B.IV	Transmissão /Captação de Sessões, audiências e eventos				
B.IV.1	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de até 2 dias.	Evento	3	1.266,76	3.800,28

B.IV.2	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 a 4 dias.	Evento	1	2.425,96	2.425,96
B.IV.3	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 dias.	Evento	1	3.059,33	3.059,33
B.IV.4	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de até 2 dias.	Evento	1	3.946,08	3.946,08
B.IV.5	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 a 4 dias.	Evento	1	3.692,73	3.692,73
B.IV.6	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 dias.	Evento	1	4.072,76	4.072,76
B.V	Transmissões de Sessões do STF				
B.V.1	Transmissão de Sessões do STF	Sessão	110	133,96	14.735,60
B.VI	Pós-Produções				
B.VI.1	Pós-Produção com 60 minutos de duração.	Programa	52	312,46	16.247,92
B.VII	Projetos Especiais				
B.VII.1	Produção de programa-piloto de radiojornal com 1 hora de duração.	Programa	1	390,59	390,59
B.VII.2	Produção de programa-piloto de informativo com 2 A 5 minutos	Programa	1	234,35	234,35
B.VII.3	Produção de programa-piloto de entrevista com 1 hora de duração.	Programa	1	265,32	265,32
B.VII.4	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 2 horas de duração.	Programa	1	281,24	281,24
B.VII.5	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 1 hora de duração	Programa	1	187,47	187,47
B.VII.6	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 30 minutos de duração.	Programa	1	182,98	182,98
B.VII.7	Produção de programa-piloto de radiodramaturgia com 2 a 5 minutos de duração.	Programa	1	156,25	156,25
B.VII.8	Produção de vinheta completa (abertura, passagem e encerramento).	Vinheta completa	8	203,12	1.624,96
TOTAL B				2.150.341,41	
C	Instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível.				
C.I.1	Serviço LP ou tecnologia compatível no DF	Acesso	101	78,41	7.919,41
TOTAL C				7.919,41	
VALOR TOTAL				4.017.809,14	

2. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA

2.1 - GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL

2.1.1. Trata-se do planejamento operacional e da coordenação técnica da programação, bem como da operacionalização técnica de transmissão dos programas (operação de sistemas de transmissão e “central técnica”), durante 24h por dia, 7 (sete) dias por semana.

2.1.2. Os serviços de gerenciamento técnico-operacional compreendem os programas produzidos pela CONTRATADA, sob demanda da Secretaria de Comunicação Social do STF, e outros que porventura sejam fornecidos e/ou adquiridos pelo STF, além de produtos demandados pelo CONTRATANTE para inserção em mídia comunicativa na *internet*, em conformidade com especificações deste Termo de Referência.

2.1.3. A execução dos serviços de gerenciamento técnico-operacional compreende, basicamente:

2.1.3.1. Planejamento operacional da programação.

2.1.3.2. Coordenação técnica de exibição.

2.1.3.3. Atividades de operação dos equipamentos e sistemas de transmissão conforme listagem patrimonial da Rádio Justiça, a ser entregue por ocasião da vistoria, sem prejuízo de atualizações.

2.1.3.4. Monitoramento ininterrupto das transmissões da Rádio Justiça, com a apresentação de relatório técnico mensal de conformidade dos sistemas e do registro de eventuais falhas e/ou interrupções.

2.1.3.4.1. O monitoramento ininterrupto inclui todos os canais utilizados pelo CONTRATANTE para a transmissão da Rádio Justiça, entre os quais:

2.1.3.4.1.1. Frequência modulada em Brasília-DF (104,7FM).

2.1.3.4.1.2. Transmissão via satélite, por meio do satélite ou outro segmento satelital utilizado pelo CONTRATANTE.

2.1.3.4.1.3. *Internet*.

2.1.3.5. Acompanhamento e controle dos horários da programação prevista na grade diária.

2.1.3.6. Controle da exibição de programas em conformidade com a grade de programação e com as orientações editoriais da Secretaria de Comunicação Social do STF.

2.1.3.7. Transmissão e retransmissão de noticiários (radiojornais, informativos e boletins), programas e chamadas.

2.1.3.8. Transmissão de músicas, anúncio e desanúncio de músicas, com ou sem notas informativas, a ser definido pela CONTRATANTE.

2.1.3.9. Transmissões obrigatórias, como “A Voz do Brasil” e propagandas políticas.

2.1.3.10. Transmissões das sessões do STF e de outros órgãos do Poder Judiciário, de audiências públicas e eventos protocolares, conforme demanda do CONTRATANTE.

2.1.3.11. Transmissão da programação pela *internet*.

2.1.3.12. Operacionalização da comunicação da Rádio Justiça por meio de *internet*, compreendendo: produção e publicação de conteúdos para o *site*, mídias sociais, atualização periódica de notícias, postagem de matérias, programas, sessões plenárias e todo o material produzido pela Rádio Justiça, em conformidade com as orientações da Secretaria de Comunicação Social do STF.

2.1.3.12.1. Este item inclui o acompanhamento de métricas do site e das mídias sociais com fornecimento de relatório mensal para subsidiar as estratégias de comunicação digital da Rádio Justiça.

2.1.3.13. Operação e monitoração de “*downlinks*” que trazem sinais externos até a Rádio Justiça.

2.1.3.14. Operação de sistemas e demais equipamentos necessários ao planejamento técnico, operacionalização e controle da qualidade da transmissão.

2.1.3.15. Responsabilização pela instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível, para o atendimento às demandas do CONTRATANTE na realização de entrevistas, transmissão de eventos e/ou solenidades, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência:

2.1.3.15.1. A instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível, tem por objetivo permitir a realização de atividades programadas que dependem de infraestrutura técnica complementar aos equipamentos existentes no acervo patrimonial da Rádio Justiça, em decorrência da utilização integral dos equipamentos existentes ou por ocasião da realização de evento previamente programado, observada a prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

2.1.3.15.2. A configuração técnica do serviço deverá ser composta, no mínimo, de dois pares (quatro fios), ou tecnologia similar, com tráfego bidirecional, simultâneo e independente.

2.1.3.15.3. A instalação do serviço deve ser realizada com antecedência mínima de 24h antes da realização do evento, a fim de não prejudicar o atendimento à demanda do CONTRATANTE.

2.1.3.15.4. A CONTRATADA é responsável pela execução dos serviços de instalação do sistema, configuração, ajustes técnicos, reparação, quando necessário, dos equipamentos durante todo o período da demanda.

2.1.3.15.5. A realização do serviço de instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível, sob demanda, somente poderá ser realizada mediante prévia solicitação e aprovação expressa pelo CONTRATANTE, após a apresentação pela CONTRATADA das especificações do serviço e dos benefícios esperados para a transmissão.

2.1.3.15.6. A CONTRATADA deverá apresentar descrição detalhada do serviço técnico prestado, contendo os locais de ligação e o período efetuado.

2.1.3.15.7. Todos os equipamentos necessários à compatibilidade da linha privada, ou tecnologia compatível, aos equipamentos da Rádio Justiça é de responsabilidade da CONTRATADA e sem ônus para o CONTRATANTE.

2.1.3.15.8. Em caso de inviabilidade técnica para a instalação do serviço ou para a configuração mínima estabelecida, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE, com relatório técnico contendo a discriminação da incompatibilidade verificada, os dados técnicos relevantes, bem como a proposição de medidas alternativas para evitar prejuízos às atividades da emissora.

2.1.3.15.9. Os serviços poderão ser prestados também aos sábados, domingos e feriados, ininterruptamente se for o caso, em conformidade com o previsto neste Termo de Referência.

2.1.3.15.10. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante a apresentação da Ordem de Serviço e da efetiva comprovação da prestação do serviço.

2.1.3.15.11. Os sinais de voz deverão estar disponibilizados nos estúdios da Rádio Justiça, localizado no Subsolo do Ed. Sede, Supremo Tribunal Federal, Brasília-DF, e nos locais indicados oportunamente pelo CONTRATANTE.

2.1.3.15.12. A quantidade do serviço de instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível está discriminada na letra “C” do item 2 deste Termo de Referência – Planilha Orçamentária Estimativa, para atender situações emergenciais, a serem demandadas pelo CONTRATANTE.

2.1.3.15.13. Todos os custos incidentes à execução de todos os serviços relativos a instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível, durante o prazo de vigência contratual, deverão estar inclusos no valor total da proposta de preços.

2.1.3.16. Operacionalização de sistemas e equipamentos em conformidade com as normas e padrões técnicos, inclusive em relação a organização da infraestrutura e cabeamento da emissora.

2.1.3.17. Acompanhamento presencial da realização dos serviços de manutenção preventiva (que incluem inspeções semanais, quinzenais e mensais) e/ou de manutenção corretiva realizados por empresa contratada pelo CONTRATANTE nos equipamentos afetos à Rádio Justiça e emissão de relatório técnico.

2.1.3.18. Elaboração de pareceres técnicos mensais para subsidiar os registros do CONTRATANTE acerca do controle das condições de operação de equipamentos e sistemas destinados à Rádio Justiça, tais como Linha Dedicada Digital, *software* para radiojornalismo e outros.

2.1.3.19. Elaboração de relatórios técnicos de acompanhamento de serviços executados durante as manutenções e/ou instalações de novos equipamentos no parque técnico da Rádio Justiça.

2.1.3.20. Elaboração de parecer técnico, em periodicidade mínima semestral, contendo a descrição pormenorizada de necessidades de equipamentos e/ou sistemas, objetivando a compatibilidade técnica e a qualidade dos serviços prestados, contendo a área de aplicação, os benefícios e ganhos esperados, e as características técnicas do item indicado, sem prejuízo das cláusulas contratuais.

2.1.3.21. Registro, em livro próprio, de todas as ocorrências relativas ao andamento dos serviços contratados, em especial que envolvam interrupções nas transmissões e/ou alterações em relação à programação.

2.1.3.22. Emissão de parecer técnico formal de atesto quanto ao recebimento e à operacionalidade de equipamentos e/ou sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE, indicando, entre outras informações, as condições de operação, a individualização da marca/modelo e o número de série, a quantidade, e eventuais ressalvas.

2.1.3.23. Registro formal de atesto quanto à operacionalidade de equipamentos, após a realização de serviços de manutenção por empresa contratada pelo CONTRATANTE.

2.1.3.24. Operacionalização de serviços técnicos, de produção e de jornalismo, por meio de profissionais devidamente qualificados, em conformidade com as previsões deste Termo de Referência, sem prejuízo das previsões legais.

2.1.3.25. Outras atividades inerentes à área técnico-operacional de emissoras de rádio.

2.1.3.26. Eventuais transmissões e/ou retransmissões do áudio da programação da TV Justiça, sem tratamento posterior, não implicarão ônus para o CONTRATANTE.

2.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1. Trata-se de serviço de apoio visando garantir infraestrutura administrativa à Rádio Justiça em suas atividades cotidianas.

2.2.2. A execução dos serviços de gestão administrativa compreende:

2.2.2.1. Atividades de supervisão geral administrativa dos serviços.

2.2.2.2. Gestão de recebimento, uso, guarda, conservação e movimentação dos equipamentos e bens patrimoniais que compõem o parque tecnológico da Rádio Justiça, que ficarão sob a responsabilidade da CONTRATADA.

2.2.2.3. Controle, mediante registro próprio, de todos equipamentos e bens patrimoniais da Rádio Justiça, inclusive a movimentação física, cujos registros deverão ser encaminhados mensalmente ao CONTRATANTE e estarem a sua disposição.

2.2.2.4. Cadastramento e armazenamento de documentação relacionada à execução do objeto.

2.2.2.5. Planejamento operacional, catalogação/indexação e arquivamento de arquivos de áudio e acervo de mídias, seguindo padrões de indexação e catalogação estabelecidos na Rádio Justiça.

2.2.2.6. Organização e atualização de agenda de contatos em meio digital que deverá permanecer na propriedade da CONTRATANTE.

2.2.2.7. Controle, mediante registro próprio, da utilização de recursos de telefonia disponibilizados formalmente pelo CONTRATANTE para a Rádio Justiça, e emissão de relatório técnico em periodicidade mínima mensal.

2.2.2.8. Organização e atualização dos cadastros de emissoras e instituições que retransmitem conteúdo da Rádio Justiça.

2.2.2.9. Elaboração de parecer técnico, em periodicidade semestral, contendo a descrição pormenorizada de insumos necessários ao serviço, com a individualização de quantitativos e o detalhamento da estimativa de consumo mensal para cada material, sem prejuízo das cláusulas contratuais.

2.2.2.10. Suporte administrativo e de infraestrutura às atividades técnico-operacionais da CONTRATADA, necessários à prestação dos serviços.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS, SOB DEMANDA, PARA A PRODUÇÃO DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS DE CUNHO INSTITUCIONAL, INFORMATIVO, CULTURAL e EDUCATIVO, QUE SERÃO VEICULADOS PELA RÁDIO JUSTIÇA

Noticiários

Radiojornais

2.3. Produção de radiojornal com 1 hora de duração

2.3.1. Trata-se da produção de radiojornais, relacionados com temas atuais e em evidência no Poder Judiciário, a serem exibidos conforme decisão editorial estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.3.2. A produção compreende desde a definição da pauta, em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social do STF, até a veiculação do jornal, englobando: pré-produção, produção, operação, gravação em estúdio e externa, edição de áudios, redação de textos, seleção de dados e informações de interesse jornalístico, pós-produção, apresentação e arquivamento das matérias em separado, programa pronto e publicação nas redes sociais.

2.3.3. A produção compreende ainda a elaboração de *teasers*, escaladas, chamadas de bloco, além da avaliação obrigatória e edição, quando necessário, dos boletins, das notas, das reportagens, das entrevistas e demais materiais enviados pelos parceiros.

2.3.4. A pauta diária de cada uma das edições diárias dos radiojornais com 1 (uma) hora de produção será composta do seguinte material INÉDITO e de PRODUÇÃO PRÓPRIA (exclui áudios enviados pelos parceiros): no mínimo, 2 (duas) reportagens, 5 (cinco) boletins, 5 (cinco) notas e 1 (uma) entrevista, ressaltando-se a possibilidade de alteração na composição dos produtos desde que previamente submetido à análise e à aprovação expressa pelo

CONTRATANTE.

2.3.4.1. Considera-se BOLETIM: Áudio captado sob a forma presencial (nos estúdios de gravação) ou a distância (por telefone) em que o repórter anuncia uma notícia, podendo conter sonora e/ou sobre som.

2.3.4.2. Considera-se REPORTAGEM: Áudio captado sob a forma presencial (nos estúdios de gravação) ou a distância (por telefone) em que o repórter anuncia e explora uma notícia a partir de depoimento (sonoras) de especialistas e personagens. Cada reportagem deverá conter, no mínimo, duas sonoras de pessoas distintas.

2.3.4.3. Considera-se NOTA: Pequena notícia anunciada pelo apresentador, destinada à informação rápida e imediata.

2.3.4.4. Considera-se ENTREVISTA: Diálogos entre apresentador ou repórter e fonte, sob forma de perguntas e respostas, com a finalidade de obter informações e esclarecimentos.

2.3.5. Para casos excepcionais em que a veiculação dos radiojornais seja prejudicada por fato superveniente (motivada por alterações ulteriores na grade, ou em virtude de extensão da duração de sessões e/ou eventos protocolares do Tribunal), prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comprovar a efetiva elaboração do produto.

2.3.5.1. A comprovação de que os radiojornais foram efetivamente finalizados somente será atestada pelo CONTRATANTE após a comprovação apresentada pela CONTRATADA e a análise pela Secretaria de Comunicação Social do STF, observados os requisitos estabelecidos, sem prejuízo das demais cláusulas pactuadas.

2.3.6. Os radiojornais podem ter produção externa, assim caracterizados aqueles que sejam apresentados integralmente fora das dependências da Rádio Justiça no STF, ressalvando-se a possibilidade de alteração na composição dos produtos desde que previamente submetido à análise e aprovação expressa pelo CONTRATANTE.

Informativos**2.4. Produção de informativos de 2 a 5 minutos de duração**

2.4.1. Trata-se da produção de noticiários sucintos, com informações diárias e factuais sobre o Poder Judiciário e demais acontecimentos de interesse público, a serem exibidos de segunda a sexta-feira, com 2 a 5 minutos de duração.

2.4.2. A produção compreende desde a definição da pauta, em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social do STF, até a veiculação do informativo, englobando: pré-produção, produção, operação, gravação em estúdio e externa, edição, pós-produção, apresentação e arquivamento de áudios do programa pronto.

2.4.3. A pauta de cada uma das edições diárias dos informativos será composta de notas, boletins e reportagens com notícias do dia, conforme a orientação do CONTRATANTE, respeitado o tempo de duração de cada edição, ressalvando-se a possibilidade de alteração na composição dos produtos desde que previamente submetido à análise e aprovação expressa pelo CONTRATANTE.

2.4.4. Para casos excepcionais em que a veiculação dos informativos seja prejudicada por fato superveniente (motivada por alterações ulteriores na grade, ou em virtude de extensão da duração de sessões e/ou eventos protocolares do Tribunal), prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comprovar a efetiva elaboração do produto conforme demandado. 1. Considera-se BOLETIM: Áudio captado sob a forma presencial (nos estúdios de gravação) ou a distância (por telefone) em que o repórter anuncia uma notícia, podendo conter sonora e/ou sobre som.

2.4.4.1. A comprovação de que os informativos foram efetivamente finalizados somente será atestada pelo CONTRATANTE após a comprovação apresentada pela CONTRATADA e a análise pela Secretaria de Comunicação Social do STF, observados os requisitos estabelecidos, sem prejuízo das demais cláusulas pactuadas.

2.5. Produção de informativo com 5 a 10 minutos de duração.

2.5.1. Trata-se da produção de noticiários sucintos, com informações diárias e factuais sobre o Poder Judiciário e demais acontecimentos de interesse público, a serem exibidos de segunda a sexta-feira, com 5 a 10 minutos de duração.

2.5.2. A produção compreende desde a definição da pauta, em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social do STF, até a veiculação do informativo, englobando: pré-produção, produção, operação, gravação em estúdio e externa, edição, pós-produção, apresentação e arquivamento de áudios do programa pronto.

2.5.3. A pauta de cada uma das edições diárias dos informativos será composta de notas, boletins e reportagens com notícias do dia, conforme a orientação do CONTRATANTE, respeitado o tempo de duração de cada edição, ressalvando-se a possibilidade de alteração na composição dos produtos desde que previamente submetido à análise e aprovação expressa pelo CONTRATANTE.

2.5.4. Para casos excepcionais em que a veiculação dos informativos seja prejudicada por fato superveniente (motivada por alterações ulteriores na grade, ou em virtude de extensão da duração de sessões e/ou eventos protocolares do Tribunal), prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comprovar a efetiva elaboração do produto conforme demandado. 1. Considera-se BOLETIM: Áudio captado sob a forma presencial (nos estúdios de gravação) ou a distância (por telefone) em que o repórter anuncia uma notícia, podendo conter sonora e/ou sobre som.

2.5.4.1. A comprovação de que os informativos foram efetivamente finalizados somente será atestada pelo CONTRATANTE após a comprovação apresentada pela CONTRATADA e a análise pela Secretaria de Comunicação Social do STF, observados os requisitos estabelecidos, sem prejuízo das demais cláusulas pactuadas.

Chamadas**2.6. Produção de chamadas com até 1 minuto de duração**

2.6.1. Todos os programas veiculados na Rádio Justiça, deverão ter chamadas de manutenção e rotativas, com duração de 15 (quinze) segundos a 1 (um) minuto.

2.6.2. Este item prevê ainda a produção de chamadas institucionais para divulgação da emissora, de campanhas, eventos ou outras informações de interesse jurídico, educativo ou prestação de serviço.

Boletins/Informativos

2.7. Produção de boletim ou Informativo com 5 minutos de duração para transmissão em cadeia de rádio

2.7.1. Trata-se da produção de noticiários, sobre temas atuais e em evidência no Poder Judiciário, a serem exibidos de segunda a sexta-feira, com duração de 5 minutos em conformidade com a periodicidade estabelecida pelo CONTRATANTE.

2.7.2. A produção compreende desde a definição da pauta, em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social do STF, até a veiculação do informativo, passando pela pré-produção, produção, operação, gravação em estúdio e externa, edição de áudios, redação de textos, seleção de dados e informações de interesse jornalístico, pós-produção, apresentação, das reportagens em separado e do programa pronto.

2.7.3. Tratando-se de informativos transmitidos no programa “A Voz do Brasil”, ou similar de transmissão obrigatória, estes deverão estar finalizados e submetidos previamente à aprovação da Secretaria de Comunicação Social do STF, sem prejuízo do cumprimento do horário de exibição.

2.7.4. Para casos excepcionais em que a veiculação dos informativos seja prejudicada por fato superveniente (motivada por alterações ulteriores na grade, ou em virtude de extensão da duração de sessões e/ou eventos protocolares do Tribunal), prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comprovar a efetiva elaboração do produto conforme demandado.

2.7.4.1. A comprovação de que os boletins foram efetivamente finalizados somente será atestada pelo CONTRATANTE após a comprovação apresentada pela CONTRATADA e a análise pela Secretaria de Comunicação Social do STF, observados os requisitos estabelecidos, sem prejuízo das demais cláusulas pactuadas.

2.8. PRODUÇÃO DE PROGRAMAS**Produção de Entrevistas****Produção de Revistas Eletrônicas****Produção de Revistas Eletrônicas Musicais****Radiodramaturgia**

2.8.1. Trata-se da produção de programas radiofônicos, relacionados com temas atuais de interesse público e em evidência no Poder Judiciário (direitos, cidadania, educação e cultura), para composição da grade de programação da Rádio Justiça, com exibição diária ou semanal, duração variada (conforme o tipo de programa e a edição).

2.8.2. Os Programas de Entrevistas são programas radiofônicos abordando questões de interesse público, relevantes e contemporâneas do mundo jurídico, com exibição diária ou semanal, com duração de 1 (uma) hora. Nesses programas um ou mais especialistas são convidados a discutir o tema da edição.

2.8.3. As Revistas Eletrônicas são programas radiofônicos abordando variedades com questões relevantes e contemporâneas de interesse público (direitos, cidadania, educação e cultura), com exibição diária (de segunda a sexta-feira) ou semanal (uma ou mais vezes por semana), com duração variada, podendo ser de 30 (trinta) minutos, 1 (uma) hora ou 2 (duas) horas, conforme o tipo de programa e a edição.

2.8.3.1. As revistas Eletrônicas deverão ser temáticas e/ou contar com quadros especiais, além de sonorização, participação de ouvintes e outros recursos que confirmem dinamismo e atratividade ao programa, conform orientação da Secretaria de Comunicação Social do STF.

2.8.4. As Revistas Eletrônicas Musicais são programas radiofônicos de cunho cultural, com foco em estilos musicais, artistas, lançamento de discos, contendo faixas de exibições musicais e textos informativos e/ou entrevistas de artistas, com exibição diária (de segunda a sexta-feira) ou semanal (uma ou mais vezes por semana), com duração variada, podendo ser de 30 (trinta) minutos, ou 1 (uma) hora, conforme o tipo de programa e a edição.

2.8.5. A Radiodramaturgia trata da produção de programas radiofônicos de caráter jurídico-educativo, que se valem de dramatizações de situações fictícias baseadas ou não em fatos reais, com uso de efeitos e trilhas sonoras especiais, visando transmitir conceitos de Justiça e cidadania, esclarecendo regras e normas legais. Esses programas têm exibição diária e duração variada, de 5 (cinco) até 10 (dez) minutos para cada capítulo, não considerados os tempos de duração das vinhetas e trilhas sonoras. A duração do enredo com os diálogos deve ser de no mínimo 4 (quatro) minutos.

2.8.6. A definição do número de edições semanais de cada programa ficará a critério da Secretaria de Comunicação Social do STF, respeitado o quantitativo (anual) previsto, assim como o tempo de duração de cada programa. Ressalte-se a possibilidade de alteração na composição dos produtos desde que previamente submetido à análise e aprovação expressa pelo CONTRATANTE.

2.8.7. A produção dos programas compreende desde a pesquisa sobre o tema, passando pela roteirização, vinhetas para todas as produções, incluindo abertura, passagem e encerramento, trilhas, bases e outros elementos de sonoplastia, produção propriamente dita, captação de áudio, reportagens, editorias, apoio técnico-operacional e finalização de edição. A produção da radiodramaturgia deve conter ainda um compacto dos capítulos do episódio da semana, acompanhado de um comentário jurídico-educativo sobre as situações trazidas na dramatizações. Ele comentário deve trazer uma abordagem atualizada do mundo jurídico, com a menção de jurisprudências e leis recentes.

2.8.8. Os programas serão ao vivo ou gravados, nos estúdios da Rádio Justiça ou externa, em conformidade com o definido pela Secretaria de Comunicação Social do STF.

2.9. PRODUÇÃO DE MATÉRIAS**2.9.1. PRODUÇÃO DE MATÉRIAS DENTRO DA REGIÃO GEOECONÔMICA DO DF**

2.9.1.1. Trata-se da produção de séries de matérias jornalísticas, relacionadas com temas atuais e em evidência no Poder Judiciário, para composição dos radiojornais e grade de programação da Rádio Justiça, com duração de até 5 (cinco) minutos.

2.9.1.2. A prestação dos serviços de produção de matérias será realizada pela CONTRATADA, após autorização expressa e formal da Secretaria de Comunicação Social do STF.

2.9.1.3. A produção das séries compreende desde a pesquisa sobre o tema, passando pela roteirização, produção propriamente dita, captação de áudio, reportagens, editorias, apoio técnico-operacional e finalização de edição.

2.9.1.4. Os insumos (equipamentos, aparelhos de telefonia móvel, entre outros) são de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus ao CONTRATANTE.

2.9.2. PRODUÇÃO DE MATÉRIAS FORA DA REGIÃO GEOECONÔMICA DO DF

2.9.1. Trata-se da produção de matérias jornalísticas, relacionadas com temas atuais e em evidência no Poder Judiciário, para composição da grade de programação da Rádio Justiça, incluindo radiojornais, com duração de até 5 (cinco) minutos.

2.9.2. A prestação dos serviços de produção de matérias será realizada pela CONTRATADA, após autorização expressa e formal da Secretaria de Comunicação Social do STF.

2.9.3. No custo da produção de matérias fora da região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94, estão incluídas as despesas com passagens e diárias.

2.9.4. A produção das matérias fora do DF compreende desde a pesquisa sobre o tema, passando pela roteirização, produção propriamente dita, captação de áudio, reportagens, editorias, apoio técnico-operacional e finalização de edição.

2.9.5. Os insumos (equipamentos, aparelhos de telefonia móvel, entre outros) são de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus ao CONTRATANTE.

2.10. TRANSMISSÃO/CAPTAÇÃO DE SESSÕES, AUDIÊNCIAS E EVENTOS

2.10.1. Trata-se da transmissão, ao vivo ou inédita gravada, conforme definido pela Secretaria de Comunicação Social do STF, de sessões ordinárias ou extraordinárias, audiências públicas e eventos (palestras, julgamentos, aulas, apresentações institucionais, cobertura de solenidades de posse de autoridades do Poder Judiciário).

2.10.2. Este serviço envolve a viabilização de estrutura técnica para a captação e transmissão ao vivo, ou captação e gravação para posterior transmissão. Envolve, ainda, a cobertura jornalística com equipe que deverá compreender, no mínimo, os seguintes serviços profissionais: âncora no estúdio e repórter no plenário ou no local do evento e consultoria jurídica, quando se tratar de sessões plenárias.

2.10.2.1. A alteração dos serviços profissionais atinentes à equipe técnica responsável pela cobertura jornalística especificada neste item somente será admitida em caráter excepcional e desde que previamente submetida à análise e aprovação expressa pelo CONTRATANTE.

2.10.3. O serviço compreende a captação de áudio, pré-produção, produção, edição de textos, pós-produção, apresentação e arquivamento de áudios brutos (quando requisitado pelo CONTRATANTE) e do produto editado.

2.10.4. Compreende ainda direção, roteirização, vinhetas para todas as produções, incluindo abertura, passagem e encerramento, trilhas, bases e outros elementos de sonoplastia necessários para finalização do produto a ser exibido.

2.10.5. Eventuais transmissões do áudio da programação da TV Justiça e/ou de eventos, na íntegra e sem a utilização de cobertura jornalística especificada no subitem “b”, cuja gravação ou sinal sejam fornecidas pelo Tribunal e/ou seus parceiros, não implicarão ônus para o CONTRATANTE.

2.10.6. O custo da transmissão/captação, quando necessário, está previsto da seguinte forma:

2.10.6.1. Eventos com duração de 1 a 2 dias dentro da região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94.

2.10.6.2. Eventos com duração de 1 a 2 dias fora da região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94, dentro do território nacional.

2.10.6.3. Eventos com duração de 3 a 4 dias dentro da região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94.

2.10.6.4. Eventos com duração de 3 a 4 dias fora da região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94, dentro do território nacional.

2.10.7. O CONTRATANTE não disponibilizará os equipamentos e materiais necessários para a prestação dos serviços fora da região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94.

2.11. TRANSMISSÃO DE SESSÕES DO STF

2.11.1. Trata-se das transmissões das sessões realizadas pelo Plenário do STF.

2.11.2. Além das transmissões do áudio do plenário, este item compreende a ancoragem realizada por apresentador e comentários especializados realizados por consultor jurídico durante a abertura, intervalo e encerramento da sessão, conforme orientação da Secretaria de Comunicação Social do STF.

2.12. PÓS-PRODUÇÕES

2.12.1. Trata-se de produção de programas a partir de produtos (material bruto) recebidos de outros órgãos ou entidades pelo Supremo Tribunal Federal e também reedições de programas produzidos pela CONTRATADA, a pedido do CONTRATANTE.

2.12.2. A Pós-Produção pode compreender roteirização, edição de áudios, finalização e apresentação. Compreende ainda a gravação de “cabeças” em estúdio, vinhetas (abertura, passagem e encerramento) e composição de trilha, bases e outros elementos de sonoplastia, em conformidade com as demandas do CONTRATANTE.

2.13. PROJETOS ESPECIAIS

2.13.1. Trata-se de novas ações, que poderão ocorrer sob a forma de desenvolvimento de novos programas (“programas-piloto”) visando substituir ou mesmo agregar a grade de exibição da Rádio Justiça, ou programas especiais eventuais (institucionais e comemorativos).

2.13.2. Esses projetos serão realizados sob demanda, versando sobre temas a serem definidos pelo Supremo Tribunal Federal.

2.13.3. Para cada projeto demandado, a CONTRATADA deverá produzir um “programa-piloto”, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis. Caso haja necessidade de apresentação de roteiro pormenorizado prévio, ele deverá ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

2.13.4. A produção desses projetos compreende desde a definição da pauta, passando pela roteirização, seleção de dados e informações, redação de textos, pré-produção, captação de áudio em estúdio e externa, edição de áudios, pós-produção, finalização e apresentação.

2.13.5. A produção de um programa especial compreende inclusive a produção de vinhetas (abertura, passagem e encerramento), composição de trilha, bases e outros elementos de sonoplastia.

2.13.6. A CONTRATADA deverá submeter à Secretaria de Comunicação Social do STF o programa para análise e aprovação, cabendo ainda, às suas expensas, as devidas correções.

2.14. VINHETAS

2.14.1. Trata-se produção de vinhetas de até 1 (um) minuto contendo abertura, passagem e encerramento para programas ou coberturas especiais, ou ainda vinhetas institucionais, conforme solicitado pelo CONTRATANTE.

3. LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1. A prestação dos serviços ocorrerá nas dependências do Supremo Tribunal Federal – STF e no Centro de Transmissão da TV Justiça e Rádio Justiça, localizado no Colorado, em Sobradinho-DF.

3.2. Ressalva-se a prestação de serviços técnicos, de produção e jornalismo, a serem realizados na região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94, bem como os serviços sob demanda (produção de matérias fora da região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94, captação de eventos instalação de linha privada (LP) ou tecnologia compatível) que poderão ser realizados fora das dependências do CONTRATANTE, no território nacional, em conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

3.3. Os serviços deverão ser prestados durante 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Prestar os serviços objeto deste Termo de Referência conforme especificações, condições e quantidades nele estipuladas.

4.2. Executar diretamente os serviços contratados sem transferência de responsabilidade ou subcontratação não autorizada formalmente pelo CONTRATANTE.

4.3. Manter-se atualizada em relação à legislação e às tecnologias aplicadas aos serviços contratados, emitindo parecer ao CONTRATANTE para o contínuo funcionamento da Rádio Justiça em conformidade com as normas legais e a conformidade tecnológica.

4.4. Operar ininterruptamente (24h por dia, 7 dias por semana) a Rádio Justiça, base em grades de transmissão previamente definidas em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social do STF.

4.5. Executar a operacionalização da comunicação da Rádio Justiça por meio de *internet* e mídias sociais, compreendendo: a produção e a publicação de conteúdos para o site e as mídias sociais, atualização periódica de notícias, postagem de matérias, programas, sessões plenárias e todo o material produzido pela Rádio Justiça, em conformidade com as orientações da Secretaria de Comunicação Social do STF.

4.5.1. Os serviços da área técnica deverão abarcar o monitoramento e a operação da emissora 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, a critério da Coordenadoria de Gestão da TV e Rádio Justiça - COTR.

4.6. Realizar a operacionalização de serviços técnicos, de produção e de jornalismo, por meio de profissionais devidamente qualificados, em conformidade com as previsões deste Termo de Referência, sem prejuízo das previsões legais.

4.7. Operar a emissora de segunda a sexta-feira, com no mínimo 30 (trinta) profissionais, desde o início da vigência de acordo com todas as funções previstas no Anexo B deste Termo de Referência de modo presencial, de acordo com previsões deste Termo de Referência e com as qualificações e as exigências descritas por função.

4.7.1. Todos os profissionais titulares que trabalharem nas dependências do STF deverão, obrigatoriamente, ser contratados mediante registro na CTPS, ou pertencerem ao quadro societário da empresa contratada.

4.8. Comprovar, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, por meio de cópia autenticada da CTPS, que possui em seu quadro de pessoal a quantidade mínima de 30 (trinta) profissionais relacionados de acordo com as atribuições previstas no Anexo B deste Termo de Referência – Profissionais e Atividades da Rádio Justiça.

4.8.1. As exigências profissionais deverão ser mantidas durante toda a execução contratual, inclusive para substituição de profissionais;

4.9. Obedecer, rigorosamente, o valor mínimo indicado para a remuneração dos profissionais, indicado no Anexo B deste Termo de Referência. Para fins de comprovação, a Contratada deverá encaminhar cópia de pagamento detalhando a remuneração bruta e a líquida de cada profissional juntamente com os documentos solicitados no item 4.23 deste Termo de referência, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

4.10. Responsabilizar-se pela disponibilização de todos os recursos humanos necessários para a realização dos serviços, inclusive os serviços sob demanda realizados fora das dependências do CONTRATANTE, em conformidade com as especificações deste Termo de referência.

4.11. Observar que os profissionais substitutos poderão ser contratados mediante registro na CTPS, no contrato de serviço ou quando pertencerem ao quadro societário, observados os demais requisitos de contratação dos profissionais titulares

4.12. Registrar no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelos serviços objeto das presentes especificações, em nome do engenheiros Responsável Técnico.

4.12.1. O prazo para apresentação da ART é de 10 (dez) dias corridos, contados da solicitação pelo CONTRATANTE;

4.12.2. A taxa de registro de ART deverá correr por conta da CONTRATADA;

4.12.3. O profissional deverá ter habilidade prevista na Resolução 218/73, CONFEA, art. 9º;

4.12.4. O Responsável Técnico poderá ser requisitado pelo CONTRATANTE para esclarecimentos técnicos relacionados ao escopo dos serviços contratados.

4.13. Observar que será permitida a prestação de serviços com a alocação de até 2 (dois) estagiários na emissora, contratados pela CONTRATADA, sem ônus para o CONTRATANTE, mantidos o valor da contratação e a qualidade do serviço.

4.14. Apresentar mensalmente as notas fiscais distintas para os **itens de 1 a 32** do item 2 deste Termo de Referência - Descrição dos Itens, correspondentes à prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional e gestão administrativa, dos programas produzidos sob demanda, discriminando-as de forma detalhada, com a indicação de itens e subitens, na forma das planilhas constantes nos Anexos deste Termo de Referência.

4.14.1. Às respectivas notas fiscais deverão ser anexados os documentos exigidos neste Termo de Referência, entre os quais, a grade de programação diária e as respectivas Ordens de Serviço das demandas, além de relatório de gestão patrimonial e relatório das atividades, com um descritivo complementar constando o sumário dos serviços realizados no período.

4.15. Não permitir a acumulação entre si, sob nenhuma hipótese, as funções de repórter e apresentador na programação da emissora.

4.16. **Somente serão permitidos acúmulos entre as seguintes funções:**

4.16.1. Apresentador (âncora) e produtor.

4.16.2. Apresentador (âncora) e editor.

4.16.3. Repórter e produtor.

4.16.4. Controlador de programação e Operador de mídia audiovisual, desde que em horários distintos.

4.16.5. Controlador de programação e locutor/apresentador/animador (para programas musicais).

4.17. Comunicar a definição do quantitativo dos profissionais ao CONTRATANTE em até 10 (dez) dias antes do início da vigência contratual.

4.18. Informar ao contratante em até 10 (dez) dias novas contratações e demissões, encaminhando cópias de todos os documentos referentes às exigências profissionais constantes do Anexo B deste Termo de Referência – Profissionais e Atividades da Rádio Justiça.

4.19. Sugerir modificações no decorrer da prestação dos serviços e opinar em novos projetos, a pedido do CONTRATANTE, objetivando aperfeiçoar o desempenho e a qualidade dos serviços, sempre que entender necessário. Tais sugestões de alteração deverão ser previamente submetidas à unidade fiscalizadora.

4.20. Emitir estudos técnicos quando for demandado, obedecendo às normas dos órgãos regulatórios e do Conselho Regional de Engenharia e de Agronomia. Os estudos e os laudos técnicos deverão ser assinados por engenheiro habilitado de acordo com as normas do CREA/CONFEA.

4.21. Utilizar recursos técnicos e editoriais em conformidade com os critérios de qualidade estabelecidos conforme o Anexo A deste Termo de Referência - Critérios de Qualidade da Rádio Justiça, visando garantir os requisitos de qualidade da produção.

4.22. Responsabilizar-se integralmente pela contratação da sua equipe técnica, primando por qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando à execução dos trabalhos durante todo o contrato dentro dos prazos estipulados, sob pena de aplicação das penalidades previstas, caso os prazos e condições não sejam cumpridos.

4.23. Responsabilizar-se por todos encargos fiscais, previdenciários, sociais e trabalhistas em vigor afetos à CONTRATADA, obrigando-se a saldá-los na época própria. A inadimplência da CONTRATADA com relação aos encargos acima enumerados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

4.24. Designar preposto para representá-la junto ao CONTRATANTE em tempo integral e as suas expensas, o qual promoverá constante verificação da conformidade dos serviços, além da supervisão e controle do pessoal utilizado na prestação dos serviços.

4.25. Atestar formalmente o recebimento da responsabilidade patrimonial relacionado aos equipamentos disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução do objeto.

4.26. Vistoriar, em periodicidade mínima mensal, os equipamentos técnicos e os bens patrimoniais sob sua responsabilidade, encaminhando, juntamente com a nota fiscal mensal dos serviços de gerenciamento técnico-operacional e gestão administrativa, relatório pormenorizado.

4.26.1. O relatório deve conter, no mínimo:

4.26.1.1. Indicação da localização física de todos os bens patrimoniais.

4.26.1.2. Movimentações físicas realizadas no período, com as devidas justificativas.

4.26.1.3. Estado de conservação de todos os bens patrimoniais.

4.26.1.4. Atualizações relativas à relação patrimonial.

4.26.1.5. Ressalvas e apontamentos da CONTRATADA.

4.26.2. No caso de aquisição de novos equipamentos pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá acompanhar a realização dos testes necessários ao seu recebimento e registrar formalmente sua operacionalidade, juntamente com termo de responsabilidade de uso, guarda e conservação;

4.26.3. A CONTRATADA deverá comunicar, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a ocorrência de defeito em equipamento e/ou sistema, com vistas à medida corretiva necessária por parte do CONTRATANTE, encaminhando relatório à Secretaria de Comunicação Social do STF;

4.26.4. A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos existentes e dos que venham a ser adquiridos ficará a cargo do CONTRATANTE;

4.26.4.1. Na hipótese de restar comprovado, por laudo elaborado pela empresa prestadora dos serviços de manutenção, que o defeito ocorreu em decorrência de ação ou omissão, dolosa ou culposa, dos profissionais alocados pela CONTRATADA, ficará esta obrigada a indenizar os custos da reparação ao CONTRATANTE.

4.27. Responsabilizar-se por todos os danos causados a terceiros e ao patrimônio do CONTRATANTE por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados ou prepostos, bem como por danos à integridade física dos servidores do CONTRATANTE ou de terceiros, causados por força ou em decorrência da prestação dos serviços.

4.28. Providenciar, no primeiro dia da vigência do contrato, a abertura de livro de ocorrências com folhas numeradas, ou outro meio viável, desde que previamente acordado com o CONTRATANTE, no qual deverão ser registradas todas as ocorrências relativas ao andamento dos serviços contratados, em especial que envolvam interrupções nas transmissões e alterações em relação à programação.

4.28.1. O livro de ocorrências deverá ser submetido à Coordenadoria de Gestão da TV e Rádio Justiça/ Secretaria de Comunicação Social do STF para análise e fiscalização;

4.28.2. O atesto desses serviços pelo gestor do contrato dar-se-á com base nos registros efetuados no período correspondente ao faturamento;

4.28.3. O livro de ocorrências terá como anexo a grade de programação diária, que será referência para o faturamento mensal de acordo com as atividades previstas nos Anexos deste Termo de Referência.

4.29. Participar de reuniões convocadas pela Secretaria de Comunicação Social do STF.

4.30. Facilitar os trabalhos da fiscalização, acatando imediatamente instruções, sugestões, observações e decisões que emanem do CONTRATANTE.

4.31. Prestar toda e qualquer informação solicitada pelo CONTRATANTE referente aos serviços contratuais, ao funcionamento e à configuração dos equipamentos e sistemas utilizados na Rádio Justiça, devendo informar chaves de acesso e senhas se forem necessárias para o cumprimento da fiscalização e desde que os equipamentos e os sistemas, ainda que informatizados, sejam de propriedade do CONTRATANTE.

4.32. Franquear acesso e não embaraçar servidor ou terceiro contratado pelo CONTRATANTE para realizar vistoria nas dependências e/ou nos equipamentos, bem como medições técnicas, conferências de bens patrimoniais, dentre outras medidas que o CONTRATANTE julgar necessárias para o atendimento de determinações legais e para a garantia da segurança predial, dos equipamentos e dos servidores e funcionários.

4.33. Tratar as informações consideradas sigilosas de forma a permanecerem sigilosas, repassando-as diretamente ao CONTRATANTE em meio que preserve a sua natureza confidencial, evitando o conhecimento indevido por parte de terceiros não autorizados, conforme “**TERMO DA CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**”, constante do Anexo F Termo de Referência.

4.34. Refazer, sem ônus para o CONTRATANTE, os trabalhos recusados pela fiscalização, caso o material produzido seja rejeitado por falta de qualidade, ou seja, em desconformidade com os critérios estabelecidos no Anexo A deste Termo de Referência - Critérios de Qualidade da Rádio Justiça.

4.34.1. O prazo para refazimento de produtos recusados é de 24h a partir da notificação, porém outro prazo poderá ser acordado com a Secretaria de Comunicação Social do STF, conforme o caso ou a complexidade do produto a ser entregue;

4.34.2. A concessão de novo prazo para recebimento, por recusa de produto entregue conforme especificado no caput desta alínea, não afasta a possibilidade de aplicação de multa prevista no contrato.

4.35. Acolher as Ordens de Serviços (OS) emitidas pela Coordenadoria de Gestão da TV e Rádio Justiça/Secretaria de Comunicação Social do STF, no que se refere aos serviços de produção de programas sob demanda.

4.35.1. No caso de “Produção de matérias fora do Distrito Federal, “Transmissão/Captação de Sessões, Audiências e Eventos”, “Pós-Produções e “Projetos Especiais”, a CONTRATADA deverá apresentar pré-roteiro ou sinopse para o serviço demandado sempre que solicitado pela unidade fiscalizadora, no prazo e nas condições especificadas na Ordem de Serviço.

4.36. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento do CONTRATANTE.

4.37. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de qualificação técnica, bem como as obrigações legais exigidas para a realização dos serviços, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

4.38. Comunicar a ocorrência de problemas técnico-operacionais que possam prejudicar a execução dos serviços, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, encaminhando relatório à Secretaria de Comunicação Social do STF.

4.39. Diligenciar para a utilização de ferramentas de comunicação ágeis e compatíveis com a criticidade das ocorrências detectadas, como telefonia fixa/móvel e mensagens eletrônicas, com vistas a agilizar, a qualquer hora e dia, o conhecimento e as ações cabíveis pelo CONTRATANTE, sem prejuízo de efetuar a formalização da ocorrência para o CONTRATANTE.

4.40. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados. É obrigação da CONTRATADA conhecer todas as normas aplicáveis ao serviço de radiodifusão, mantendo-se atualizada aos normativos editados para o setor, como as normas do Ministério das Comunicações, do Ministério da Justiça, da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e da Justiça Eleitoral.

4.41. Acompanhar e auxiliar no atesto dos serviços de manutenção preventiva realizados pela empresa especializada em manutenção. É obrigação da CONTRATADA indicar se o serviço de manutenção preventiva está sendo realizado com deficiências que comprometam a operacionalização dos equipamentos, sob pena de ser responsabilizada.

4.42. Observar as normas e os regulamentos internos do CONTRATANTE.

4.43. Participar da elaboração do planejamento anual da emissora, subsidiando a Secretaria de Comunicação Social do STF, com a apresentação de estudos de prospecção e cenários futuros do mercado de radiodifusão.

4.44. Receber, conferir e veicular os programas e boletins dos parceiros do CONTRATANTE.

4.45. Responsabilizar-se pelos equipamentos técnicos da emissora que serão transferidos para sua responsabilidade no início da vigência do contrato e que ficarão sob sua guarda e responsabilidade, devendo vistoriá-los por ocasião da assinatura do contrato e assinar termo próprio contendo a relação detalhada dos mesmos, número do registro patrimonial, marca e modelo, entre outras informações.

4.46. Comunicar, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a ocorrência de defeito em equipamento e/ou sistema, com vistas à medida corretiva necessária por parte do CONTRATANTE, encaminhando relatório à Secretaria de Comunicação Social do STF.

4.47. Não empregar para a prestação do serviço, nem para a função de preposto, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE.

4.47.1. A CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE, junto com a assinatura do Contrato, “**DECLARAÇÃO A SER ASSINADA POR CADA FUNCIONÁRIO DA EMPRESA CONTRATADA**”, conforme modelo constante do Anexo E do Termo de Referência, preenchida por cada um dos seus funcionários.

4.48. Atentar-se para o início da execução contratual, efetuando todas as medidas pertinentes e críticas, a fim de não haver qualquer prejuízo à continuidade das transmissões e da qualidade da Rádio Justiça.

4.49. Fornecer mensalmente informações referentes à transmissão de fonograma da Rádio Justiça para prestação de contas ao Estúdio Central de Arrecadação e Distribuição- ECAD.

4.50. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do Contrato, devendo orientar os profissionais nesse sentido.

4.51. É vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do Gestor do Contrato e da Secretaria de Comunicação Social do STF.

Quanto aos serviços técnicos especializados de produção de programas radiofônicos

4.52. Definir, em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social do STF, a pauta dos noticiários e demais produtos constantes deste Termo de Referência.

4.53. Realizar a supervisão de produção para tratamento de informações de conteúdo editorial, aplicando padrões de qualidade para valorização do material produzido, nos termos do Anexo A deste Termo de Referência - Critérios de Qualidade da Rádio Justiça.

4.54. Realizar os serviços técnicos de engenharia de rádio para a permanente execução do objeto em conformidade com as normas legais.

4.55. Elaborar pesquisa para apuração de notícias que possam compor a pauta diária dos noticiários (radiojornais, informativos, chamadas e boletins), dos programas e das demais produções.

4.56. Produzir boletins, reportagens, notas e entrevistas captadas a partir de equipamentos disponibilizados pela CONTRATANTE, sob a forma presencial ou a distância, executadas a partir da elaboração de pautas de notícias supervisionadas pela Secretaria de Comunicação Social do STF.

4.57. Prestar assessoria presencial especializada na área de Direito visando o tratamento de informações para a pré-produção, produção e execução das edições de texto, bem como as orientações peculiares da área jurídica para o radiojornalismo e para as demais produções, inclusive com comentários no ar durante a sessão plenária e sempre que solicitado pela Secretaria de Comunicação Social.

4.58. Editar, finalizar e pós-produzir matérias tanto no que se refere aos textos quanto aos materiais de áudio que serão processados em equipamentos credenciados para esta finalidade.

4.59. Fornecer sonorização e vinhetas para todas as produções, incluindo abertura, passagem e encerramento, trilhas, bases e outros elementos de sonoplastia que contribuem para a qualidade do tratamento dos programas radiofônicos em geral.

4.60. Realizar tratamento diário de estúdio, com realização dos ajustes necessários, adequados aos padrões de rádio, para melhor performance da apresentação dos radiojornais e demais programas ao vivo.

4.61. Realizar apresentação de programa em estúdio ou externa, quando solicitada pela Coordenadoria de Gestão da TV e Rádio Justiça/Secretaria de Comunicação Social do STF ou de acordo com a necessidade da produção.

4.62. Captar áudio com equipamentos padrão adequados para os sistemas de edição e finalização.

4.63. Produzir os programas com a antecedência necessária, conforme definido na Ordem de Serviço para que possam ser veiculados (“ir ao ar”) após edição, finalização e aprovação da fiscalização do contrato, no horário pré-estabelecido na grade de programação/transmissão.

4.64. Realizar apresentação prévia dos produtos produzidos, sempre que solicitado pela fiscalização, para análise e aprovação.

4.65. Adequar o conteúdo dos produtos produzidos aos formatos de mídia comunicativa na *internet*, em conformidade com as especificações da Secretaria de Comunicação Social.

4.66. Utilizar, na captação de som, mídias e formatos compatíveis com as utilizadas pela Rádio Justiça no processo de arquivamento e edição.

4.67. Providenciar a obtenção de cessão de direitos autorais das obras e das imagens de terceiros utilizadas na produção dos programas.

4.68. Retransmitir, quando solicitado, o áudio da programação da TV Justiça, sem tratamento posterior, sem ônus para o CONTRATANTE.

4.69. Manter arquivo com os programas veiculados/produzidos para consulta pelo CONTRATANTE. As normas e os critérios para arquivamento deverão ser propostos pela CONTRATADA e aprovados pelo CONTRATANTE.

4.70. Analisar continuamente a grade de programação e apresentar ao CONTRATANTE, prévia e formalmente, a indicação de programas, produzidos ou não, em que haja a evidência da inviabilidade de veiculação e/ou alteração de datas/horários previamente estabelecidos.

4.71. Fatos supervenientes que impliquem alteração na veiculação de produtos e/ou na grade de programação deverão ser comunicados prévia e imediatamente ao CONTRATANTE, para aprovação, sem prejuízo das condições pactuadas.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Fornecer à CONTRATADA todos os esclarecimentos e as informações necessárias à adequada execução do contrato.

5.2. Permitir o acesso dos representantes e/ou empregados da CONTRATADA ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados.

5.3. Obter as licenças dos órgãos fiscalizadores, necessárias à prestação dos serviços a serem executados pela CONTRATADA.

5.4. Disponibilizar, nas dependências da Rádio Justiça, todos os equipamentos técnicos necessários à execução dos serviços nas dependências do CONTRATANTE, conforme relação constante do Anexo C deste Termo de Referência.

5.4.1. Os equipamentos técnicos de rádio referidos no *caput* são parte integrante do contrato e ficarão sob a guarda e responsabilidade da CONTRATADA, que deverá vistoriá-los por ocasião da assinatura do contrato e assinar termo próprio contendo a relação detalhada dos mesmos, número do registro patrimonial, marca e modelo, entre outras informações.

5.4.2. A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos existentes e dos que venham a ser adquiridos ficará a cargo do CONTRATANTE.

5.5. Disponibilizar veículos para os deslocamentos das equipes quando da realização de reportagens na região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94, em conformidade com os regulamentos do CONTRATANTE.

5.6. Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio da Secretaria de Comunicação Social do STF, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando a ocorrência de qualquer fato que exija medidas corretivas por parte da CONTRATADA de acordo com os prazos estipulados pelo CONTRATANTE.

5.7. Analisar roteiros, programas-piloto, bem como as propostas de alteração na programação, na linha editorial e qualquer outro material que lhe for encaminhado pela CONTRATADA, manifestando-se expressamente quanto a sua aprovação.

5.8. Comunicar, formalmente, à CONTRATADA a ocorrência de desconformidade nos produtos entregues.

5.9. Emitir Ordem de Serviço (OS), indicando o serviço desejado, respectivo quantitativo e prazo para exibição.

5.10. Designar gestor e fiscal para acompanhamento e fiscalização do contrato.

5.11. Atestar a execução do objeto deste Termo de Referência por meio do setor competente.

5.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nos termos pactuados.

5.13. Fornecer todo o material de consumo necessário à prestação dos serviços nas dependências do Supremo Tribunal Federal, em Brasília-DF, tais como: mídias de gravação, materiais de escritório (caneta, papel, lápis, borracha, régua, prancheta, pasta, grampeador, blocos de rascunho), equipamentos básicos de informática (computador no padrão do STF, impressora), mobiliário (mesa, cadeira, estante), nos termos deste Termo de Referência.

6. PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

6.1. Realizar, sempre que entender necessário, reuniões com a CONTRATADA para coordenar, planejar, organizar e avaliar a prestação dos serviços podendo, ainda, propor modificação na sua sistemática, com vistas à manutenção da qualidade e eficácia da contratação.

6.2. Autorizar a cessão e distribuição do material produzido pela CONTRATADA para outras emissoras de rádio, entidades públicas e/ou educacionais, instituições sem fins lucrativos, bem como para portais da internet, observadas as normas legais e procedimentos estabelecidos pelo CONTRATANTE.

6.3. Requisitar, quando julgar conveniente, o material bruto (gravações não editadas) roteiros e espelhos produzido pela CONTRATADA.

6.4. Requisitar a inserção de material em mídias sociais.

6.5. Solicitar a imediata retirada do local e a substituição de empregado da CONTRATADA que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente

7. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O CONTRATANTE nomeará um gestor titular, um substituto e fiscal para executarem o acompanhamento e a fiscalização do contrato, os quais registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

7.2. É permitida a designação de auxiliares para assistir e subsidiar o gestor com informações pertinentes a essa atribuição.

7.3. A existência e a atuação da fiscalização pelo STF em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto contratado.

8. DIREITOS AUTORAIS

8.1. Todo o material bruto ou editado será de propriedade do CONTRATANTE, não podendo ser utilizado por outras emissoras, salvo com autorização expressa da Secretaria de Comunicação do STF.

8.2. Todos os direitos autorais e patrimoniais e demais resultados dos trabalhos intelectuais e/ou artísticos decorrentes da execução deste instrumento, exceção feita àqueles cuja titularidade não pertença às partes, são de exclusiva propriedade do CONTRATANTE, nos termos do artigo 111 da Lei n. 8.666/93, ficando vedada à CONTRATADA qualquer utilização indevida, para quaisquer fins e sob qualquer pretexto, do material fornecido ou produzido, sem autorização prévia e expressa do CONTRATANTE, sob as penas da lei.

9. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - IMR

9.1. O Instrumento de Medição de Resultado tem por objetivo estabelecer critérios para a avaliação dos serviços contratados.

9.2. A avaliação dos serviços será realizada, sem aviso prévio à CONTRATADA, por amostragem e operacionalizada mediante o uso de formulários, ou sistema informatizado que venha a substituí-los, onde os servidores encarregados registrarão, para cada área avaliada, a conformidade ou não dos itens de avaliação presentes com os resultados esperados pela Administração, atribuindo-lhes valores.

9.3. Os valores possíveis são apenas “1” – em conformidade, “0” – não conformidade e NA – não se aplica. Será apurada a pontuação obtida e a pontuação possível, ponderadas pelo peso de cada item. Com isso será calculado o resultado da avaliação como a razão percentual entre a “pontuação obtida e a pontuação possível”, aproximada até a segunda casa decimal.

9.4. A tabela a seguir **exemplifica** a avaliação, considerando todos os itens possíveis de avaliação e que serão avaliados mensalmente (exceto aqueles não demandados, que receberão o valor NA). A amostra será dividida entre “conteúdo transmitido no ar” e “conteúdo publicado na internet”:

ITEM DE AVALIAÇÃO	RESULTADO ESPERADO (Cada produto da amostragem será verificado e valorado individualmente, com base nesta tabela)	AValiação (A _i)
1. CORREÇÃO DO CONTEÚDO TRANSMITIDO NO AR		
1.1. Objeto (fato ocorrido, tipo de ação, número de processo, teor da decisão etc)	Produto correto	0 ou 1
1.2. Pessoa (nome de personagem, de autoridade, de partes em uma ação, de entidade etc)	Produto correto	0 ou 1
1.3. Tempo (data do fato ocorrido, do julgamento, da audiência, ano de nascimento de personalidade, data comemorativa etc)	Produto correto	0 ou 1
1.4. Local (local do fato ocorrido, do julgamento, da audiência, local de nascimento de personalidade etc)	Produto correto	0 ou 1
1.5. Circunstâncias (descrição do fato ocorrido ou do julgamento, demais informações contidas no produto)	Produto correto	0 ou 1
1.6. Língua portuguesa (somente para reportagens gravadas)	Produto correto	0 ou 1
1.7. Programação (programas exibidos nos dias e horários previstos, salvo alterações excepcionais autorizadas pela COTR)	Programação conforme	0 ou 1
2. CORREÇÃO DO CONTEÚDO PUBLICADO NA INTERNET		
2.1. Objeto (fato ocorrido, tipo de ação, número de processo, teor da decisão etc)	Texto correto	0 ou 1
2.2. Pessoa (nome de personagem, de autoridade, de partes em uma ação, de entidade etc)	Texto correto	0 ou 1
2.3. Tempo (data do fato ocorrido, do julgamento, da audiência, ano de nascimento de personalidade, data comemorativa etc)	Texto correto	0 ou 1
2.4. Local (local do fato ocorrido, do julgamento, da audiência, local de nascimento de personalidade etc)	Texto correto	0 ou 1
2.5. Circunstâncias (descrição do fato ocorrido ou do julgamento, demais informações contidas no produto)	Texto correto	0 ou 1
2.5. Língua portuguesa, incluindo erros de digitação (somente para textos de postagens, desconsiderados os áudios)	Texto correto	0 ou 1
2.6. Áudios (correspondência entre texto de postagem e respectivo áudio)	Áudio conforme	0 ou 1

Resultado da avaliação individual do produto	
Conformidades (pontos obtidos, correspondentes à soma de “1”)	C
Inconformidades (pontos não obtidos devido às inconformidades, correspondentes à soma de “0”)	I
Pontos Possíveis (total de itens avaliados)	P
Nota (N)	C/P (percentual)

Resultado da avaliação total (média das notas individuais)	
$\frac{N1 + N2 + N3 + Nn}{n}$	(percentual)

9.5. São considerados produtos, para fins desta avaliação, e receberão notas individuais: programas da grade de programação; intervalos da programação (para verificação de conformidade com a grade); programas publicados no site; matérias publicadas no site; postagens em redes sociais. Cada produto será avaliado conforme a tabela apresentada e receberá a respectiva nota, em valor percentual (N). Ao fim da avaliação de cada produto, as notas serão somadas (N1 + N2... até a quantidade total de notas N) e o resultado será dividido pela quantidade de produtos avaliados (n), obtendo-se o resultado final, em valor percentual.

9.6. A avaliação será realizada após as intervenções da Contratada e ao menos uma vez durante o período de faturamento mensal do serviço.

9.7. O CONTRATANTE utilizará formulário próprio como meio de análise, em consonância com as diretrizes da IN n. 5/2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela empresa.

9.8. O formulário poderá ser substituído por ferramenta informatizada, desde que esta mantenha os critérios e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.9. Os serviços prestados serão pagos em conformidade com os resultados obtidos por meio do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, em consonância com a tabela constante do item 9.12.

9.10. O IMR será entregue tempestivamente à CONTRATADA visando à emissão da nota fiscal do mês de referência. Vale observar que as adequações de pagamento originadas de insuficiência de resultados não se configuram como penalidades ou multas, exceto no caso do exposto no item 9.13.

9.11. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado pela fiscalização do Contrato, com base em pontuações atribuídas a cada item conforme especificações acima gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados.

9.12. O resultado da avaliação do Instrumento de Medição de Resultado será aferido pela relação percentual entre a pontuação obtida e a pontuação máxima do relatório, resultado esse que será enquadrado na tabela abaixo para fins de apuração do valor a ser pago, sendo o desconto aplicado na fatura do mês seguinte:

TABELA DE AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR	
Faixa de Resultado (%)	Decréscimo na Fatura Mensal (%)
Acima de 90%	0
84,63% - 90%	1%

TABELA DE AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR	
Faixa de Resultado (%)	Decréscimo na Fatura Mensal (%)
De 76,93% a 84,62%	2%
De 69,24% a 76,92%	3%
De 61,55% a 69,23%	4%
De 53,86% a 61,54%	5%
De 46,16% a 53,85%	6%
De 38,47% a 46,15%	7%
Abaixo de 38,47%	8%

9.13. Caso a medição do resultado do Instrumento de Medição de Resultado fique abaixo de 38,47%, no mês calendário avaliado, será considerada inexecução parcial do Contrato, passível de aplicação de multa correspondente a inexecução parcial.

9.14. As avaliações do Instrumento de Medição de Resultado não serão consideradas nas 3 (três) primeiras faturas do primeiro ano de vigência do Contrato.

9.15. Para fins de aferição do IMR, será considerado o período correspondente ao período de faturamento mensal.

9.16. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

9.16.1. Não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8666/93.

9.16.2. Não configure descaracterização do objeto contratado.

9.17. Para fins de prorrogação contratual, serão avaliados os indicadores de níveis de desempenho, podendo não haver prorrogação caso a média anual do percentual de abatimento supere 6%.

10. VISTORIA FACULTATIVA

10.1. A licitante que desejar concorrer a esta licitação poderá vistoriar as dependências do Supremo Tribunal Federal, onde serão realizados os serviços, vistoriou as instalações, equipamentos e mobiliário que serão disponibilizados pelo STF, conheceu a logística de produção e a interação contínua da emissora com as demais áreas da Secretaria de Comunicação Social do STF, obteve todas as informações de operação técnica da Rádio Justiça em seus núcleos de funcionamento (Jornalismo, Técnica e internet), recebeu listagem patrimonial dos equipamentos da Rádio Justiça, recebeu arquivos digitais de programas apresentados pela Rádio Justiça, bem como tomou conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços, verificando sua complexidade, bem como tomou ciência de todas as demais informações e condições necessárias à correta elaboração da proposta.

10.2. A vistoria poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão, das 13h às 18h, mediante agendamento pelo telefone: (61) 3217-4485 ou 3217 -4487 e comparecimento à Recepção da Rádio Justiça, localizada no 3º andar do Edifício Anexo I do STF, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP: 70.175-900.

10.3. A vistoria deverá ser realizada por pessoa especialmente credenciado como representante técnica da licitante, preferencialmente profissional de nível superior na área de Comunicação Social.

10.4. Em nenhuma hipótese a licitante poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto, arcando com quaisquer ônus decorrentes desses fatos.

10.3. Não se admitirá um mesmo profissional como representante de mais de uma licitante.

10.5. Por ocasião da vistoria, caso o licitante achar necessário, poderá trazer CDs graváveis ou pen drive para obtenção dos arquivos digitais contendo amostras da programação da Rádio Justiça.

ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA - CRITÉRIOS DE QUALIDADE DA RÁDIO JUSTIÇA

A - AVALIAÇÃO EDITORIAL

1 - Compromissos e valores:

1.1. Com a independência e a transparência do Poder Judiciário.

1.2. Com a consolidação, expansão e aprofundamento da democracia.

1.3. Com a ampliação do acesso de cidadãos e suas entidades à Justiça.

1.4. Com o combate a todas as formas de discriminação e violência.

2 - Eixos editoriais:

2.1. Jornalismo (informações institucionais do STF e dos outros órgãos ligados à Justiça).

2.2. Educação (ensino, aperfeiçoamento e capacitação dos cidadãos e estrangeiros residentes no país na defesa e prática de direitos).

2.3. Cidadania (conscientização de todos e debate em torno da Justiça).

2.4. Prestação de serviços (colaboração para o acesso de todos aos serviços públicos jurídicos).

2.5. Cultura (valorização e disseminação das produções e manifestações culturais nacionais).**3 - Padrões de produção:**

- 3.1. O jornalismo da Rádio Justiça dá prioridade a matérias sobre decisões judiciais, processos e serviços.
- 3.2. A Rádio Justiça não faz proselitismo religioso, nem político-partidário, nem ideológico. Quando são objeto de processos ou estiverem relacionadas a temas de interesse da Justiça, as questões partidárias ou religiosas devem ser tratadas com isenção, abrindo-se espaço para argumentos diversos.
- 3.3. A Rádio Justiça não faz promoção de entidades ou profissionais da advocacia.
- 3.4. Assuntos institucionais, relativos aos órgãos de Justiça, são abordados preferencialmente do ponto de vista do serviço ao cidadão, e não da instituição.
- 3.5. Nas matérias institucionais, declarações de autoridades devem ser destacadas apenas quando abordarem temas de relevância para a Justiça.
- 3.6. As notícias devem ser contextualizadas e abordadas pelo ângulo das questões de fundo envolvidas e não meramente pela narração do fato e exposição dos personagens.
- 3.7. Notícias sobre investigações e denúncias feitas pelos órgãos competentes devem ter o cuidado de obedecer ao princípio da presunção da inocência. Os dois lados devem ser ouvidos e o texto deve lembrar a condição provisória da investigação, etapa anterior ao processo, ao julgamento e mesmo à acusação.
- 3.8. Os envolvidos devem ser identificados de acordo com a fase do processo: suspeito (durante as investigações preliminares); indiciado (em inquérito policial); acusado (em denúncia do Ministério Público apresentada ao Judiciário), réu (durante o processo), condenado (após a decisão judicial).
- 3.9. Ministério Público não “decide”, não “condena” não “julga”.
- 3.10. Juiz não antecipa decisão em processo.
- 3.11. Ao citar argumentos de partes ou a fundamentação de uma decisão, o texto deve tomar cuidado para não endossá-los. Para isso deve usar expressões que indiquem a atribuição da informação a uma fonte.
- 3.12. Todos os programas ao vivo e gravados, ainda que escapem da grade fixa da Rádio Justiça, devem ter obrigatoriamente cabeças pré-produzidas para a inserção do assunto ao ouvinte. Deve-se proceder também, quando necessário, a pré-produção de texto de encerramento da notícia/evento/programa para ser lido por âncora, locutor ou repórter.

B - AVALIAÇÃO TÉCNICA**1 - Programas ao vivo:**

- 1.1. Perfeita integração entre o operador, equipe de produção e comunicador, com roteiros claros para que não haja dúvidas e questionamentos com o programa no ar.
- 1.2. Equipamentos testados e com todos os recursos disponíveis.
- 1.3. Havendo participação de eventos externos, via telefone ou via linha privada, deverá haver redobrada atenção por parte dos produtores e operador. No caso de telefonemas no ar, o sistema híbrido deve ser testado antes, para que se tenha noção de necessidade ou não de equalização, via central técnica, o mesmo acontecendo com as LPs externas.
- 1.4. Aberturas, vinhetas de passagem, inserção de chamadas, cabeças, encerramentos e todas as matérias pré-gravadas devem estar endereçadas no computador, na sua ordem de veiculação, antes do início do programa, para que o operador possa verificar trechos e certificar-se da homogeneidade de níveis e qualidade.
- 1.5. Durante a veiculação do programa é imperiosa toda a atenção da equipe, pois a assinatura “ao vivo” implica que emergências podem acontecer, tais como queda de linha e outras interrupções, o que resulta em improvisações que devem ser percebidas pelo ouvinte como naturais.

2 - Programas gravados:

- 2.1. Mesa de áudio testada e em posição de equalização “FLAT”, para que eventuais efeitos sejam colocados *a posteriori*.
- 2.2. Computador programado no programa de gravação, configurado e testado antecipadamente.
- 2.3. Atenção aos níveis de entrada de áudio para que todos estejam no padrão e com isso evitar correções na montagem.
- 2.4. O desdobramento do processo de gravação deve ser acertado antes entre operador (sonoplasta) e diretor, produtor ou repórter.
- 2.5. Elaborar um roteiro do que foi gravado, assim como pasta em que tudo foi salvo para que não haja dificuldades na montagem, caso essa montagem não possa ser feita pelo mesmo operador que gravou.
- 2.6. Na ocorrência de qualquer anormalidade ou dúvida quanto ao comportamento do equipamento, o operador deve acionar imediatamente o técnico do horário. No caso de uma necessidade imperiosa de manutenção emergencial, a troca de estúdio é recomendada para que não haja atraso e comprometimento de tarefas programadas para aquele estúdio. Se a troca não for possível, consultar o técnico para que seja fornecida uma previsão de tempo de reparo do equipamento.

3 - Eventos externos:

- 3.1. Solicitação de recursos (LPs, energia), quando for o caso, assim que o local for escolhido;
- 3.2. Vistoria feita pelo técnico ao local com o propósito de viabilizar ou não a realização da cobertura no referido local, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência mínima;

3.3. Com no mínimo 5 (cinco) horas de antecedência o equipamento deve estar montado pela equipe técnica, acompanhado dos operadores que farão o evento;

3.4. Testes com o estúdio devem começar a ser feitos com a antecedência mencionada acima, para que haja tempo hábil de acionamento da empresa de telefonia eventualmente CONTRATADA para as devidas providências, caso a qualidade final, mesmo passando por processo de equalização, não seja considerada aceitável. Essa avaliação deve ser feita inicialmente pelo operador da central técnica e, em caso de dúvida, o responsável técnico deve ser acionado para dar a palavra final.

4 - Transmissores:

4.1. Devem estar sempre nos padrões estabelecidos pela agência reguladora, e para isso devem ser revisados, no mínimo, semanalmente e, se necessário, devem ser tomadas providências para que sejam reparados com a urgência requerida para o caso.

ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA - PROFISSIONAIS E ATIVIDADES DA RÁDIO JUSTIÇA

1. Gerenciamento técnico-operacional

Sem prejuízo da colaboração de profissionais que atuam diretamente na gestão administrativa e na produção de programas sob demanda, o gerenciamento técnico-operacional compreende as seguintes atribuições:

PROFISSIONAIS QUANTIDADE MÍNIMA	ATRIBUIÇÕES	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES (não exaustiva)	EXIGÊNCIAS	REMUNERAÇÃO MÍNIMO (R\$)
1	Coordenador de Programação	Gerenciamento, coordenação e planejamento da programação (grade de programação) para contemplar e integrar a produção própria e de parceiros da Rádio Justiça, nos horários e nas faixas mais adequadas a cada formato de programa. Supervisão da transmissão de programas nos horários previstos na grade de programação. Controle da programação própria do CONTRATANTE e de parceiros.	Formação de nível superior. Experiência de no mínimo 6 (seis) meses na área de atuação em emissoras de rádio/televisão.	6.496,97
1	Discotecário-Programador	Elaboração da programação das faixas musicais a serem inseridas na programação da Rádio Justiça em horários definidos pelo CONTRATANTE. Organização e atualização do acervo musical da Rádio. Elaboração de sugestões de aquisição de acervo. Elaboração e envio da planilha contendo a programação musical mensal ao ECAD.	Ensino médio completo. Experiência de no mínimo 6 (seis) meses na área de atuação.	3.457,22
1	Supervisor Técnico	Supervisão das atividades realizadas nos estúdios da Rádio Justiça bem como orientação, organização e revisão de todos os resultados. Elaboração e acompanhamento da escala de trabalho da equipe de operação de áudio. Supervisão das transmissões ao vivo de sessões do CONTRATANTE	Registro profissional. Ensino médio completo, com curso técnico em eletrônica ou equivalente. Experiência de no mínimo 6 (seis)	7.012,10

		ou externas, das operações de transmissões ao vivo, de sessões do CONTRATANTE ou de outros tribunais e órgãos da Justiça. Realização de atividades de preparação técnico-operacional de “unidades móveis” (conjunto de equipamentos para geração de áudios externos) para viabilização de transmissões ao vivo, ou estúdio avançado da Rádio Justiça em eventos externos dentro e fora do STF.	meses na área de atuação em emissora de rádio/televisão.	
3	Controlador de Programação/Operador de Gravação	Acompanha e realiza as operações de seleção, checagem e comutação de canais de alimentação relativas à grade de programação, monitora a sua evolução e as suas necessidades de ajustes, prepara os mapas de programação e estabelece os horários e a sequência da transmissão, inclusive quanto à inserção adequada dos comerciais. (Estúdio do ar)	Registro profissional. Ensino médio completo. Experiência de no mínimo 6 (seis) meses na área de atuação.	3.343,24
4	Operador de mídia audiovisual/Operador de Rádio	Prepara e opera os equipamentos de gravação, exibição e reprodução de conteúdo audiovisual em diversas mídias e armazena os conteúdos de forma apropriada para utilização posterior. (Estúdio de gravação)	Registro profissional. Ensino médio completo. Experiência de no mínimo 6 (seis) meses na área de atuação.	3.343,24
1	Técnico de TI	Atividades operacionais na área de tecnologia da informação em equipamentos e sistemas da rádio. Acompanha o funcionamento dos programas e sistemas dedicados à Rádio Justiça. Executa tarefas operacionais para controle e registro de logs, <i>backups</i> , arquivamento de arquivos em rede. Executa a configuração, controle, rotinas de acesso, entre outras tarefas típicas de tecnologia da informação aplicada aos equipamentos e sistemas de rádio. Acompanha acessos remotos e/ou outras ações relacionadas a transferência de arquivos, tráfego de rede, ações preventivas e corretivas	Ensino médio completo. Experiência de no mínimo 6 (seis) meses na área de atuação e em Redes, configuração, Sistema <i>Windows</i> .	4.149,95

		em sistemas. Aciona a área da Secretaria de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE visando a solução de problemas relacionados a sistemas utilizados, comunicando à área fiscalizadora do contrato.		
2	Técnico em Telecomunicações	Configuração, montagem e operação de equipamentos de geração (estúdios, central técnica, ilhas), transmissão e recepção (links micro-ondas, <i>link</i> estúdio-transmissor, satélite, <i>Tie Lines</i> , linhas telefônicas, fibras óticas, codecs IP, GSM, 3G, internet, transmissores FM), sistemas digitais de exibição (<i>play-out</i>), armazenamento (<i>storages</i> , discos óticos, servidores) e sistemas de armazenamento de programação/transmissões para fins de comprovação junto aos órgãos reguladores, especificação de equipamentos e sistemas para geração (estúdios, central técnica, ilhas, transmissão em LP, em fibra, codecs IP, GSM, 3G), transmissão e recepção (links micro-ondas, link estúdio-transmissor, satélite, <i>Tie Lines</i> , em frequência modulada, transmissores FM), sistemas digitais de exibição (<i>play-out</i>), armazenamento (<i>storages</i> , discos óticos, servidores)	Ensino médio completo, com curso técnico em eletrônica ou equivalente. Experiência de no mínimo 6 (seis) meses na área de atuação.	4.149,95
1	Operação de <i>site</i> e mídias sociais	Operacionalizar a comunicação da Rádio Justiça por meio de <i>internet</i> e mídias sociais, compreendendo: produção, elaboração de textos (notas, notícias, reportagens, releases) e outros materiais para publicação de conteúdo no site e nas redes sociais da emissora, atualização periódica de notícias, postagem de matérias, programas, sessões plenárias e todo o material produzido pela Rádio Justiça, em conformidade com as orientações da Secretaria de Comunicação Social do STF. Acompanhamento e fornecimento de métricas relativas ao desempenho das mídias digitais da emissora.	Ensino médio completo. Experiência de no mínimo 6 (seis) meses na área de atuação.	3.946,58

SUGESTÃO:				
14				
PROFISSIONAIS				

2. Produção de programas sob demanda

Sem prejuízo da colaboração de profissionais que atuam diretamente no gerenciamento técnico-operacional e na gestão administrativa, a produção de programas sob demanda compreende as seguintes atribuições:

PROFISSIONAIS QUANTIDADE MÍNIMA	ATIVIDADES	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES (não exaustiva)	EXIGÊNCIAS	REMUNERAÇÃO MÍNIMO (R\$)
3	Editor	Elaboração, redação, edição e finalização de boletins, notícias, comentários, editoriais para jornais e programas na Rádio Justiça, com conhecimento em questões de direito. Profissional responsável pela concepção, aprofundamento e edição de textos e, quando acumular com apresentação, faz a apresentação e participa de todo processo de finalização da produção do programa.	Formação superior - em instituição credenciada pelo Ministério da Educação – MEC. Experiência de pelo menos 6 (seis) meses de exercício na profissão, sendo pelo menos 6 (seis) meses na edição de matérias, telejornais ou programas de rádio/televisivos, ou na função de repórter.	5.492,76
3	Produção	Organização e produção de programas da Rádio Justiça, elaboração de pauta para subsidiar jornalistas, contatos com assessorias e diversos, atualização da agenda de contatos.	Formação superior completa em qualquer área. Experiência de pelo menos 6 (seis) meses no exercício da profissão.	4.942,75
5	Repórter	Elaboração da produção das notícias pautadas para os jornais da Rádio Justiça, apuração de notícias ou informações e preparação para divulgação, difusão oral de acontecimentos ou entrevistas, no ar ou para gravações, comentários, pelos mesmos veículos.	Formação superior – em instituição credenciada pelo MEC. Experiência de pelo menos 6 (seis) meses de exercício na profissão.	5.267,26

PROFISSIONAIS QUANTIDADE MÍNIMA	ATIVIDADES	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES (não exaustiva)	EXIGÊNCIAS	REMUNERAÇÃO MÍNIMO (R\$)
2	Locutor- Apresentador- Animador	Apresentação de programas musicais, anunciando e desanunciando as músicas, notas, boletins e hora.	Ensino médio completo. Registro profissional na área. Experiência de pelo menos 6 (seis) meses de exercício na profissão apresentando programas televisivos ou radiofônicos.	5.267,26
1	Apresentador (âncora)	Apresentação e anúncio de programas, quadros, entrevistas e debates, jornais. Comentários e informações esclarecedoras aos ouvintes sobre os julgamentos ocorridos em sessões plenárias do Supremo, do Conselho Nacional de Justiça, de outros Tribunais ou sempre que houver demanda da CONTRATANTE, com aprofundado conhecimento em Direito.	Formação superior - em instituição credenciada pelo MEC. Registro profissional na área. Experiência de pelo menos 6(seis) meses de exercício na profissão apresentando programas televisivos ou radiofônicos.	5.263,42
1	Editor Executivo	Serviços de orientação de toda produção de radiojornalismo demandada pelo CONTRATANTE e parceiros da Rádio Justiça. Realização de todas as atividades de produção para viabilizar os jornais ao vivo. Supervisão de roteiro, reportagens, editorias, comentários, preparação do estúdio, equipamentos de gravação, equipe técnico-operacional, etc. Realização de todas as atividades de supervisão da produção para viabilização dos jornais gravados e dos demais programas da grade.	Formação superior - em instituição credenciada pelo MEC. Experiência de no mínimo 6 (seis) meses na profissão.	8.680,79
1	Consultoria Jurídica	Esclarecimento de dúvidas de natureza jurídica, revisão jurídica dos radiojornais, informativos e demais programas da grade, sugestão de temas jurídicos a serem tratados nos programas, comentários jurídicos relacionados às sessões plenárias, com vista ao esclarecimento de termos técnicos e de decisões, sem emissão de crítica ou julgamento quanto ao teor dos votos e decisões.	Formação superior em Direito. – em instituição credenciada pelo MEC. Experiência de pelo menos 6 (seis) meses no exercício de profissão.	5.267,26

PROFISSIONAIS QUANTIDADE MÍNIMA	ATIVIDADES	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES (não exaustiva)	EXIGÊNCIAS	REMUNERAÇÃO MÍNIMO (R\$)
SUGESTÃO: 16 PROFISSIONAIS				

3. Quantitativo de pessoal

3.1. A CONTRATADA é a responsável pela disponibilização de todos os recursos humanos necessários para a realização dos serviços, sem prejuízo dos serviços sob demanda realizados fora das dependências do CONTRATANTE, em conformidade com as especificações deste Termo de referência e seus anexos.

3.2. Sempre que houver substituição dos profissionais que prestarão o serviço, a CONTRATADA deverá manter o atendimento às exigências previstas neste Termo de Referência

ANEXO C DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA PARA AFERIÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

Função		Salários Mínimos Admitidos	Acúmulo de função			Adicional noturno	Remuneração	Encargos sociais	Total "A"	Auxílio alimentação	Auxílio transporte	Total "B"	"A" + "B"	CITL	Total unitário mensal	Quantidade Mínima de profissionais	Total mensal	Total anual
			10%	20%	40%													
1	Coordenador de Programação	R\$ 6.496,97					R\$ 6.496,97	R\$ 4.798,66	R\$ 11.295,63	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 11.615,63	R\$ 3.212,88	R\$ 14.828,52	1	R\$ 14.828,52	R\$ 177.942,19
2	Discotecário Programador	R\$ 3.457,22					R\$ 3.457,22	R\$ 2.553,50	R\$ 6.010,72	R\$ 320,00	R\$ 12,57	R\$ 332,57	R\$ 6.343,29	R\$ 1.754,55	R\$ 8.097,84	1	R\$ 8.097,84	R\$ 97.174,12
3	Supervisor Técnico	R\$ 7.012,10					R\$ 7.012,10	R\$ 5.179,14	R\$ 12.191,24	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 12.511,24	R\$ 3.460,61	R\$ 5.971,85	1	R\$ 15.971,85	R\$ 191.662,14
4	Controlador de programação/Operador de Gravação	R\$ 3.343,34					R\$ 3.343,34	R\$ 2.469,39	R\$ 5.812,73	R\$ 320,00	R\$ 19,40	R\$ 339,40	R\$ 6.152,13	R\$ 1.701,68	R\$ 7.853,81	3	R\$ 23.561,43	R\$ 282.737,15
5	Operador de Mídia Audvisual/Operador de Rádio	R\$ 3.343,24					R\$ 3.343,24	R\$ 2.469,32	R\$ 5.812,56	R\$ 320,00	R\$ 19,41	R\$ 339,41	R\$ 6.151,96	R\$ 1.701,63	R\$ 7.853,60	4	R\$ 31.414,38	R\$ 376.972,59
6	Técnico em T.I.	R\$ 4.149,95					R\$ 4.149,95	R\$ 3.065,15	R\$ 7.215,10	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 7.535,10	R\$ 2.084,21	R\$ 9.619,31	1	R\$ 9.619,31	R\$ 115.431,75
7	Técnico em Telecomunicações	R\$ 4.149,95					R\$ 4.149,95	R\$ 3.065,15	R\$ 7.215,10	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 7.535,10	R\$ 2.084,21	R\$ 9.619,31	2	R\$ 19.238,63	R\$ 230.863,50
8	Operação de Site e Mídias Sociais	R\$ 3.946,58					R\$ 3.946,58	R\$ 2.914,94	R\$ 6.861,52	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 7.181,52	R\$ 1.986,41	R\$ 9.167,93	1	R\$ 9.167,93	R\$ 110.015,20
9	Jornalista/Editor	R\$ 5.492,76					R\$ 5.492,76	R\$ 4.056,95	R\$ 9.549,71	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 9.869,71	R\$ 2.729,96	R\$ 12.599,68	3	R\$ 37.799,03	R\$ 453.588,30
10	Jornalista/Produtor	R\$ 4.942,75					R\$ 4.942,75	R\$ 3.650,72	R\$ 8.593,47	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 8.913,47	R\$ 2.465,46	R\$ 11.378,93	3	R\$ 34.136,79	R\$ 409.641,47
11	Repórter	R\$ 5.267,26					R\$ 5.267,26	R\$ 3.890,40	R\$ 9.157,66	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 9.477,66	R\$ 2.621,52	R\$ 12.099,18	5	R\$ 60.495,89	R\$ 725.950,71
12	Locutor/Apresentador/Animador	R\$ 5.263,42					R\$ 5.263,42	R\$ 3.887,56	R\$ 9.150,98	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 9.470,98	R\$ 2.619,67	R\$ 12.090,66	2	R\$ 24.181,31	R\$ 290.175,74
13	Apresentador/Âncora	R\$ 5.263,42					R\$ 5.263,42	R\$ 3.887,56	R\$ 9.150,98	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 9.470,98	R\$ 2.619,67	R\$ 12.090,66	1	R\$ 12.090,66	R\$ 145.087,87
14	Editor Executivo	R\$ 8.680,79					R\$ 8.680,79	R\$ 6.411,63	R\$ 5.092,42	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 15.412,42	R\$ 4.263,08	R\$ 19.675,50	1	R\$ 19.675,50	R\$ 236.105,97
15	Consultor Jurídico	R\$ 5.267,26					R\$ 5.267,26	R\$ 3.890,40	R\$ 9.157,66	R\$ 320,00	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 9.477,66	R\$ 2.621,52	R\$ 12.099,18	1	R\$ 12.099,18	R\$ 145.190,14
Total de Funcionários																30	R\$ 332.378,24	R\$ 3.988.538,84
Valor Total																	R\$ 332.378,24	R\$ 3.988.538,84

ANEXO D DO TERMO DE REFERÊNCIA – EQUIPAMENTOS TÉCNICOS DISPONÍVEIS

Item	Patrimônio	Descrição
1	12623	ADA 233 AMPL. DIST.AUDIO AJ.INDIVIDUAL- N° de série: H296
2	42430	AMPLIFICADOR DE AUDIO E VIDEO - Marca: EXPANDER - Modelo: ATX
3	42431	AMPLIFICADOR DE AUDIO E VIDEO - Marca: EXPANDER - Modelo: ATX
4	31312	AMPLIFICADOR DE AUDIO - Marca: APEL - Modelo: AP-01 - N° de série: 0459/04
5	31311	AMPLIFICADOR DE AUDIO - Marca: APEL - Modelo: AP-01 - N° de série: 0460/04
6	32916	AMPLIFICADOR DE AUDIO - Marca: SCALA - Modelo: SEL4R
7	56530	AMPLIFICADOR DE AUDIO - Marca: SERATEL - Modelo: ST - 502.50 - N° de série: 09031601
8	49282	AMPLIFICADOR DE AUDIO - Marca: WOHLER - Modelo: AMP1A-V2DA
9	49247	AMPLIFICADOR DE FONE - Marca: BEHRINGER - Modelo: POWERPLAY PRO-XL HA4700
10	49246	AMPLIFICADOR DE FONE - Marca: BEHRINGER - Modelo: POWERPLAY PRO-XL HA4700
11	49249	AMPLIFICADOR DE FONE - Marca: BEHRINGER - Modelo: POWERPLAY PRO-XL HA4700
12	56968	AMPLIFICADOR DE POTENCIA - Marca: RA-150 - Modelo: ALESIS - N° de série: A406607044500326
13	56968	AMPLIFICADOR DE POTENCIA - Marca: RA-150 - Modelo: ALESIS - N° de série: A406607044500326
14	56966	AMPLIFICADOR DE POTENCIA - Marca: RA-150 - Modelo: ALESIS - N° de série: A406607044500327
15	56967	AMPLIFICADOR DE POTENCIA - Marca: RA-150 - Modelo: ALESIS - N° de série: A406607044500328
16	56967	AMPLIFICADOR DE POTENCIA - Marca: RA-150 - Modelo: ALESIS - N° de série: A406607044500328
17	56969	AMPLIFICADOR DE POTENCIA - Marca: RA-150 - Modelo: ALESIS - N° de série: A40810044500355
18	56970	AMPLIFICADOR DE POTENCIA - Marca: RA-150 - Modelo: ALESIS - N° de série: A40810044500356
19	32922	AMPLIFICADOR DISTRIBUIDOR DE FONES - Marca: AUDIO LINE
20	707076	ANTENA DE RECEPCAO (N. RELACIONADO)
21	707077	ANTENA TRANSMISSAO (N. RELACIONADO)
22	49496	APARELHO TELEFONICO ANALOGICO - Marca: SIEMENS - Modelo: E3005

23	49540	APARELHO TELEFONICO ANALOGICO - Marca: SIEMENS - Modelo: E3005
24	49575	APARELHO TELEFONICO ANALOGICO - Marca: SIEMENS - Modelo: E3005
25	46040	APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - Marca: SIEMENS - Modelo: 3005
26	46115	APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - Marca: SIEMENS - Modelo: 3005
27	46062	APARELHO TELEFONICO SIMPLES COM TECLADO - Marca: SIEMENS - Modelo: 3005
28	80583	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: 9611G - Nº de série: 14N547518919
29	63279	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: 9620L - Nº de série: 10N507101141
30	69587	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ04559275
31	69593	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ07450400
32	70273	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ24250C7E
33	69907	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ255504DP
34	69721	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ261504CU
35	70050	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ2645094X
36	70052	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ2645094Z
37	70054	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ275504Y9
38	69614	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ480608A6
39	69618	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ480608EB
40	69617	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ480608EE
41	69616	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ480608ER
42	69619	APARELHO TELEFONICO - Marca: AVAYA - Modelo: AURA 9611G - Nº de série: 11WZ480608FE
43	15045	APOIO PARA OS PES (CA) - Marca: ACECO
44	25572	APOIO PARA OS PES (CA) - Marca: METAL BASE - Modelo: MB 6501
45	77705	APOIO PARA OS PES - Marca: DIGITADOR - Modelo: AP427
46	77706	APOIO PARA OS PES - Marca: DIGITADOR - Modelo: AP427
47	77741	APOIO PARA OS PES - Marca: DIGITADOR - Modelo: AP427
48	77742	APOIO PARA OS PES - Marca: DIGITADOR - Modelo: AP427
49	77743	APOIO PARA OS PES - Marca: DIGITADOR - Modelo: AP427
50	77744	APOIO PARA OS PES - Marca: DIGITADOR - Modelo: AP427
51	77745	APOIO PARA OS PES - Marca: DIGITADOR - Modelo: AP427
52	76090	APOIO PARA OS PES - Marca: MULTIVISAO - Modelo: ABS
53	76091	APOIO PARA OS PES - Marca: MULTIVISAO - Modelo: ABS
54	76095	APOIO PARA OS PES - Marca: MULTIVISAO - Modelo: ABS
55	77606	ARMARIO
56	32980	ARMARIO BAIXO EM ACO - Marca: GIROFLEX - Modelo: E1AR0820
57	32981	ARMARIO BAIXO EM ACO - Marca: GIROFLEX - Modelo: E1AR0820
58	32984	ARMARIO BAIXO EM ACO - Marca: GIROFLEX - Modelo: E1AR0820
59	31970	ARMARIO EM MADEIRA
60	50342	ASPIRADOR SOPRADOR - Marca: MAKITA - Modelo: UB1101
61	50342	ASPIRADOR SOPRADOR - Marca: MAKITA - Modelo: UB1101
62	77633	BANCADA
63	22309	CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO - Marca: FLEXFORM - Modelo: J 618
64	41758	CADEIRA GIRATORIA EM TECIDO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 54L66H4201
65	33347	CAIXA ACUSTICA
66	32827	CAIXA ACUSTICA
67	32825	CAIXA ACUSTICA - Marca: DB - Modelo: DBL-80
68	32826	CAIXA ACUSTICA - Marca: DB - Modelo: DBL-80
69	32823	CAIXA ACUSTICA - Marca: DB - Modelo: DBL-80
70	32824	CAIXA ACUSTICA - Marca: DB - Modelo: DBL-80
71	32942	CAIXA ACUSTICA - Marca: DB - Modelo: L-80
72	33346	CAIXA ACUSTICA - Marca: PHONIC
73	33344	CAIXA ACUSTICA - Marca: PHONIC
74	33345	CAIXA ACUSTICA - Marca: PHONIC
75	47376	CARGA COAXIAL RESISTIVA - Marca: MECTRONICA - Modelo: CRX50000
76	31938	CARGA RESISTIVA
77	53993	CARRINHO
78	53993	CARRINHO
79	31937	CHAVE COAXIAL
80	47379	CHAVE COAXIAL COM COMANDO - Marca: MCI - Modelo: 61104
81	13506	CIRCULADOR DE AR - Marca: ARNO
82	83853	CODIFICADOR / DECODIFICADOR DE AUDIO - Marca: TIELINE - Modelo: GENIE STL POINTO TO POINT - Nº de série: 90812
83	83854	CODIFICADOR / DECODIFICADOR DE AUDIO - Marca: TIELINE - Modelo: GENIE STL POINTO TO POINT - Nº de série: 9799
84	77872	CODIFICADOR / DECODIFICADOR DE AUDIO - Marca: TIELINE - Modelo: GENTE STL TLR-5200
85	77873	CODIFICADOR / DECODIFICADOR DE AUDIO - Marca: TIELINE - Modelo: GENTE STL TLR-5200
86	59463	CODIFICADOR DE AUDIO - Marca: TIELINE - Nº de série: 17674
87	68390	CONDICIONADOR DE AR - Marca: RHEEM - Modelo: RB1HW18AC2B
88	62293	CONDICIONADOR DE AR - Marca: SPRINGER CARRIER
89	31939	CONSOLE DE AUDIO - Marca: BEHRINGER - Modelo: MX2442A
90	49757	CONVERSOR
91	62200	CONVERSOR TV DIGITAL - Marca: HIKOR - Modelo: DTC-1000 PVR - Nº de série: HKDTC0110-02109
92	49776	CONVERSOR - Marca: BLACK BOX - Modelo: IC449A
93	59464	DECODIFICADOR DE AUDIO - Marca: TIELINE - Nº de série: 17457
94	59464	DECODIFICADOR DE AUDIO - Marca: TIELINE - Nº de série: 17457
95	48531	DISTRIBUIDOR DE AUDIO - Marca: PHASE - Modelo: ADA-226VU - Nº de série: B538
96	48528	DISTRIBUIDOR DE AUDIO - Marca: PHASE - Modelo: ADA-226VU - Nº de série: B540
97	48529	DISTRIBUIDOR DE AUDIO - Marca: PHASE - Modelo: ADA-226VU - Nº de série: B542
98	48530	DISTRIBUIDOR DE AUDIO - Marca: PHASE - Modelo: ADA-226VU - Nº de série: B545
99	60156	DISTRIBUIDOR DE AUDIO - Marca: RADIX - Modelo: DA1600 - Nº de série: 9598
100	60157	DISTRIBUIDOR DE AUDIO - Marca: RADIX - Modelo: DA1600 - Nº de série: 9599
101	60157	DISTRIBUIDOR DE AUDIO - Marca: RADIX - Modelo: DA1600 - Nº de série: 9599
102	60158	DISTRIBUIDOR DE AUDIO - Nº de série: 9583
103	48532	DISTRIBUIDOR DE AUDIO - Nº de série: B543
104	45952	DISTRIBUIDOR DE VIDEO ANALOGICO - Marca: PHASE - Modelo: VDE - 200/CL

105	45954	DISTRIBUIDOR DE VIDEO ANALOGICO - Marca: PHASE - Modelo: VDE - 200/CL
106	32935	DISTRIBUIDOR - Marca: RANE - Modelo: DA-216A
107	32937	DISTRIBUIDOR - Marca: RANE - Modelo: DA-216A
108	50430	ESCADA EM ALUMINIO - Marca: SUPREMA WORKER
109	48953	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
110	46783	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
111	48739	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
112	48741	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
113	48924	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
114	48925	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
115	57030	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
116	57033	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
117	57042	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
118	57043	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: BRADIV
119	32129	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: GIROFLEX
120	43263	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: MOD LINE
121	41222	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: MOD LINE
122	41250	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: MOD LINE
123	41253	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: MOD LINE
124	38298	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: MOD LINE - Modelo: MA PP 12120606
125	38299	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: MOD LINE - Modelo: MA PP 12120606
126	75420	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: TECNO2000 - Modelo: BREMEM
127	75419	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: TECNO2000 - Modelo: BREMEM
128	75429	ESTACAO DE TRABALHO - Marca: TECNO2000 - Modelo: BREMEM
129	31934	ESTOJO COM FERRAMENTA - Marca: TECNOTOOLS - Modelo: TM-300
130	61183	FONE DE OUVIDO - Marca: AKG - Modelo: K44
131	61174	FONE DE OUVIDO - Marca: AKG - Modelo: K44
132	61175	FONE DE OUVIDO - Marca: AKG - Modelo: K44
133	61177	FONE DE OUVIDO - Marca: AKG - Modelo: K44
134	61178	FONE DE OUVIDO - Marca: AKG - Modelo: K44
135	61179	FONE DE OUVIDO - Marca: AKG - Modelo: K44
136	61180	FONE DE OUVIDO - Marca: AKG - Modelo: K44
137	61181	FONE DE OUVIDO - Marca: AKG - Modelo: K44
138	61182	FONE DE OUVIDO - Marca: AKG - Modelo: K44
139	74045	FONE DE OUVIDO - Marca: BEHRINGER - Modelo: HPM 1000
140	74052	FONE DE OUVIDO - Marca: BEHRINGER - Modelo: HPM 1000
141	74044	FONE DE OUVIDO - Marca: BEHRINGER - Modelo: HPM 1000
142	74044	FONE DE OUVIDO - Marca: BEHRINGER - Modelo: HPM 1000
143	74048	FONE DE OUVIDO - Marca: BEHRINGER - Modelo: HPM 1000
144	74042	FONE DE OUVIDO - Marca: BEHRINGER - Modelo: HPM 1000
145	74049	FONE DE OUVIDO - Marca: BEHRINGER - Modelo: HPM 1000
146	74053	FONE DE OUVIDO - Marca: BEHRINGER - Modelo: HPM 1000
147	49267	FONE DE OUVIDO - Marca: BEYERDYNAMIC - Modelo: DT-770
148	49270	FONE DE OUVIDO - Marca: BEYERDYNAMIC - Modelo: DT-770
149	49268	FONE DE OUVIDO - Marca: BEYERDYNAMIC - Modelo: DT-770
150	49269	FONE DE OUVIDO - Marca: BEYERDYNAMIC - Modelo: DT-770
151	74500	FONE DE OUVIDO - Marca: SONY - Modelo: MDR-7502
152	49089	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
153	48814	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
154	49155	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
155	48802	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
156	48812	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
157	48825	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
158	48827	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
159	49090	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
160	57115	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
161	57134	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
162	57427	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: BRADIV
163	32148	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: GIROFLEX
164	32141	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: GIROFLEX
165	32139	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: GIROFLEX
166	32142	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: GIROFLEX
167	32143	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: GIROFLEX
168	32145	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: GIROFLEX
169	32147	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: GIROFLEX
170	32149	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: GIROFLEX
171	30368	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: GIROFLEX - Modelo: LINHA "K";17/02/2004"
172	38170	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: MOD LINE - Modelo: GV 40
173	61341	GAVETEIRO VOLANTE - Marca: TPH
174	31922	GERADOR STEREO - Marca: TELETRONIX - Modelo: FUTURE 2002
175	29881	GRAVADOR DE CD ROM - Marca: LG - Modelo: VP-6228V
176	42411	GRAVADOR DE SOM MINI DISC - Marca: TASCAM - Modelo: MD-350 - N° de série: 0560812
177	42410	GRAVADOR DE SOM MINI DISC - Marca: TASCAM - Modelo: MD-350 - N° de série: 0560819
178	42413	GRAVADOR DE SOM MINI DISC - Marca: TASCAM - Modelo: MD-350 - N° de série: 0560971
179	60996	GRAVADOR - Marca: ZOOM H4N - N° de série: 00096165
180	60997	GRAVADOR - Marca: ZOOM H4N - N° de série: 00098773
181	41647	GRAVADORA DE CD/LEITORA DE DVD - Marca: SAMSUNG - Modelo: COMBO SH-M522C
182	42406	HEADPHONE - Marca: SONY - Modelo: MDR 7506
183	67940	HEADPHONE - Marca: SONY - Modelo: MDR 7506
184	67940	HEADPHONE - Marca: SONY - Modelo: MDR 7506
185	49260	HIBRIDA TELEFONICA DIGITAL - Marca: AEQ - Modelo: TH002 EX
186	57191	HIBRIDA TELEFONICA DIGITAL - Marca: AEQ - Modelo: TH002 EX

187	48190	IMPRESSORA LASER - Marca: LEXMARK - Modelo: T430DN - N° de série: 792B1H6
188	74167	IMPRESSORA LASER - Marca: SAMSUNG - Modelo: ML 3750ND - N° de série: Z9AGBQAD300085
189	74361	IMPRESSORA LASER - Marca: SAMSUNG - Modelo: ML 3750ND - N° de série: Z9AGBQAD300462
190	47378	MEDIDOR DE POTENCIA - Marca: BIRD - Modelo: THRULINE
191	29830	MESA AUXILIAR PARA ESTACAO DE TRABALHO
192	10524	MESA AUXILIAR PARA ESTACAO DE TRABALHO - Marca: ACECO
193	38464	MESA AUXILIAR PARA ESTACAO DE TRABALHO - Marca: MOD LINE - Modelo: ML PT 06 06
194	27251	MESA PARA IMPRESSORA - Marca: FORMATUS
195	26300	MESA PARA IMPRESSORA - Marca: MARTINUCCI - Modelo: MSME 0806 AP
196	75186	MESA TECNICA PARA EQUIPAMENTO DE RADIO
197	31953	MESA TECNICA PARA EQUIPAMENTO DE RADIO
198	78161	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012050010007
199	78206	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012050010083
200	78167	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012050010101
201	78081	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012050020013
202	78123	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012050020120
203	79640	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012864010062
204	79641	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012864010085
205	79729	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012864010101
206	79693	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012864010116
207	79678	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012864010181
208	79514	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012864020001
209	79535	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 01012864020018
210	81725	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880010040
211	81829	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880010020
212	81818	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880010081
213	81805	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880010140
214	81686	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880010184
215	81798	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880010267
216	81703	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880010286
217	81668	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880010294
218	81706	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880010300
219	81825	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880020007
220	81660	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880020043
221	81743	MICROCOMPUTADOR (CPU) - Marca: DATEN - Modelo: DC1B-S - N° de série: 010136880020057
222	57536	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071077
223	57536	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071077
224	57533	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071081
225	57533	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071081
226	57534	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071084
227	57534	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071084
228	57532	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071088
229	57532	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071088
230	57535	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071089
231	57535	MICROFONE SEM FIO - Marca: SHURE - Modelo: PGX24SM58 - N° de série: 11D071089
232	31313	MICROFONE - Marca: BERIGER - Modelo: B-1
233	57171	MICROFONE - Marca: BERIGER - Modelo: B-1
234	83827	MICROFONE - Marca: BERIGER - Modelo: B-1
235	83826	MICROFONE - Marca: BERIGER - Modelo: B-1
236	31932	MICROFONE - Marca: LESON - Modelo: SM-58BK
237	31933	MICROFONE - Marca: LESON - Modelo: SM-58BK
238	48564	MICROFONE - Marca: NEUMANN - Modelo: TLM 103 - N° de série: 51265
239	48568	MICROFONE - Marca: NEUMANN - Modelo: TLM 103 - N° de série: 51266
240	48567	MICROFONE - Marca: NEUMANN - Modelo: TLM 103 - N° de série: 51492
241	77136	MICROFONE - Marca: SENNHEISER - Modelo: EW135PG3 - N° de série: 4124019864
242	77136	MICROFONE - Marca: SENNHEISER - Modelo: EW135PG3 - N° de série: 4124019864
243	48576	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: PGX24/58 - N° de série: 022207099202
244	48577	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: PGX24/58 - N° de série: 022207106102
245	57527	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58
246	57528	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58
247	57530	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58
248	57531	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58
249	57527	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58
250	57528	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58
251	57530	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58
252	57531	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58
253	57529	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58 - N° de série: FGT50B3G10625623
254	57529	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58 - N° de série: FGT50B3G10625623
255	48582	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58S CSR PS 4F
256	48585	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58S CSR PS 4F
257	48586	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58S CSR PS 4F
258	48587	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58S CSR PS 4F
259	48584	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58S CSR PS 4F
260	48583	MICROFONE - Marca: SHURE - Modelo: SM-58S CSR PS 4F
261	32925	MISTURADOR PORTATIL - Marca: AUDIO LINE - Modelo: DMA404
262	32931	MISTURADOR - Marca: AUDIO LINE - Modelo: AHT-2028
263	28874	MIXER - Marca: CICLOTRON - Modelo: CSM 12R
264	48579	MIXER - Marca: SHURE - Modelo: FP33 - N° de série: 00074144410
265	48580	MIXER - Marca: SHURE - Modelo: FP33 - N° de série: 00074144412
266	48581	MIXER - Marca: SHURE - Modelo: M367 - N° de série: L0074235001
267	49265	MIXER - Marca: YAMAHA - Modelo: 01V96 - N° de série: UCANP01034
268	49266	MIXER - Marca: YAMAHA - Modelo: 01V96 - N° de série: UCANP01036

269	32920	MONITOR DE MODULACAO - Marca: MTA - Modelo: RCV800FM
270	47375	MONITOR MODULACAO - Marca: TFT - Modelo: 884
271	48595	MONITOR - Marca: ALESIS - Modelo: MK-II
272	48589	MONITOR - Marca: ALESIS - Modelo: MK-II
273	48596	MONITOR - Marca: ALESIS - Modelo: MK-II
274	48594	MONITOR - Marca: ALESIS - Modelo: MK-II
275	48588	MONITOR - Marca: ALESIS - Modelo: MK-II
276	78929	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU461A004072
277	78929	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU461A004072
278	80258	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU511A000419
279	82330	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000021
280	82319	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000035
281	82338	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000084
282	82345	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000099
283	82340	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000103
284	82346	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000244
285	82403	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000258
286	82329	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000310
287	82344	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000327
288	82342	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000346
289	82318	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000348
290	82348	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A000642
291	82336	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU521A001513
292	82383	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU531A000020
293	82324	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU531A000061
294	82316	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU531A000472
295	82347	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU541A000433
296	82327	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU541A001063
297	82293	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU541A006807
298	82293	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU541A006807
299	82285	MONITOR - Marca: DATEN AOC - Modelo: E2023PWD - N° de série: GPU541A006901
300	84098	MONITOR - Marca: DATEN - Modelo: 20M35PD-M - N° de série: 161200305
301	84290	MONITOR - Marca: DATEN - Modelo: 20M35PD-M - N° de série: 161200689
302	32917	MULTIMETRO ANALOGICO - Marca: MINIPA - Modelo: ET - 3010
303	42768	MULTIMETRO ANALOGICO - Marca: MINIPA - N° de série: ET30210679
304	32918	MULTIMETRO DIGITAL - Marca: MINIPA - Modelo: ET-2042
305	42769	MULTIMETRO DIGITAL - Marca: MINIPA - N° de série: ET203A055376
306	32932	PAINEL DE PATCH - Marca: ADC - Modelo: PPA1-26
307	32933	PAINEL DE PATCH - Marca: ADC - Modelo: PPA1-26
308	32934	PAINEL DE PATCH - Marca: ADC - Modelo: PPA1-26
309	29992	POLTRONA FIXA EM TECIDO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 32S2200400
310	32756	POLTRONA FIXA EM TECIDO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 351.2200000
311	32764	POLTRONA FIXA EM TECIDO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 351.2200400
312	41743	POLTRONA FIXA EM TECIDO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 35S2200400
313	79098	POLTRONA GIRATORIA EM TECIDO - Marca: FLEXFORM - Modelo: ERME ALTA
314	29897	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM COURO - Marca: GIROFLEX - Modelo: F8L76S64CI
315	29908	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM COURO - Marca: GIROFLEX - Modelo: F8L76S64CI
316	54444	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM TECIDO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 38S66H6401
317	54440	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM TECIDO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 38S66H6401
318	54442	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM TECIDO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 38S66H6401
319	56231	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM TECIDO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 38S66H6401
320	76575	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM TECIDO - Marca: GIROFLEX-FORMA - Modelo: 38S66S6401
321	76580	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR ALTO EM TECIDO - Marca: GIROFLEX-FORMA - Modelo: 38S66S6401
322	86844	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: FLEXFORM - Modelo: ERME
323	47997	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6001
324	57626	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6201
325	57659	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6201
326	54156	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
327	46256	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
328	47417	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
329	46262	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
330	47962	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
331	49414	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
332	54066	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
333	54151	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
334	54157	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
335	54158	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
336	61863	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66H6401
337	71098	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX - Modelo: 36S66S6401
338	76631	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX-FORMA - Modelo: 36S66H6401
339	76642	POLTRONA GIRATORIA ESPALDAR MEDIO - Marca: GIROFLEX-FORMA - Modelo: 36S66H6401
340	33072	PRATELEIRA SUSPensa - Marca: GIROFLEX
341	32991	PRATELEIRA SUSPensa - Marca: GIROFLEX - Modelo: K1PW0403FH
342	31931	PRE AMPLIFICADOR DE SOM - Marca: SCALA - Modelo: ST-200
343	59508	PRESSURIZADOR/ DESIDRATADOR - Marca: SEPARAR - Modelo: SE-PRESS-20
344	59509	PRESSURIZADOR/ DESIDRATADOR - Marca: SEPARAR - Modelo: SE-PRESS-20
345	47374	PROCESSADOR DE AUDIO DIGITAL - Marca: ORBAN - Modelo: 8500
346	49459	PROCESSADOR DE AUDIO DIGITAL - Marca: ORBAN - Modelo: OPTIMOD-TV 8382
347	48599	PROCESSADOR DE AUDIO - Marca: DBX - Modelo: 286 - N° de série: DBX286AV01003572
348	48598	PROCESSADOR DE AUDIO - Marca: DBX - Modelo: 286 - N° de série: DBX286AV01003549
349	48597	PROCESSADOR DE AUDIO - Marca: DBX - Modelo: 286 - N° de série: DBX286AV01003574
350	77259	QUADRO

351	77270	QUADRO DE AVISO - Marca: STALO
352	75187	RACK
353	31961	RACK EM ESQUADRIA METALICA
354	48526	RACK MOUNT KIT PADRAO 19 - Marca: CONTATO
355	48527	RACK MOUNT KIT PADRAO 19 - Marca: CONTATO
356	49288	RECEPTOR DE FM - Marca: COBY - Modelo: XCB91
357	49287	RECEPTOR DE FM - Marca: SONY - Modelo: ICF-S10MK2
358	49283	RECEPTOR DE FM - Marca: SONY - Modelo: ICF-S10MK2
359	49286	RECEPTOR DE FM - Marca: SONY - Modelo: ICF-S10MK2
360	73933	RECEPTOR DE SATELITE - Marca: UPCOM - Modelo: UC-IRD+RECEIVER DECODER - N° de série: LAPK212450105
361	50421	RECEPTOR - Marca: SCOPUS - Modelo: IRD 2900 - N° de série: 274104
362	77146	RECEPTOR - Marca: SENNHEISER - Modelo: EW135PG3 - N° de série: 4114021335
363	77146	RECEPTOR - Marca: SENNHEISER - Modelo: EW135PG3 - N° de série: 4114021335
364	31927	RECEPTOR - Marca: TELETIONIX - Modelo: UHF-942/960
365	49277	REGUA DE PATCH - Marca: ADC - Modelo: PRO MAK II
366	49278	REGUA DE PATCH - Marca: ADC - Modelo: PRO MAK II
367	49279	REGUA DE PATCH - Marca: ADC - Modelo: PRO MAK II
368	49280	REGUA DE PATCH - Marca: ADC - Modelo: PRO MAK II
369	48519	RELOGIO DIGITAL - Marca: DIMEP - Modelo: 4000-37
370	48517	RELOGIO DIGITAL - Marca: DIMEP - Modelo: 4000-37
371	48518	RELOGIO DIGITAL - Marca: DIMEP - Modelo: 4000-37
372	48523	RELOGIO DIGITAL - Marca: DIMEP - Modelo: 4000-37
373	48522	RELOGIO DIGITAL - Marca: DIMEP - Modelo: 4000-37
374	48524	RELOGIO DIGITAL - Marca: DIMEP - Modelo: 4000-37
375	49250	REPRODUTOR GRAVADOR DE CD - Marca: TASCAM - Modelo: CD-IPRO
376	49252	REPRODUTOR GRAVADOR DE CD - Marca: TASCAM - Modelo: CD-IPRO
377	49254	REPRODUTOR GRAVADOR DE CD - Marca: TASCAM - Modelo: CD-IPRO
378	49256	REPRODUTOR GRAVADOR DE CD - Marca: TASCAM - Modelo: CD-IPRO
379	49255	REPRODUTOR GRAVADOR DE CD - Marca: TASCAM - Modelo: CD-IPRO
380	77982	ROTULADOR PORTATIL - Marca: BROTHER - Modelo: PT-80 - N° de série: U61708H4Z306320
381	38746	SERV SWITCH - Marca: KVM - Modelo: TK-801R
382	49781	SERVIDOR - Marca: STEP SOFTWARE
383	50219	SERVIDOR - Marca: STEP SOFTWARE
384	50220	SERVIDOR - Marca: STEP SOFTWARE
385	49271	SINTONIZADOR FM PROFISSIONAL - Marca: DENON - Modelo: TU-1500RDP
386	707078	SISTEMA IRRADIANTE PARA FM - Marca: TELETIONIX - Modelo: FMV-10K
387	49276	SISTEMA - Marca: LECTROSONICS - Modelo: IFBT4 - N° de série: 870
388	30182	SISTEMA - Marca: SENNHEISER - Modelo: EW135
389	32930	SUPORTE ARTICULADO DE MICROFONE - Marca: AUDIO LINE
390	32929	SUPORTE ARTICULADO DE MICROFONE - Marca: AUDIO LINE
391	32923	SUPORTE ARTICULADO DE MICROFONE - Marca: AUDIO LINE - Modelo: SMA101
392	32924	SUPORTE ARTICULADO DE MICROFONE - Marca: AUDIO LINE - Modelo: SMA101
393	40206	SUPORTE PARA CPU
394	40218	SUPORTE PARA CPU
395	40209	SUPORTE PARA CPU
396	40215	SUPORTE PARA CPU
397	40224	SUPORTE PARA CPU
398	78512	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 1447200020E
399	79842	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 1447207076E
400	79962	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 1447305157E
401	80026	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 1447307664E
402	82108	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4900021E
403	82105	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4900044E
404	81956	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4900231E
405	82102	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4900237E
406	82106	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4900250E
407	82104	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4900256E
408	82093	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4900300E
409	82094	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4900318E
410	82095	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4902522E
411	82099	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4902705E
412	81961	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4905813E
413	82020	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4905871E
414	82022	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4905872E
415	82021	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4905873E
416	82107	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4908943E
417	82096	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 14C4908956E
418	82087	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 1523005522E
419	82103	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 1523005525E
420	82101	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: DATEN - Modelo: KU-2971 - N° de série: 1523005530E
421	53668	TECLADO PARA MICRO/TERMINAL COMPUTADOR - Marca: ITAUTEC - Modelo: INFOWAY ST4261 - N° de série: M0802026496
422	57378	TELEVISOR EM CORES - Marca: SEMP TOSHIBA - Modelo: 3241W - N° de série: 919082F992AA004156
423	30432	TELEVISOR EM CORES - Marca: TOSHIBA - Modelo: 1022AV
424	72732	TERMOHIGROMETRO DIGITAL - Marca: AKSO - Modelo: AK28
425	61001	TESTADOR DE LINHA - Marca: WHIRLWIND QBOX
426	61001	TESTADOR DE LINHA - Marca: WHIRLWIND QBOX
427	33335	TRANSMISSOR DE FM - Marca: SERATEL - Modelo: ST 504.5-B
428	47381	TRANSMISSOR DE FM - Marca: SERATEL - Modelo: ST 504.5-B
429	47382	TRANSMISSOR DE FM - Marca: SERATEL - Modelo: ST 504.5-B - N° de série: 07041803
430	47380	TRANSMISSOR DE FM - Marca: SERATEL - Modelo: ST 504.5-B - N° de série: 07041804
431	31921	TRANSMISSOR DE FM - Marca: TELETIONIX - Modelo: FM 1000W

432	57284	UNIDADE DE COMUTACAO - Marca: SERATEL - Modelo: ST 501-7 - N° de série: 09051902
433	50226	WORKSTATION - Marca: DELL M - AUDIO SONY
434	50229	WORKSTATION - Marca: DELL M - AUDIO SONY
435	50227	WORKSTATION - Marca: DELL M - AUDIO SONY

ANEXO II DO EDITAL – MODELOS

A) PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico n. 105/2019

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	Prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional e gestão administrativa da Rádio Justiça.					
	1			(algarismos)	(algarismos)	(algarismos)
	2			(algarismos)	(algarismos)	(algarismos)
	Prestação de serviços técnico-especializado, sob demanda, para a produção de programas radiofônicos de cunho institucional, informativo, educativo e de orientação social, a serem vinculados pela Rádio Justiça.					
	Noticiários e Radiojornais					
	3			(algarismos)	(algarismos)	(algarismos)
	Informativo					
	4					
	5					
	Chamadas					
	6		
	Boletins ou Informativos					
	7		
	Produção de Programas					
	Entrevista					
	8					
	Revista Eletrônica					
	9					
	10					
	11					
	12					
	Revista Eletrônica Musical					

1	13				
	Radiodramaturgia				
	14				
	Produção de Materias				
	15				
	16				
	Transmissão/Captação de Sessões, Audiências e Eventos				
	17				
	...				
	...				
	...				
	22				
	Transmissão de Sessões do STF				
	23				
	Pós - Produções				
	24				
	Projetos Especiais				
	25				
	...				
	...				
	...				

	32	
	Instalação de linha (LP) ou tecnologia compatível				
	33	
	VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO (R\$)				(algarismos e por extenso)

B) DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

Pregão Eletrônico n. 105/2019

A empresa....., CNPJ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., RG e CPF, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, combinado com a Lei n. 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir

de quatorze anos.

Brasília, ____ de _____ de 2019

.....

Assinatura do representante legal

C) DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

Pregão Eletrônico n. 105/2019

A empresa _____, CNPJ _____, sediada em _____, declara, na forma do § 2º do art. 32 da Lei n. 8.666/1993, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília, ____ de _____ de 2019

.....

Assinatura do representante legal

D) TERMO DE VISTORIA

Pregão Eletrônico n. XX/2019

A empresa....., CNPJ....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)....., RG e CPF, DECLARA, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. 105/2019, que efetuou minuciosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços, bem como tomou conhecimento de todas as informações necessárias à correta formulação da proposta, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Brasília, ____ de _____ de 2019

.....

Assinatura do representante da empresa

Nome:

N. do documento de identificação:

Cargo na empresa:

Acompanhei a vistoria:

Assinatura e carimbo do Coordenador de Serviços e Infraestrutura de Rádio e TV Justiça do STF

E) DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

Eu,, CPF, responsável técnico da empresa,
CNPJ....., DECLARO que possuo pleno conhecimento do objeto da Pregão Eletrônico n. 105/2019, não podendo alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo à execução do objeto.

Brasília (DF), ____ de _____ de 2019

Assinatura do responsável

F) DECLARAÇÃO CONJUNTA DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL

Eu,....., CPF....., CREA, declaro que estou de acordo que serei o responsável técnico na área de engenharia, a serviço da empresa, CNPJ para os serviços objeto do Pregão Eletrônico n. 105/2019.

Brasília, ____ de _____ de 2019

.....
Assinatura do profissional a ser contratado

.....
Assinatura do representante legal

G) DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE) doravante denominada “Licitante”, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico n. 105/2019, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pela Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. 105/2019, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. 105/2019, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. 105/2019 quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. 105/2019 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Supremo Tribunal Federal antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de 2019

.....
Assinatura do representante legal

I) DADOS PARA PREENCHIMENTO DO CONTRATO

1. Razão Social da empresa (conforme CNPJ):

.....

2. Endereço-sede da empresa e CEP:

.....

3. CNPJ:

4. Contatos (telefone, fax, e-mail):

.....

5. Dados do(a) Sócio(a) / Procurador(a) habilitado a celebrar contratos pela empresa (se Procurador(a) juntar instrumento de Procuração atualizado) (Juntar cópia(s) do RG / CPF):

Nome (completo):

RG:..... CPF:.....

Nome (completo):

RG:..... CPF:.....

ANEXO III DO EDITAL – CONTRATO

CONTRATO N.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA (Pregão Eletrônico n. 40/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

Esta minuta substituirá o Contrato n. 61/2019, que vence em 31/11/2019.

Observação: deverão ser apresentados, quando da assinatura do Contrato:

- a) os dados do Responsável Técnico, conforme Anexo II a esta minuta de Contrato;
- b) declaração a ser assinada por cada funcionário da empresa contratada, conforme Anexo III a esta Minuta de Contrato.
- c) o **Termo de Confidencialidade da Informação**, conforme Anexo IV a esta Minuta de Contrato;

A **UNIÃO**, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo seu, Senhor., RG-SSP/..... e CPF, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, com sede no, CNPJ, telefone, FAX, neste ato representada por seu, Senhor., RGe CPF, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, com fundamento na Lei n. 8.666/1993, observando-se as normas constantes nas Lei n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, no Decreto n. 5.450/2005 e 8.538/2015, o contido no **Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019** e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de de gerenciamento técnico-operacional e de gestão administrativa da rádio justiça, com a produção, sob demanda, de programas radiofônicos e de multimídia voltados à divulgação dos atos do Poder Judiciário, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) designar gestor e fiscal para acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- b) promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- d) permitir, durante a vigência deste Contrato, o acesso dos representantes ou prepostos da **CONTRATADA** ao local de prestação de serviços, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do **CONTRATANTE**;
- e) notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;
- f) efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Iniciar a execução dos serviços em 1º/12/2019;
- b) executar os serviços contratados em conformidade com as condições e os prazos estabelecidos no Anexo I do Edital – Termo de Referência;
- c) cumprir todas as obrigações elencadas no **item 4** do Termo de Referência;
- d) comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer irregularidade que comprometa ou inviabilize a realização dos serviços;

- e) apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Contrato;
- f) comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação na execução do objeto, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pelo **CONTRATANTE**;
- g) manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE**, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- g.1) é vedada a reprodução, divulgação ou utilização de quaisquer informações de que os profissionais alocados tenham tomado ciência em razão da execução dos serviços prestados, sem o consentimento, por escrito, do Gestor do Contrato e da Secretaria de Comunicação Social do STF;
- h) responsabilizar-se por todo e qualquer acidente do trabalho, dano ou prejuízo causado ao patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros, decorrente da execução do serviço contratado;
- i) manter, durante toda a execução deste Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) indicar formalmente preposto visando a estabelecer contatos com o gestor deste Contrato;
- k) observar as demais obrigações estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

DO VALOR

CLÁUSULA QUINTA – O valor mensal estimado do presente Contrato é de R\$ _____ (_____) e o valor total estimado é de R\$ _____ (_____), observado o Anexo I deste Contrato.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA SEXTA – O objeto deste Contrato será recebido por servidor formalmente designado pelo **CONTRATANTE**, procedendo-se à conferência dos serviços e sua conformidade com este Contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o serviço.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – O pagamento será efetuado mensalmente mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, a contar do atesto dos serviços, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**, devendo apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, contemplando comprovação de regularidade perante a Seguridade Social;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**;
- e) resumo discriminado de faturamento, incluindo o quantitativo dos serviços executados com a pormenorização dos programas produzidos, finalizados e/ou veiculados, as ressalvas e autorizações do **CONTRATANTE**, o preço unitário contratado e o preço total da fatura;
- f) cópia de pagamento detalhando a remuneração bruta e a remuneração líquida de cada profissional, relativas ao mês faturado ou ao mês anterior;
- g) relação de profissionais alocados, contendo o nome completo RG, CPF, função exercida, remuneração, juntamente com a discriminação do pessoal técnico. A **CONTRATADA** deverá apresentar declaração expressa de procedeu ao recolhimento de todos os tributos e contribuições relacionados aos profissionais alocados;
- h) declaração expressa de que todos os encargos fiscais, previdenciários, sociais e trabalhistas, relacionados aos recursos humanos utilizados para a execução do objeto, estão devidamente solvidos;
- i) declaração expressa de que os serviços foram efetivamente executados por profissionais devidamente qualificados, em conformidade com os padrões de qualidade e os requisitos legais aplicáveis ao objeto.

Parágrafo primeiro – O pagamento do valor referente a instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível, será efetuado de acordo com o valor apresentado na proposta de preços, desde que comprovada a efetiva utilização do serviço.

Parágrafo segundo– A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

Parágrafo terceiro– A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, na nota de empenho, no Contrato ou caso observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** e nesse caso o prazo previsto na Cláusula Sétima será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

Parágrafo quarto– Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

Parágrafo quinto– O Supremo Tribunal Federal disponibiliza na internet informações sobre pagamentos realizados e tributos recolhidos de seus fornecedores. Acesse www.stf.jus.br, clique em (Transparência), depois em (Gestão Orçamentária) e selecionar: <Dados Diários de Despesas>. O usuário precisa informar o número do CNPJ e saber o número do documento fiscal, para acessar essas informações.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA OITAVA – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA NONA – O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar do dia 1º/12/2019, podendo ser prorrogado pelo período de até 60 (sessenta) meses.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA DEZ – Os preços contratados poderão ser reajustados, após solicitação da **CONTRATADA**, mediante negociação entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPCA/IBGE ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta ou do último reajuste.

Parágrafo primeiro – Os efeitos financeiros do reajuste serão reconhecidos a partir das datas definidas nesta Cláusula.

Parágrafo segundo – O reajuste deverá ser solicitado antes do término da atual vigência deste Contrato, sob pena de preclusão.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA ONZE – Quem praticar, os atos previstos no art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções previstas na IN n. 1/2017 da Secretaria Geral da Presidência da República.

CLÁUSULA DOZE – A **CONTRATADA** ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de:

INFRAÇÃO	PERCENTUAL (%)
b.1) sobre o valor anual estimado do Contrato, no caso de:	
Quanto à execução dos serviços:	
b.1.1) inexecução total da obrigação assumida, podendo ensejar a rescisão contratual;	5
b.1.2) inexecução parcial da obrigação assumida, podendo ensejar a rescisão contratual;	1
b.1.3) atraso injustificado de 6 (seis) horas, a contar da 0h00 do dia 1º/12/2018, para iniciar a execução dos serviços contratados, aplicada por hora. Após este prazo e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;	0,1
b.1.4) na hipótese de atraso por período superior ao previsto na alínea “b.1.3”, limitada a incidência a 9 (nove) dias, aplicada por dia. A partir do 10º (décimo) dia de atraso será aplicada a multa prevista na alínea “b.1.1”;	0,5
b.1.5) não cumprimento da legislação aplicável à execução dos serviços contratados, por ocorrência e por dia;	0,005
INFRAÇÃO	PERCENTUAL (%)
Quanto à documentação e ao atendimento ao CONTRATANTE:	
b.1.6) não comunicar ou comunicar com atraso ao CONTRATANTE , conforme previsto no Termo de Referência, qualquer impedimento que resulte em prejuízo à execução dos serviços, aplicada por ocorrência;	0,005
b.1.7) deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do Gestor do Contrato, aplicada por dia;	0,01
b.1.8) deixar de manter a documentação legal atualizada, aplicada por ocorrência;	0,002
b.1.9) atrasar injustificadamente no atendimento dos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos ou para devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, aplicada por dia e por ocorrência;	0,001
b.1.10) deixar de indicar e manter durante a execução do contrato o preposto, aplicada por dia;	0,01
INFRAÇÃO	PERCENTUAL (%)

Quanto aos seus profissionais:	
b.1.11) manter profissional sem qualificação para a execução dos serviços, aplicada por profissional e por dia;	0,05
b.1.12) deixar de substituir profissional que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com suas atribuições, aplicada por profissional e por dia;	0,05
b.1.13) permitir a acumulação de funções previstas no item 4.14 do Anexo I do Edital - Termo de Referência, aplicada por ocorrência;	0,05
b.1.14) permitir a acumulação de funções não previstas no item 4.15 (subitens 4.15.1 a 4.15.5) Anexo I do Edital - Termo de Referência, aplicada por ocorrência	0,05
INFRAÇÃO	PERCENTUAL (%)
Outras infrações:	
b.1.15) deixar de manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE , por ocorrência;	0,01
b.1.16) deixar de zelar pelas instalações do CONTRATANTE utilizadas, por ocorrência;	0,01
b.1.17) deixar de cumprir quaisquer itens do Edital/Contrato e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, aplicada por item e por ocorrência;	0,01
b.1.18) deixar de cumprir quaisquer itens do Edital/Contrato e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência, formalmente notificada pelo CONTRATANTE , aplicada por item e por ocorrência;	0,02
INFRAÇÃO	PERCENTUAL (%)
b.2) sobre o valor mensal do item “Gerenciamento Técnico-operacional”, no caso de:	
b.2.1) interrupção na geração ou falha injustificada na transmissão, aplicada por ocorrência;	5
b.2.2) atraso injustificado na veiculação da sessão plenária do STF, aplicada por ocorrência;	1
b.2.3) deixar de comunicar à CONTRATANTE falha na transmissão em até 30 (trinta) minutos a partir do início da ocorrência da falha, aplicada por ocorrência;	0,5
b.2.4) deixar de cumprir obrigação prevista na especificação dos serviços de gerenciamento técnico-operacional;	1
INFRAÇÃO	PERCENTUAL (%)
b.3) sobre o valor unitário do item “Serviços técnicos sob demanda”, no caso de:	
b.3.1) atraso injustificado na veiculação de produto, aplicada por dia, limitado a 10 (dez) dias;	5
b.3.2) atraso injustificado na entrega de produto, aplicada por dia, limitado a 10 (dez) dias;	5
b.3.3) na hipótese de atraso por período superior aos limites estabelecidos pelas alíneas “b.3.1” e “b.3.2”, a CONTRATADA incidirá em inexecução parcial.	6

c) impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos da Lei n. 10.520/2002;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo primeiro – O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou poderá ser descontado da garantia contratual.

Parágrafo segundo – Caso a multa seja superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, a **CONTRATADA** responderá pela sua diferença.

Parágrafo terceiro – As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

DA GARANTIA

CLÁUSULA TREZE – A **CONTRATADA** presta garantia de execução deste Contrato no valor de R\$ _____ (_____), em uma das modalidades previstas no parágrafo 1º do art. 70 da Lei 8.666/93, correspondente a 5% do valor global deste Contrato, tendo como beneficiário o **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – A garantia assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas punitivas aplicadas pelo STF à **CONTRATADA**;
- c) prejuízos diretos causados ao **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato;
- d) prejuízos indiretos causados ao **CONTRATANTE** e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato.

Parágrafo segundo – Caso a garantia prestada pela **CONTRATADA** seja nas modalidades seguro garantia ou fiança bancária, ela deverá prever, expressamente, a cobertura indicada no parágrafo primeiro.

Parágrafo terceiro – O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

Parágrafo quarto – A garantia prestada pela **CONTRATADA** deverá cobrir o período de vigência do Contrato e mais 3 (três) meses após o término da vigência deste e somente será liberada ou restituída, se houver saldo disponível, depois de expirada a sua cobertura, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo quinto – Quando a garantia for apresentada em dinheiro, ela será atualizada monetariamente, conforme critérios estabelecidos pela instituição bancária em que for realizado o depósito.

Parágrafo sexto – Aditado este Contrato, prorrogado o prazo de sua vigência, alterado o seu valor ou reduzido o valor da garantia em razão de aplicação de qualquer penalidade, a **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar garantia complementar ou a substituí-la, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do aditivo, no mesmo percentual e modalidades constantes desta Cláusula.

Parágrafo sétimo – Em caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, a garantia será liberada após a apresentação da nova garantia e da assinatura de termo aditivo a este Contrato.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA TREZE – A despesa decorrente da contratação correrá à conta do Programa de Trabalho: 02.061.0565.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no STF, na natureza de despesa 33.90.39 _____, consignado ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União, tendo sido emitida a Nota de Empenho n., datada do dia __/__/____.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA QUATORZE – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA QUINZE – As sanções previstas nas alíneas "b.1.1" e "b.1.2", "b.1.3" e "b.3.3" da Cláusula Doze serão cumuladas com a rescisão contratual, garantida a prévia e ampla defesa, na forma da lei.

Parágrafo único – Na rescisão contratual deverá ser considerada a natureza e a gravidade da infração cometida e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

CLÁUSULA DEZESSEIS – Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste Contrato:

a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

Parágrafo primeiro – Nos casos em que a **CONTRATADA** sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da contratação desde que a execução deste Contrato não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

Parágrafo segundo – Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da mesma Lei.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA DEZESSETE – Aplicam-se à execução do presente Contrato a Lei n. 8.666/1993 e demais normas legais pertinentes.

DO ACOMPANHAMENTO

CLÁUSULA DEZOITO – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular, um substituto e fiscal para executar a fiscalização deste Contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

CLÁUSULA DEZENOVE – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

DO FORO

CLÁUSULA VINTE – Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente Contrato, é competente o foro de Brasília - Distrito Federal.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VINTE E UM – O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

Brasília-DF.

ANEXO I AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA.....(Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO II AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA.....(Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO CONTRATADO

1. NOME COMPLETO

2. CPF

3. CREA

4. DOCUMENTO DE COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO

TIPO:

ANEXO III AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA.....(Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

DECLARAÇÃO A SER ASSINADA POR CADA FUNCIONÁRIO DA EMPRESA CONTRATADA

Declaração Individual

Eu, _____, CPF _____, não sou cônjuge, companheiro(a) ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de Membro do Poder Judiciário, de servidor(a) investido em cargo de direção e de assessoramento ou de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.

Brasília, ____ de _____ de 2018.

.....
(assinatura do representante legal)

ANEXO IV AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA.....(Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO

A **UNIÃO**, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, com sede em Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o n. 00.531.640/0001-28, doravante denominado STF e **NOME DA EMPRESA**, pessoa jurídica com sede na _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n. ____/____/____, doravante denominada **NOME DA EMPRESA** e, sempre que em conjunto referidas como **PARTES** para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e,

Considerando que, em razão do atendimento à exigência do Contrato STF n. ____/____, celebrado pelas **PARTES**, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a _____, mediante condições estabelecidas pelo STF;

Considerando que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas, verbais ou de qualquer outro modo apresentadas, tangíveis ou intangíveis, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **NOME DA EMPRESA** tiver acesso em virtude da execução contratual;

Considerando a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do **STF** de que a **NOME DA EMPRESA** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

O **STF** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada proteção às **INFORMAÇÕES** do **STF**, principalmente àquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

- a) as estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo STF;
- b) a **NOME DA EMPRESA** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **STF**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo **STF**;
- c) a **NOME DA EMPRESA** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos façam uso das **INFORMAÇÕES** do **STF**;
- d) o **STF**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **NOME DA EMPRESA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

- a) as obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:
 - a.1) sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das **PARTES**;
 - a.2) tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;

a.3) sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as **PARTES** cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

- a) a **NOME DA EMPRESA** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**;
- b) a **NOME DA EMPRESA** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso do STF;
- b.1) o consentimento mencionado nesta alínea “b” será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das **PARTES**;
- c) a **NOME DA EMPRESA** se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do STF;
- d) a **NOME DA EMPRESA** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do STF, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo STF;
- e) cada **PORTE** permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**;
- f) o presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.
- f.1) os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **NOME DA EMPRESA**, são única e exclusiva propriedade intelectual do STF;
- g) a **NOME DA EMPRESA** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;
- h) a **NOME DA EMPRESA** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas **PARTES** permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a ata de sua assinatura até 5 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do **CONTRATO** firmado entre as **PARTES**. Neste caso, a **NOME DA EMPRESA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo STF, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento;
- b) o presente **TERMO** constitui acordo entre as **PARTES**, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas direta ou indiretamente;
- c) surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do STF;
- d) o disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de **INFORMAÇÕES**;
- e) a omissão ou tolerância das **PARTES**, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas originadas deste Termo, é competente o foro de Brasília – Distrito Federal.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, é assinado o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, pela **NOME DA EMPRESA**, sendo em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Quadrado De Moraes, ASSESSOR-CHEFE**, em 16/10/2019, às 05:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio de Souza Cordeiro, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, em 17/10/2019, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1018794** e o código CRC **733646F7**.



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 110/2019 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA. (Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, sediado na Praça dos Três Poderes, em Brasília - Distrito Federal, CNPJ 00.531.640/0001-28, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Senhor **Edmundo Veras dos Santos Filho**, RG 2.050.648 SSP/DF e CPF 898.142.401-25, no uso das atribuições que lhe confere o Regulamento da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA**, com sede na: Av. Paulista, 1471 Conjunto 511 - Bela Vista CEP 01311-927 São Paulo/SP, CNPJ 05.910312/0001-56, telefone (11) 3476 5871, neste ato representada por sua representante legal, Senhora Carolina de Souza Lage, RG 36.896.173-4 e CPF 472.232.778-58, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, com fundamento na Lei n. 8.666/1993, observando-se as normas constantes nas Lei n. 10.520/2002, Lei Complementar n. 123/2006, no Decreto n. 5.450/2005 e 8.538/2015, o contido no **Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019** e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a readequação contratual por meio do remanejamento de rubricas nos termos da cláusula segunda.

Parágrafo único - As alterações quantitativas constantes da cláusula segunda resultam no decréscimo de 0,000393% ao valor inicial atualizado do Contrato.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA - O quantitativo dos itens B.II.1.1, B.II.2.1, B.II.2.3, B.II.2.4, B.III.1 e B.VI.1, constantes do Anexo I do Contrato, passam, respectivamente, de 140, 283, 520, 52, 15 e 52 unidades para 13, 361, 460, 48, 79 e 104 unidades, a partir da assinatura deste termo aditivo, conforme Anexo I deste instrumento.

DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor total **anual** estimado do Contrato passa a ser de **R\$ 3.094.023,41 (três milhões, noventa e quatro mil, vinte e três reais e quarenta e um centavos)**, a partir da assinatura deste termo aditivo, conforme Anexos I deste instrumento.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA – O presente Termo Aditivo tem vigência a partir de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA QUINTA – A despesa decorrente deste Aditivo correrá à conta do Programa de Trabalho: 02.061.0565.6359.5664 – Apreciação e Julgamento de Causas no STF, na natureza de despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ, consignado ao **CONTRATANTE** no Orçamento Geral da União, tendo sido emitida a Nota de Empenho 2021NE000148/2021, datada de 4 de fevereiro de 2021.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA SEXTA – O extrato do presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato no que não colidam com as presentes disposições.

Brasília-DF.

ANEXO I - QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 110/2019 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO TÉCNICO-OPERACIONAL E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA RÁDIO JUSTIÇA, COM A PRODUÇÃO, SOB DEMANDA, DE PROGRAMAS RADIOFÔNICOS E DE MULTIMÍDIA VOLTADOS À DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO PODER JUDICIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, E A EMPRESA LAGE COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA. (Pregão Eletrônico n. 105/2019 - Processo Administrativo Eletrônico n.009629/2019)

Item	Discriminação dos serviços	Unidade	Qtde. Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Total Anual (R\$)
A	Prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional e gestão administrativa da Rádio Justiça.				1.583.466,84
A.I	Gerenciamento Técnico-Operacional da Rádio Justiça.	Mês	12	81.831,96	981.983,52
A.II	Gestão Administrativa da Rádio Justiça.	Mês	12	50.123,61	601.483,32
B	Prestação de serviços técnico-especializados, sob demanda, para a produção de programas radiofônicos de cunho institucional, informativo, educativo e de orientação social, a serem veiculados pela Rádio Justiça.				1.502.388,89
B.I	Noticiários				313.441,39
B.I.1	Rádiorjornais				
B.I.1.2	Produção de rádiojornal com 1 hora de duração.	Programa	839	154,70	129.795,40
B.I.2	Informativos				
B.I.2.1	Produção de informativo de 2 a 5 minutos de duração.	INFORMATIVO	2216	52,06	115.370,61
B.I.2.2	Produção de informativo com 5 a 10 minutos de duração.	INFORMATIVO	262	51,57	13.510,69
B.I.3	Chamadas				
B.I.3.1	Produção de Chamadas com até 1 minuto de duração.	Chamadas	600	25,78	15.470,25
B.I.4	Boletins				
B.I.4.1	Produção de boletins para transmissão em cadeia de rádio com 5 minutos de duração.	Boletim	254	154,70	39.294,44
B.II	Produção de Programas				1.034.637,07

B.II.1	Entrevistas				
B.II.1.1	Produção de programas de entrevista em estúdio com 1 hora de duração.	Programa	13	309,41	4.022,33
B.II.2	Revista Eletrônica				
B.II.2.1	Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração.	Programa	361	262,99	94.939,39
B.II.2.2	Produção de revista eletrônica em estúdio com 1 hora de duração.	Programa	586	618,81	362.622,66
B.II.2.3	Produção de revista eletrônica em estúdio com 2 horas de duração.	Programa	460	773,51	355.814,60
B.II.2.4	Produção de revista eletrônica com gravação externa com 2 horas de duração.	Programa	48	928,22	44.554,56
B.II.3	Revista Eletrônica Musical				
B.II.3.1	Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração.	Programa	420	247,52	103.960,08
B.II.4	Rádio Dramaturgia				
B.II.4.1	Produção de rádio dramaturgia em estúdio com até 10 minutos de duração.	Programa	262	262,30	68.723,45
B.III	Produção de Matérias				86.220,86
B.III.1	Produção de matérias com até 5 min de duração dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal.	Matéria	79	825,08	65.181,32
B.III.2	Produção de matérias com até 5 min de duração fora da região Geoeconômica do Distrito Federal.	Matéria	12	1.753,30	21.039,54
B.IV	TRANSMISSÃO/CAPTAÇÃO DE SESSÕES, AUDIÊNCIAS E EVENTOS				21.139,44
B.IV.1	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de até 2 dias.	Evento	3	1.134,49	3.403,46
B.IV.2	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 a 4 dias.	Evento	1	2.502,01	2.502,01
B.IV.3	Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 dias.	Evento	1	3.155,24	3.155,24

B.IV.4	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de até 2 dias.	Evento	1	4.069,79	4.069,79
B.IV.5	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 a 4 dias.	Evento	1	3.808,50	3.808,50
B.IV.6	Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 dias.	Evento	1	4.200,44	4.200,44
B.V	Transmissão de Sessões				11.344,85
B.V.1	Transmissão de sessões do STF	Sessão	110	103,14	11.344,85
B.VI	Pós-Produções				32.178,64
B.VI.1	Pós-Produção com 60 minutos de duração.	Programa	104	309,41	32.178,64
B.VII	Projetos Especiais				3.426,64
B.VII.1	Produção de programa-piloto de radiojornal com 1 hora de duração.	Programa	1	402,12	402,12
B.VII.2	Produção de programa-piloto de informativo com 2 A 5 minutos de duração.	Programa	1	241,70	241,70
B.VII.3	Produção de programa-piloto de entrevista com 1 hora de duração.	Programa	1	273,64	273,64
B.VII.4	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 2 horas de duração.	Programa	1	290,06	290,06
B.VII.5	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 1 hora de duração.	Programa	1	193,35	193,35
B.VII.6	Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 30 minutos de duração.	Programa	1	188,72	188,72
B.VII.7	Produção de programa-piloto de radiodramaturgia com 2 a 5 minutos de duração.	Programa	1	161,15	161,15
B.VII.8	Produção de vinheta completa (abertura, passagem e encerramento).	Programa	8	209,49	1.675,90
C	Instalação de linha privada (LP), ou tecnologia compatível				8.167,68
C.I.1	Serviço de LP ou tecnologia compatível - NO DF	Acesso	101	80,87	8.167,68
Total					3.094.023,41



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Quadrado De Moraes, ASSESSOR-CHEFE**, em 27/04/2021, às 03:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina de Souza Lage, Usuário Externo**, em 27/04/2021, às 13:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1553741** e o código CRC **7B70F3B7**.

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DA TV E RÁDIO JUSTIÇA**

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2019, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2019.

Contrato: STF nº /2019 – Processo nº 09629/2019	SERVIÇO SOB DEMANDA
Unidade Organizacional: Coordenadoria de TV e Rádio – COTR/SCO/STF	Telefone/ramal: (61) 3217-3980
Período de Execução: DEZEMBRO/2019	
B.I - NOTICIÁRIOS	
B.I.1 – RADIOJORNAIS	
B.I.1.2 – Produção de radiojornal com 1 horas de duração	Identificação:
	- Jornal da Justiça 1ª edição – 22 edições
B.I.1.2 – Produção de radiojornal com 1 hora de duração	Identificação:
	- Jornal da Justiça 2ª edição – 22 edições - Giro pelos Tribunais – 22 edições
B.I.2 – INFORMATIVOS	
B.I.2.1 – Produção de informativos de 2 a 5 minutos de duração	Identificação:
	- Edição da Hora – 194 edições
B.I.2.2 - Produção de Informativo de 5 a 10 minutos de duração	- Edição da Hora - 22 edições
B.I.3 – CHAMADAS OU SPOTS INSTITUCIONAIS	
B.I.3.1 – Produção de chamadas com até 1 minuto de duração	Identificação:
	- 50 Chamadas
B.I.4 – BOLETINS	
B.I.4.1 – Produção de boletins para transmissão em cadeia de rádio com 5 minutos de duração	Identificação:
	- A Voz do Brasil – 21 edições
B.II – PRODUÇÃO DE PROGRAMAS	

B.II.1 – ENTREVISTAS

B.II.1.1 - Produção de programas de entrevista em estúdio com 1 hora de duração	Identificação:
	- Explicando Direito (sab.) –

B.II.2 – REVISTA ELETRÔNICA

B.II.2.1 - Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração	Identificação:
	- Regra do Jogo (seg. e sex) - 9 edições
B.II.2.2 - Produção de revista eletrônica em estúdio com 1 hora de duração	Identificação:
	- Revista Justiça 3ª hora (seg. a sexta) – 22 edições - Hora do Maestro (seg. a sex) - 22 edições - Justiça na Tarde 3ª hora (seg. e ter) - 10 edições
B.II.2.3 - Produção de revista eletrônica em estúdio com 2 horas de duração	- Revista Justiça (8h/seg. a sex) – 22 edições - Justiça na Tarde (seg. e ter) - 13 edições
B.II.2.4 - Produção de revista eletrônica com gravação externa com 2 horas de duração	- Justiça na Tarde (sexta) – 04 edições

B.II.3 – REVISTA ELETRÔNICA MUSICAL

B.II.3.1 - Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração	Identificação:
	- Pauta Musical Especial – (seg. a sex) 22 edições - Refrão (sábado) – 04 edições - Cenário - (dom e sab.) – 09 edições. Total 35

B.II.4 – RADIODRAMATURGIA

B.II.4.1 - Produção de radiodramaturgia em estúdio com até 10 minutos de duração	Identificação:
	- Justiça em Cena – 22

B.III. PRODUÇÃO DE MATÉRIAS

B.III.1 – Produção de matérias com até 5 min. de duração dentro da região geoeconômica do DF.	
B.III.2 – Produção de matérias com até 5 min. de duração fora da região geoeconômica do DF.	

B.V - TRANSMISSÃO DE SESSÕES, AUDIÊNCIA PÚBLICA E EVENTOS.

B.V.1 – Transmissão de Sessões	Sessão - 06
--------------------------------	--------------------

B.VI – PÓS-PRODUÇÕES

B.VI.1 - Pós-Produção com 60 minutos de duração	Identificação:
	- Súmula (sábado) – 4 edições
B.VI.2 - Pós-Produção com 30 minutos de duração	Identificação: - -----
B.VI.3 - Pós-Produção com 15 minutos de duração	Identificação:
C.I – INSTALAÇÃO DE LINHA PRIVADA (LP)	
C.I.1 Serviço de Linha Privada (LP) ou tecnologia compatível no DF	Quantidade: (Sexta) -

À Contratada para providências.

Observações:

1- A inexecução total ou parcial de qualquer dos itens demandados deverá ser registrada no Livro de Ocorrências diárias de que trata o contrato /2019.

2- Este Serviço sob Demanda deverá ser juntado à documentação de comprovação do serviço quando da emissão da Nota Fiscal Fatura.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Gesteira e Matos, COORDENADOR**, em 02/12/2019, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Péricles Gonçalves Guimarães, ANALISTA JUDICIÁRIO**, em 02/12/2019, às 12:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1076023** e o código CRC **5480995F**.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DA TV E RÁDIO JUSTIÇA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 028, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

Contrato: STF nº 110/2019 – Processo nº 009629/2019		SERVIÇO SOB DEMANDA	
Unidade Organizacional: Coordenadoria de Gestão de TV e Rádio Justiça (COTR).		Telefone/ramal: (61) 3217-3980.	
Período de Execução: Mês de outubro de 2021.			
B.I - NOTICIÁRIOS			
B.I.1 – RADIOJORNAIS			
B.I.1.2 – Produção de radiojornal com 1 hora de duração.		Identificação: - Jornal da Justiça 1ª edição – 21 edições. - Jornal da Justiça 2ª edição – 21 edições. - Giro pelos Tribunais – 21 edições. Total: 63 edições.	
B.I.2 – INFORMATIVOS			
B.I.2.1 – Produção de informativo de 2 a 5 minutos de duração.		Identificação: - Edição da Hora (seg, ter, sex/9; qua, qui/7) - 173 edições.	
B.I.2.2 – Produção de informativo (de 5 a 10 minutos de duração) (*)		Identificação: - Edição da Hora – 21 edições.	
B.I.3 – CHAMADAS			
B.I.3.1 – Produção de chamadas com até 1 minuto de duração		Identificação: - 50 Chamadas.	
B.I.4 – BOLETINS			
B.I.4.1 – Produção de boletins para transmissão em cadeia de rádio com 5 minutos.		Identificação: - A Voz do Brasil – 20 edições.	
B.II – PRODUÇÃO DE PROGRAMAS			
B.II.1 – ENTREVISTAS			
B.II.1.1 - Produção de programas de entrevista em estúdio com 1 hora de duração.		Identificação:	
B.II.2 – REVISTA ELETRÔNICA			
B.II.2.1 - Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração.		Identificação: - Justiça na Tarde (seg, sex): 9 edições. - Semana em Pauta (sex): 5 edições. - Estúdio B (seg): 4 edições. - Regra do Jogo (ter): 4 edições. - Entretexto (qua): 4 edições. - Radiocine (qui): 4 edições. - Capital do Rock (sex): 5 edições. Total: 35 edições.	
B.II.2.2 - Produção de revista eletrônica em estúdio com 1 hora de duração		Identificação: - Revista Justiça 3ª hora (seg. a sexta) – 21 edições. - Hora do Maestro (seg. a sex) - 21 edições. - Justiça na Tarde 3ª hora (seg., ter) - 8 edições. Total: 50 edições.	
B.II.2.3 - Produção de revista eletrônica em estúdio com 2 horas de duração.		Identificação: - Revista Justiça (seg a sexta) - 21 edições. - Justiça na Tarde (seg; ter; sexta) - 13 edições. Total: 34 edições.	
B.II.2.4 - Produção de revista eletrônica com gravação externa, ao vivo ou gravada com 2 horas de duração.		Identificação:	
B.II.3 – REVISTA ELETRÔNICA MUSICAL			
B.II.3.1 - Produção de revista eletrônica em estúdio com até 30 minutos de duração.		Identificação: - Pauta Musical Especial – (seg. a sex): 21 edições. - Refrão (qua) – 4 edições. - Cenário - (1 edição de dom a sáb; exceto na qui: 2 edições): 35 edições. Total: 60 edições.	
B.II.4 – RADIODRAMATURGIA			
B.II.4.1 - Produção de radiodramaturgia em estúdio de 5 a 10 minutos de duração.		Identificação: - Justiça em Cena – 21 programas.	
B.III. PRODUÇÃO DE MATÉRIAS			
B.III.1 – Produção de matérias com até 5 min de duração dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal.			
B.III.2 – Produção de matérias com até 5 min de duração fora da região Geoeconômica do Distrito Federal.		Identificação:	
B. IV - Transmissão /Captação de Sessões, audiências e eventos			
B.IV.1 - Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito		Identificação:	

Federal para evento de até 2 dias.	
B.IV.2 - Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 a 4 dias.	Identificação:
B.IV.3 - Transmissão/Captação de eventos dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 dias.	Identificação:
B.IV.4 - Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de até 2 dias.	Identificação:
B.IV.5 - Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de 3 a 4 dias.	Identificação:
B.IV.6 - Transmissão/Captação de eventos fora da região Geoeconômica do Distrito Federal para evento de mais de 4 dias.	Identificação:
B. V - Transmissões de Sessões do STF	
B.V.1 - Transmissão de Sessões do STF	Sessão: 8 sessões.
B. VI - PÓS-PRODUÇÕES	
B.VI.1 - Pós-Produção com 60 minutos de duração	Identificação: - Súmula (sáb.) – 5 edições. - Plenárias (sáb.): 5 edições (conforme pactuado nas versões de conteúdo para ir ao ar e novas mídias). Total: 10 edições.
B. VII - PROJETOS ESPECIAIS	
B.VII.1 - Produção de programa-piloto de radiojornal com 1 hora de duração.	Identificação:
B.VII.2 - Produção de programa-piloto de informativo com 2 A 5	Identificação:
B.VII.3 - Produção de programa-piloto de entrevista com 1 hora de duração.	Identificação:
B.VII.4 - Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 2 horas de duração.	Identificação:
B.VII.5 - Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 1 hora de duração	Identificação:
B.VII.6 - Produção de programa-piloto de revista eletrônica com 30 minutos de duração.	Identificação:
B.VII.7 - Produção de programa-piloto de radiodramaturgia com 2 a 5 minutos de duração.	Identificação:
B.VII.8 - Produção de vinheta completa (abertura, passagem e encerramento).	Identificação:
C.I – INSTALAÇÃO DE LINHA PRIVADA (LP)	
C.I.1 Serviço de Linha Privada (LP) ou tecnologia compatível no DF	Identificação:

À Contratada para providências.

Observações:

- 1 - Qualquer intercorrência contratual deverá ser comunicada à fiscalização para averiguação das medidas adequadas, nos termos pactuados.
- 2 - A inexecução total ou parcial de qualquer dos itens demandados deverá ser registrada no Livro de Ocorrências diárias de que trata o Contrato 110/2019.
- 3 - A ordem de serviço deverá ser juntado à documentação de comprovação do serviço quando da emissão da Nota Fiscal Fatura, conforme o previsto no contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Isaac De Moraes Silva**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO**, em 30/09/2021, às 18:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Delorgel Valdir Kaiser**, **COORDENADOR**, em 30/09/2021, às 18:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1683262** e o código CRC **DAB131B7**.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DA TV E RÁDIO JUSTIÇA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 027, DE 30 DE SETEMBRO DE 2021.

Contrato: STF nº 110/2019 – Processo nº 009629/2019	SERVIÇO SOB DEMANDA
Unidade Organizacional: Coordenadoria de Gestão de TV e Rádio Justiça (COTR).	Telefone/ramal: (61) 3217-3980.
Período de Execução: Mês de outubro de 2021.	
B.III. PRODUÇÃO DE MATÉRIAS	
B.III.1 – Produção de matérias com até 5 min de duração dentro da Região Geoeconômica do Distrito Federal.	<p>Identificação: 11 (onze) matérias especiais, conforme a seguir distribuídas e especificadas:</p> <p>- 5 (cinco) matérias especiais referentes aos 130 anos do STF:</p> <p>1. Data: 1º de outubro.</p> <p>TEMA: Dia Internacional da Pessoa Idosa – ADI 3768 - Em 19/09/2007, o Plenário manteve a gratuidade do transporte coletivo urbano prevista no Estatuto do Idoso e na Constituição. Por maioria, o Tribunal entendeu que é constitucional o artigo 39, caput, do estatuto. Prevaleceu o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia, que considerou autoaplicável o artigo 230 da Constituição, que assegura o amparo ao idoso e o acesso ao transporte urbano gratuito.</p> <p>2. Data: 8 de outubro.</p> <p>TEMA: ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO - A Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida também como Constituição Cidadã, é a sétima na história da nação. Promulgada em 5 de outubro de 1988, ela determina deveres do Estado, regras para os poderes da República e direitos e deveres dos cidadãos. Durante o período de vigência da norma, o Supremo Tribunal Federal tem cumprido o papel de assegurar o respeito às regras da democracia e proteger os direitos fundamentais. Nesse sentido, em atenção ao princípio da dignidade da pessoa humana, os ministros decidiram que o uso de algemas é excepcional e fixaram as hipóteses em que esse recurso pode ser utilizado (HC 91952 e súmula vinculante n 11).</p> <p>3. Data: 15 de outubro.</p> <p>TEMA: 17 de outubro é o Dia Internacional Para a Erradicação da Pobreza – A Constituição Federal dispõe que um dos objetivos da República Federativa do Brasil é erradicar a pobreza e estabelece que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza. Para garantir que esse objetivo seja alcançado, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os valores do Fundo do Erradicação da Pobreza dos estados não podem ser usados pelo governo federal para calcular o montante da dívida estadual com a União. O caso foi decidido em um processo envolvendo a Bahia, mas deve ter repercussão em outras ações que estão em tramitação na Corte. Pela decisão, a União deverá devolver ao governo da Bahia os valores que foram computados como dívida. – ACO 727, julgada em 13/02/2020.</p> <p>4. Data: 22 de outubro.</p> <p>TEMA: HC 4781 - HISTÓRICO - 25 de outubro é o Dia da Democracia. Diversos julgamentos da Corte reforçam a proteção da democracia, da soberania popular e dos direitos fundamentais eleitorais. Nesse sentido, um dos primeiros julgados da República em matéria eleitoral ocorreu no dia 5 de abril de 1919, quando o Supremo concedeu Habeas Corpus em favor do então senador Ruy Barbosa, à época candidato da oposição a presidente da República, a fim de que ele e seus correligionários políticos pudessem realizar comícios. O HC foi apresentado contra a possibilidade de restrição ao exercício do direito de reunião no Estado da Bahia, especificamente na capital Salvador, uma vez que o secretário de segurança pública não teria consentido a realização de comícios na Praça Rio Branco. O STF se baseou no artigo 72 da Constituição Federal de 1891, o qual já naquele</p>

período garantia a liberdade de reunião e de associação para manifestação do pensamento, não podendo a polícia intervir senão para manter a ordem pública. Com a decisão, a Corte garantiu a realização de comícios em prol da candidatura, sem censura e sem impedimento de qualquer autoridade local ou da União.

5. Data: 29 de outubro:

TEMA: DIA DO SERVIDOR PÚBLICO - No dia 28 de outubro comemora-se o dia do funcionário público. Sobre o tema, o STF declarou a omissão legislativa quanto ao dever constitucional em editar lei que regulamente o exercício do direito de greve no setor público e, por maioria, entendeu que é possível aplicar ao setor, no que couber, a lei de greve vigente no setor privado (Lei nº 7.783/89). A decisão foi tomada nos Mandados de Injunção 670, 708 e 712, julgados em 25/10/2007.

Ainda,

6 (seis) matérias especiais, conforme a pauta a ser definida em conjunto com a COTR para enriquecer os novos conteúdos e a programação da Rádio Justiça:

6. Data: 01/10 - Sexta-feira - Dia Nacional do Idoso

TEMA: NO dia 01 de outubro é comemorado o Dia Nacional do Idoso.

ENCAMINHAMENTO: Fazer matéria especial destacando o estatuto do idoso e os direitos dessa parcela da população. Mostrar que muitos desses direitos não são respeitados e destacar a situação de violência doméstica e violência patrimonial contra o idoso, que aumentaram durante a pandemia. Mostrar as ações do judiciário para ajudar a combater esses crimes e garantir os direitos dos idosos.

7. Data: 04/10 - Segunda-feira - [Dia dos Animais](#)

TEMA: No dia 04 de outubro é comemorado o dia dos animais. Cada vez mais os bichinhos têm direitos reconhecidos.

ENCAMINHAMENTO: Mostrar a alta do reconhecimento dos direitos dos animais e destacar alguns casos emblemáticos. Entre os destaques, citar a Lei Sansão elaborada após o caso do cachorro que teve as patas queimadas em Belo Horizonte, Minas Gerais.

8. Data 5/10 - Terça-feira - Aniversário da Constituição

TEMA: A ideia é marcar a data do aniversário de promulgação da Constituição de 1988 com resgates históricos, o papel do STF, a relação entre a guarda da constituição e a manutenção da democracia.

9. Data: 12/10 - Terça-feira - [Dia das Crianças](#)

TEMA: O dia 12 de outubro é o dia das Crianças.

ENCAMINHAMENTO: Mostrar diferentes ações do judiciário, em diferentes áreas, para garantir os direitos das crianças. Destacar protocolos da justiça para depoimentos de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos. Programas do Judiciário para facilitar a adoção tardia. E programas para reconhecimento da paternidade. Enfim, buscar uma matéria mais positiva mostrando que a Justiça tem atuado firme para garantir os direitos dos pequenos.

10. Data: 27/10 - Quarta-feira - Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra

TEMA: O dia 27 de outubro é o Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra

ENCAMINHAMENTO: Realizar reportagem especial para mostrar que a dificuldade de acesso à saúde é um dos problemas agravados pelo racismo estrutural no país. Buscar números para mostrar as diferenças de atendimento médico para negros e não negros e de acesso a plano de saúde. Ouvir representantes de movimentos negros e do Direito à Saúde para comentar o assunto. Se possível, tentar ilustrar a matéria com um personagem. Discutir, ainda, um comparativo de mortes por Covid entre negros e não negros.

11. Data: 29/10 - Sexta-feira - Dia Nacional da Prevenção da Lavagem de Dinheiro

TEMA: O dia 29 de outubro é, também, o dia Nacional da Prevenção da Lavagem de Dinheiro.

ENCAMINHAMENTO: Realizar matéria especial lembrando que o combate à corrupção e lavagem de dinheiro é um dos eixos da gestão do Ministro Luiz Fux na presidência do STF e do CNJ. Mostrar os prejuízos para o país com a lavagem de dinheiro e os avanços já conquistados, especialmente com acordos firmados pelo país com autoridades estrangeiras, para recuperação de ativos.

À Contratada para providências.

Observações:

- 1 - Trata-se da produção de matérias jornalísticas, relacionadas com temas atuais e em evidência no Poder Judiciário, para composição da grade de programação da Rádio Justiça, incluindo radiojornais, com duração de até 5 (cinco) minutos.
- 2 - No custo da produção de matérias fora da região geoeconômica do Distrito Federal, conforme definido na Lei Complementar n. 94, estão incluídas as despesas com passagens e diárias.
- 3 - A produção das matérias fora do DF compreende desde a pesquisa sobre o tema, passando pela roteirização, produção propriamente dita, captação de áudio, reportagens, editoriais, apoio técnico-operacional e finalização
- 4 - Qualquer intercorrência contratual deverá ser comunicada à fiscalização para averiguação das medidas adequadas, nos termos pactuados.
- 5 - A inexecução total ou parcial de qualquer dos itens demandados deverá ser registrada no Livro de Ocorrências diárias de que trata o Contrato 110/2019.
- 6 - A ordem de serviço deverá ser juntado à documentação de comprovação do serviço quando da emissão da Nota Fiscal Fatura, conforme o previsto no contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Delorgel Valdir Kaiser, COORDENADOR**, em 30/09/2021, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

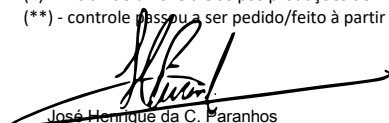


A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.stf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1680123** e o código CRC **E7A4395E**.

RÁDIO JUSTIÇA	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	TOTAL
PRODUTOS														
JORNAIS PRODUZIDOS	290	290	249	274	286	262	276	304	262	272	273	261	291	3.590
ENTREVISTAS/REPORTAGENS/MATÉRIAS/NOTAS/BOLETINS	2.538	2.468	2.278	2.602	2.277	2.458	2.597	2.906	2.545	2.416	2.651	2.672	2.868	33.276
PROGRAMAS PRODUZIDOS (*)	228	228	191	206	212	194	194	220	191	191	182	179	203	2.619
A VOZ DO BRASIL	22	22	20	22	20	20	21	23	21	21	21	20	22	275
SESSÕES STF	-	-	8	6	7	8	8	1	9	9	9	8	7	80
SESSÕES TSE	-	-	7	7	1	6	8	1	8	9	9	8	6	70
MATÉRIAS ESPECIAIS / ARTIGOS	-	1	4	1	-	1	5	3	-	-	-	-	-	15
NEWSLETTER / MATERIAL GRÁFICO	22	22	20	22	20	20	21	23	21	21	21	20	22	275
TWEETS PUBLICADOS	210	285	360	342	353	364	368	414	420	390	276	444	415	4.641
NOTÍCIAS PUBLICADAS - SITE	306	420	403	452	418	417	429	468	425	314	228	394	363	5.037
IMPRESSÕES DO TWITTER	208.000	324.000	466.000	373.000	381.000	476.000	384.000	367.000	366.000	328.000	205.030	386.000	274.000	4.538.030
VISITAS AO PERFIL	970	1.239	1.546	1.792	2.701	2.641	1.726	1.010	967	1.124	824	1.611	2.394	20.545
MENÇÕES	544	177	635	245	984	6.612	4.688	1.016	1.346	1.025	488	420	1.048	19.228
NOVOS SEGUIDORES	257	554	697	1.349	2.430	1.601	48	9	- 133	- 39	50	347	10	7.180
TOTAL DE SEGUIDORES (**)					116.000	117.100	117.149	117.081	116.940	116.905	117.000	117.325	117.327	

(*) - Incluindo a novela e as pós produções do Plenárias e do Saber Direito.

(**) - controle passou a ser pedido/feito à partir de abr/20.



José Henrique da C. Paranhos
Rádio Justiça / Lage Comunicação
Preposto

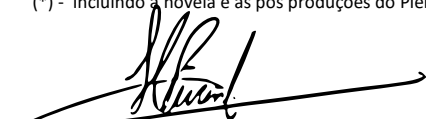
Fone: (61) 3217-4428 / (61) 99315-4114



Relatório Geral - Produção - Rádio Justiça
SIGPLAN
Exercício - 2021

RÁDIO JUSTIÇA - PRODUTOS	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	TOTAL
													2021
JORNAIS PRODUZIDOS	278	252	287	276	267	252	269	254	264	267			2.666
ENTREVISTAS/REPORTAGENS/MATÉRIAS/NOTAS/BOLETINS	2.723	2.627	3.002	2.860	2.701	2.755	2.922	2.887	2.771	2.721			27.969
PROGRAMAS PRODUZIDOS (*)	204	181	200	206	209	217	248	233	259	276			2.233
A VOZ DO BRASIL	20	19	23	20	21	21	22	22	21	20			209
SESSÕES STF	-	9	8	7	8	8	1	8	10	8			67
SESSÕES TSE	-	7	8	8	9	8	1	8	7	6			62
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	-	-	-	1	-	1	-	1	-	1			4
EVENTOS CAPTADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-
MATÉRIAS ESPECIAIS / ARTIGOS	5	1	4	5	6	6	6	13	9	11			66
NEWSLETTER / MATERIAL GRÁFICO	20	19	23	20	21	21	22	22	21	20			209
TWEETS PUBLICADOS	418	358	429	421	642	598	548	523	588	590			5.115
NOTÍCIAS PUBLICADAS - SITE	382	341	411	408	452	413	419	411	400	393			4.030
IMPRESSIONES DO TWITTER	322.000	258.000	330.000	350.000	438.000	416.000	347.000	341.000	184.000	174.000			3.160.000
VISITAS AO PERFIL	2.960	2.706	4.090	5.236	3.952	3.074	4.603	6.117	3.665	5.486			41.889
MENÇÕES	459	1.070	950	2.523	514	616	396	1.684	1.709	842			10.763
NOVOS SEGUIDORES	-	230	281	262	-	470	-	611	146	190	310	1.120	192
TOTAL DE SEGUIDORES	117.000	117.394	117.708	117.194	116.388	115.807	115.986	116.201	116.715	117.621			1.168.014

(*) - Incluindo a novela e as pós produções do Plenárias e do Saber Direito.



José Henrique da C. Paranhos
Rádio Justiça / Lage Comunicação
Preposto
Fone: (61) 3217-4428 / (61) 99315-4114

